

RICARDO MACHADO ROCHA

**Morfossintaxe de Caso nos Pronomes Pessoais
do PB/MG atual**

Belo Horizonte
novembro de 2010

RICARDO MACHADO ROCHA

Morfossintaxe de Caso nos Pronomes Pessoais do PB/MG atual

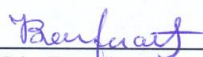
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Jânia Martins Ramos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Belo Horizonte
novembro de 2010

Dissertação intitulada, *Morfossintaxe de Caso nos pronomes pessoais do Português Brasileiro/MG atual*, defendida por Ricardo Machado Rocha em 03/12/2010 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores relacionados a seguir:



Dra. Jânia Martins Ramos - UFMG
Orientadora



Dr. Fábio Bonfim Duarte - UFMG



Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles - UnB

*Aos meus pais
e irmãos.*

Agradeço imensamente a meu pai, que assumiu comigo, desde a graduação, a crença em minha formação e ignorou qualquer limitação ou impossibilidade, para me ajudar a chegar até aqui. Agradeço à minha mãe pela constância e o carinho, todos esses anos. Ao Maycow, que embora seja o mais novo, tem me ensinado muita coisa sobre a vida e tem feito sempre o papel de “anjo da paz” na nossa família. Ao Hamilton, pela amizade, a presença, a companhia e o ombro durante esses dois anos. Agradeço ao Tio Ismar, umas das melhores pessoas que eu já conheci, meu amigo mais querido e que tem sido uma verdadeira família para mim. A maior motivação para eu concluir este trabalho foi o amor à minha família.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Jânia Ramos, pela partilha de sua vastidão de conhecimentos, pela dedicação constante em todos os momentos da pesquisa, pela confiança, pela cordialidade com que sempre me recebeu e disponibilizou seu acervo e a sala de pesquisa, pelas indicações todas, pelos ensinamentos todos e pelo amor e o entusiasmo que empenhou em nosso trabalho. Agradeço pelo exemplo de profissionalismo, pelas contribuições inestimáveis para minha vida profissional e pela amabilidade em nossa convivência.

À professora Dr.^a Maria do Carmo Viegas, pelas excelentes lições e pelas palavras de incentivo. À professora Dr.^a Márcia Cançado, pelas lições e pela disponibilidade. À Professora Dr.^a Thaís Christófaró, pelas aulas fascinantes e alegres e por ampliar minha visão sobre as possibilidades da vida de pesquisador. Ao professor Dr. Lorenzo Vitral, pelas sugestões ao meu projeto, pelos ensinamentos, pela disponibilidade. Ao professor Dr. Fábio Bonfim, pelas sugestões, pelas lições, pelas trocas de ideias. Ao professor Dr. João Costa, pelas lições, pela disponibilidade e pelas sugestões ao meu projeto. Preciso agradecer também a alguns professores que antecederam a este trabalho, mas que foram decisivos para que eu o empreendesse, dos quais eu sempre me recordo com muito carinho: à Professora Dr.^a Sandra Bianchet, exemplo de profissionalismo, capacidade e cordialidade, uma das minhas principais razões de entusiasmo durante toda a graduação. Os anos de estágio no Cenex sob sua orientação serão sempre inesquecíveis. Ao professor Dr. Antônio Martinez, pelas lições inestimáveis. À professora Dr.^a Tereza Virgínia, pelas aulas de literatura mais deliciosas da minha vida. À professora Dr.^a Silvana Pessoa, pelas aulas de literatura mais intrigantes da minha vida. À Professora Dr.^a Maria Zélia Versiani, cujo exemplo

resgatou em mim o amor pelo magistério. A todos os professores e funcionários da FALE e do Poslin que contribuíram para minha formação, meu muito obrigado.

À amiga Elizete de Souza, que tanto me ajudou e nunca se cansou de responder às minhas muitas perguntas sobre assuntos acadêmicos; agradeço também pela amizade, pela presença e por estar sempre me encorajando e me reanimando. Agradeço à amiga Juvanete Alves, pelos vários auxílios com a bibliografia, pela gentileza de me receber em sua casa e disponibilizar seu acervo pessoal. Ao amigo Igor Caixeta, pelos diálogos, pelas trocas de ideias e pela paciência de me ouvir falar meses sem parar unicamente sobre os temas deste trabalho. À amiga Patrícia Namitala, cuja amabilidade e trocas literárias tanto me enriquecem; devo a ela a epígrafe desta dissertação. Ao amigo Gilvan Neves, cuja presença e apoio foram determinantes no início deste trabalho. Aos amigos todos: agradeço de coração.

*“Só há dois modos de descobrir que a Terra
é redonda: ou estudando em livros,
ou sendo feliz.”*
(Clarice Lispector)

Resumo

Nesta dissertação, investigamos pronomes pessoais do português brasileiro não padrão, a partir do dialeto mineiro. Assumindo as propostas de Bittner & Hale (1996), Bayer et al (2001) e outros, retomadas nos termos de Weerman & Evers-Vermeul (2002) e Neeleman & Kriszta Szendrői (2006), argumentamos que a projeção nominal estendida, nos termos de Grimshaw (1991), pode projetar uma concha com informação para Caso [KP [DP [NP]]]. Este modelo teria implicações específicas para a forma e o comportamento sintático dos pronomes, que podem corresponder a derivações estruturais maiores que D ou N, realizando fonologicamente ora DP, ora KP. Com base neste modelo, investigamos os usos de pronomes pessoais entendidos aqui como *default* em posições de complementos, em estruturas como (i) “*ajuda eu*”, em oposição ao uso do clítico, numa estrutura como (ii) “*me ajuda*”, e em estruturas de redobro, do tipo (iii) “*me ajuda eu*”, esta última muito presente em alguns falares mineiros, como atesta Diniz (2007). Tomando como ponto de partida as realizações do tipo (i) e (ii), argumentamos que em (i) haveria KP e em (ii) DP. Falantes cuja gramática produz sentenças do tipo (iii) reanalisaram as formas **me** e **te** como prefixos verbais que concordam com os DPs objeto **eu** e **você**, reforçando-lhes a leitura definida para os traços [+falante] / [+ouvinte], respectivamente, em oposição a leituras arbitrárias desses pronomes, em sentenças como “*empresa de telefone não está preocupada em ajudar você não*” (**você** aqui com leitura arbitrária, podendo ser interpretado como *alguém, qualquer pessoa*). Argumentos de natureza sincrônica e diacrônica favorecem essa análise. Além disso, propomos uma explicação para a manutenção das formas clíticas de 1ª e 2ª pessoas no dialeto investigado, quando o clítico de 3ª se mostra em claro desuso.

Palavras-chave: Pronomes pessoais, Caso, Concordância, Reanálise.

Abstract

In this dissertation we investigate personal pronouns in Brazilian nonstandard Portuguese, examining more specifically the dialect of Minas Gerais. Assuming the proposals of Bittner & Hale (1996), Bayer et al (2001) and others, incorporated under Weerman-Vermeul & Evers (2002) and Neeleman & Szendrői (2006) works, we argue that the extended nominal projection, according to Grimshaw (1991), can project a shell with information for Case [KP [DP [NP]]]. This model shows specific implications for the form and syntactic behavior of pronouns, which can correspond to higher structural derivations than D or N, rendering phonologically either DP, either KP. Based on this model, we investigate the uses of pronouns understood here as *default* pronouns in complement positions, within structures like (i) "*ajuda eu*" (help I-NOM) as opposed to the use of clitics in structures like (ii) "*me ajuda*" (help me-ACC), and even in structures with clitic doubling, in sentences like (iii) "*me ajuda eu*" (help me-ACC I-NOM), the latter very present in some Minas Gerais dialects, as evidenced by Diniz (2007). Starting from realizations like (i) and (ii) we argue that in (i) there would be a KP and in (ii) a DP. Speakers whose grammar produces sentences such as (iii) have reanalyzed the items "*me*" and "*te*" as verbal prefixes that agree with the object DPs "*eu*" (I) and "*você*" (you), reinforcing their definite interpretation for the features [+speaker] / [+addressee] respectively, as opposed to arbitrary interpretations for these pronouns in sentences like "*empresa de telefone não está preocupada em ajudar você não*" ("*phone company is not worried about helping you, no*) (the pronoun você interpreted here as arbitrary, meaning something like *someone* or *anyone*). Synchronic and diachronic arguments support our analysis. Furthermore we propose an account for the maintenance of clitic forms for 1st and 2nd person in the dialect under scrutiny when the 3rd person clitic is disappearing.

Keywords: Personal pronouns, Case, Agreement, Reanalysis

Quadros, tabelas e gráficos

Quadro 1: Paradigma de Pronomes Pessoais da Língua Portuguesa -----	16
Quadro 2: Paradigma atual dos pronomes pessoais do PB, segundo Carvalho (2008) -----	17
Quadro 3: Tipologia pronominal de base fonológica -----	18
Quadro 4: Formas pronominais de distribuição restrita e formas de distribuição livre -----	18
Quadro 5: Hierarquia da Referencialidade de Cyrino e Lopes (2005) -----	37
Quadro 6: Síntese da proposta de Bittner & Hale (1996) -----	74
Quadro 7: Preposições e K preenchido em PB -----	93
Quadro 8: Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP -----	94
Quadro 9: Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP (reformulado) -----	98
Quadro 10: Estatuto categorial dos pronomes do PB/G2 de acordo com a projeção KP -----	122
Tabela 1: Imperativo X tipo e posição do pronome com relação ao verbo -----	25
Tabela 2: Efeito da presença e tipo do pronome no uso do imperativo -----	27
Tabela 3: Retomada anafórica de um DP em posição de objeto -----	48
Tabela 4: Média de realização de objetos nulos e pronominais -----	49
Tabela 5: Percentagem de objetos nulos e pronominais ao longo da aquisição ---	49
Tabela 6: Percentagem de nulos para a criança vs. dados do séc. XX (Cyrino, 1997) -----	52
Tabela 7: Paradigma de clíticos sujeitos e paradigma de concordância em francês padrão -----	114
Tabela 8: Clíticos do PE X Prefixos do PB/G2 -----	114
Gráfico 1: Percentagem de imperativos ao longo da aquisição -----	51

Lista de símbolos e abreviaturas

*	Sentença agramatical
?	Sentença degradada
∅ / []	Elemento/categoria vazia
Δ	Elemento nulo não referencial
Æ	Elipse sentencial
α	Traço default
A	Adjetivo
ABL	Ablativo
ACUS	Acusativo
AGR	Agreement = Concordância
AP	Adjectival Phrase = Sintagma Adjetival
Asp	Aspecto
AspP	Aspect phrase = Sintagma Aspectual
C	Complementizador
CP	Complementizer Phrase = Sintagma Complementizador
D / DET	Determinante
DAT	Dativo
DP	Determiner phrase = Sintagma Determinante
ECM	Exceptional Case Marking = Marcação Excepcional de Caso
ECP	Empty Category Principle = Princípio da Categoria vazia
EPP	Extended Projection Principle = Princípio de Projeção Estendida
ERG	Ergativo
F	Feminino
FocP	Focus Phrase = Sintagma de Foco
ForceP	Force Phrase = Sintagma de Força
FinP	Finiteness Phrase = Sintagma de Finitude
G1	Gramática Conservadora
G2	Gramática Inovadora
GEN	Genitivo
Indef	Indefinido
I(nfl)	Inflection = Flexão
ISNTR	Instrumental
IP	Inflectional Phrase = Sintagma Flexional
LF	Logical Form = Forma Lógica
K	<i>Kase</i> = <i>Kaso</i> = Caso Abstrato
KP	<i>Kase</i> Phrase = Sintagma Casual
M	Masculino
Masc	Masculino
MoodP	Mood Phrase = Sintagma Modal
N	Nominal
NOM	Nominativo
NP	Nominal Phrase = Sintagma Nominal
OBL	Oblíquo
P / prep	Preposição
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
Pess	Pessoa
PF	Phonological Form = Forma Fonológica
PL	Plural
POSS	Possessivo
PP	Prepositional Phrase = Sintagma Preposicional
PRET	Pretérito

PRG	Progressivo
Sing / SG	Singular
Spec	Specifier = Especificador
t	trace = vestígio
T	Tempo
TopP	Topic Phrase = Sintagma de Tópico
TP	Tense Phrase = Sintagma de Tempo
V	Verbo
v	Verbo leve
VP	Verbal Phrase = Sintagma Verbal
vP	Light Verb Phrase = Sintagma de Verbo Leve
X ⁰	Núcleo
XP	X Phrase = Sintagma X

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: Paradigma pronominal no português brasileiro não padrão	16
1.1 Por uma descrição do paradigma pronominal	16
1.2 Pronomes pessoais em posição de objeto	19
1.2.1 Redobros: Diniz (2007)	19
1.2.2 Imperativas	23
1.2.2.1 Pronomes em estruturas imperativas - Scherre (2007) e Scherre et al (2007)	23
1.2.2.2 Imperativo + eu - Machado Rocha (2010)	27
1.2.2.3 Ausência de T em estruturas imperativas - Di Domenico (2004), Cardoso (2009)	30
1.2.3 Objeto nulo e objeto lexical - Cyrino (2001, 2002, 2006)	35
1.2.4 Pronomes pessoais em posição de objeto - Galves (2001)	38
1.2.5 Caso, subespecificação de traços e forma dos pronomes - Carvalho (2008)	41
1.3 Os dados de aquisição em PB - Lopes (2007)	47
1.4 Síntese do capítulo	55
Capítulo 2: Caso, preposições e spell-out de pronomes	56
2.1 Preposições e Caso - Vários autores	56
2.2 Teorias de Caso - Pesetsky & Torrego (2010)	59
2.3 A hipótese KP - Bittner & Hale (1996)	69
2.4 Argumentos em favor de KP e da preposição como morfologia de Caso - Bayer et al (2001)	75
2.5 Pronomes, KP e Caso default - Weerman e Evers-Vermeul (2002)	79
2.5.1 Pronomes e a projeção KP	79
2.5.2 Pronomes default para Caso	80
2.6 Caso e spell-out de pronomes - Neeleman & Szendrői (2006)	82
2.7 Síntese do capítulo	85
Capítulo 3: Os pronomes pessoais do PB à luz da hipótese KP	86
3.1 O estatuto categorial dos oblíquos e dos pronomes default em posição de objeto	86

3.1.1 Análise formal -----	86
3.1.2 Preposição vazia em acusativo -----	90
3.1.3 O sistema pronominal -----	93
3.1.4 O spell-out dos pronomes do PB -----	94
3.1.5 Testes -----	96
3.1.6 As formas resistentes <i>mim</i> e <i>migo</i> -----	98
3.1.7 Contextos favorecedores do uso da forma default em posição de objeto -----	101
3.2 Os redobros -----	102
3.3 Passos e condições para a reanálise dos clíticos redobros como prefixos de concordância -----	107
3.3.1 Alguns testes relevantes (Cournane, 2008) -----	111
3.4 O princípio de economia como motivação para reanálise dos clíticos --	118
3.5 A regularização do paradigma pronominal em PB/G2 -----	120
3.6 Síntese do capítulo -----	122
Conclusões -----	124
Referências -----	127

Introdução

Esta dissertação tem por objeto central de análise a ocorrência de pronomes pessoais não oblíquos em função de objeto de verbo, no português brasileiro não padrão. Os dados são do dialeto mineiro.

São recorrentes neste dialeto ocorrências em que um pronome não oblíquo aparece em posição de objeto. Comparem-se (i) e (ii)¹.

- (i) a. *é muito difícil eu achar **ele** [=o livro] (8ª,P)*
b. *foi Lili que ajudou **eu** lá (57ª,P)*
c. *eles carregaro **eu** (57ª,P)*

- (ii) a. *eu num vou **te** dar (56ª,P)*
b. *ele **me** levou (56ª,P)*

Esses dados levam à formulação de um conjunto de questões:

- (A) *Qual a diferença entre (i) e (ii) no que diz respeito à configuração estrutural?*
(B) *Por que construções do tipo (i) são consideradas mal formadas no português europeu (PE) e aceitas no português brasileiro (PB)?*
(C) *Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e as inovações no paradigma pronominal do PB?*
(D) *Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e construções de redobro?*
(iii) *eles **me** carregaro **eu***
(E) *Como a construção (i) é adquirida?*

Para buscar respostas a estas questões, vamos inicialmente apresentar um quadro do atual sistema pronominal do português brasileiro, no capítulo 1, seção 1.1. A seguir, na seção 1.2, retomaremos alguns trabalhos que discutem a realização do objeto em PB e ocorrências do tipo (i). O propósito deste primeiro capítulo é oferecer uma descrição preliminar de nosso objeto de estudo. Na seção 1.3, discutimos dados de aquisição do objeto em PB. A seção 1.4 é uma síntese das propostas revistas.

¹Dados do Corpus de Piranga, organizado por Alkmim e Chaves (2010), parte do Projeto Mineirês.

No capítulo 2, vamos apresentar o quadro teórico dentro do qual vai se desenvolver nossa análise. Na seção 2.1, retomamos algumas discussões sobre as relações entre preposição e Caso. Na seção 2.2, partindo da hipótese de que as realizações do tipo (i) e (ii) estão associadas à realização morfológica de Caso, faremos uma breve retrospectiva do tratamento dispensado à noção de Caso na teoria de princípios e parâmetros (Chomsky, 1981, 1986, 1995 e 2005 e vários outros autores), a partir da revisão de Pesetsky & Torrego (2010). Em seguida, nas seções 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, detalharemos a hipótese KP e a noção de caso default, para o tratamento dos pronomes (Bittner & Hale, 1996; Bayer et al, 2001; Weerman & Evers-Vermeul, 2002; e Neeleman e Szendrői (2006)). Nosso propósito é buscar subsídios para distinguir estruturalmente as construções (i) e (ii) inicialmente apresentadas e, para além disso, congrega propostas que resultem num sistema formal consistente para Caso, que se aplique de modo unificado para os DPs em geral, pronominais ou não, relacionados à estrutura argumental ou não. Ao longo dessas seções, também, retomaremos algumas discussões em favor de que a preposição pode ser entendida como parte do sistema morfossintático de Caso. A seção 2.7 é a síntese do capítulo.

No capítulo 3, formulamos nossa proposta de análise. Em 3.1, vamos propor que em (i) tem-se um pronome cuja configuração estrutural é um DP, ao passo que em (ii) temos um KP. Em relação a Caso, (i) seria default, acompanhando a proposta de Kato (1999), Weerman e Evers-Vermeul (2002) e outros. Na seção 3.1.1, apresentamos nossa análise formal, a partir dos modelos detalhados no capítulo 2; em 3.1.2, explicitamos a noção de *preposição zero* para o acusativo em PB; em 3.1.3, discutimos o sistema pronominal do PB a partir da perspectiva casual KP; a seção 3.1.4 é dedicada às discussões sobre o spell-out dos pronomes em PB; em 3.1.5, apresentamos alguns testes que permitem distinguir os pronomes de acordo com seu estatuto categorial e em 3.1.6 discutimos as formas excepcionais *mim* e *migo*; em 3.1.7, vamos relançar os contextos que favoreceram o uso da forma default em posição de objeto. A seção 3.2 é dedicada à análise das estruturas de redobro. Vamos argumentar que inovações visíveis nos dados permitem concluir que houve reanálise nos pronomes pessoais do dialeto mineiro. Na seção 3.3 e 3.4, vamos detalhar os processos que levaram as formas *me* e *te* a serem reanalisadas como prefixos de concordância para os traços [+falante] / [+destinatário], respectivamente. Em 3.5, defenderemos que o paradigma do PB atual tende a se regularizar, de modo a possuir apenas pronomes DPs, cabendo à preposição a realização independente do núcleo funcional Casual K. Na seção 3.6, apresentamos a síntese do capítulo. A última seção traz as conclusões e considerações finais desta dissertação.

CAPÍTULO 1: Paradigma pronominal no português brasileiro não padrão

O propósito deste primeiro capítulo é oferecer uma descrição preliminar do nosso objeto de estudo: a presença de pronomes não oblíquos em posição de objeto. Vamos inicialmente apresentar um quadro do atual sistema pronominal do português brasileiro. Em seguida, vamos rever alguns trabalhos que tratam do objeto em PB.

1.1 Por uma descrição do paradigma pronominal

Tradicionalmente, assume-se que há uma relação biunívoca entre a forma do pronome e sua função gramatical. Nessa perspectiva, as formas não oblíquas serviriam para desempenhar a função de sujeito das orações, e as oblíquas, para a função de complemento dos verbos². O quadro abaixo, extraído da gramática de Cunha (1972), mostra a distribuição tradicional dos pronomes pessoais.

Quadro 1: Paradigma de Pronomes Pessoais da Língua Portuguesa

		<i>Pronomes pessoais retos</i>	<i>Pronomes pessoais oblíquos não reflexivos</i>	
Singular	1ª pessoa	eu	Átonos Me	Tônicos mim, comigo
	2ª pessoa	tu	te	ti, contigo
	3ª pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1ª pessoa	nós	nos	nós, conosco
	2ª pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3ª pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

(Cunha, 1972:279)

Este quadro não contempla a entrada de novas formas no paradigma pronominal e, além disso, inclui formas em desuso no português brasileiro contemporâneo.

Carvalho (2008), em conformidade com diversos estudos recentes (Duarte, 1993 1995; Roberts e Kato, 1993; Ramos, 2009 e outros) afirma que as descrições

² CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*.

tradicionais incluem pronomes em desuso no momento atual (*vós, vosso*), não registram alterações funcionais em relação ao pronome *ocê*, que deixou de ser uma forma nominal de tratamento para se tornar um pronome, nem o surgimento do pronome *a gente*. Esse autor propõe, então, o Quadro 2.

Quadro 2: Paradigma atual dos pronomes pessoais do PB, segundo Carvalho (2008)

	<i>Nom</i>	<i>Acus</i>	<i>Dat</i>	<i>Abl</i>	<i>Gen</i>
1sg	Eu	me/eu	me/mim/eu	comigo/eu	meu(s)/minha(s)/ deu/ de mim
2sg	você/tu	você/tu/te/lhe	lhe/você/te/ti	contigo/você	seu(s)/sua(s)/ teu(s)/ tua(s)
3sg	ele/ela	ele/ela/se	ele/ela/lhe	ele/ela	dele/dela
1pl	nós/ a gente	nos/nós/ a gente	nos/nós/ a gente	conosco/nós/ a gente	de nós / da gente
2pl	vocês	vocês	vocês	vocês	de vocês
3pl	eles/elas	eles/elas/se	eles/elas/lhe	eles/elas	deles/delas

(Carvalho, 2008:30)

Este quadro revela que, em PB, a forma nominativa tem um amplo alcance, podendo ocorrer em todas as posições casuais.

A partir da discussão acerca da argumentatividade e da distribuição dos pronomes, Carvalho propõe uma reformulação do Quadro 2, baseada na oposição clíticos / não-clíticos, já que, em PB, os clíticos sempre ocupam a posição de objeto e as formas não clíticas ocupam tanto a posição de objeto quanto a de sujeito.

Outra propriedade dos pronomes é a adjacência ao verbo na função de objeto, que os clíticos precisam respeitar, diferentemente dos não-clíticos.

- (1) a. *Ela vê sempre *me* na rua.
b. Ela vê sempre *eu* na rua.

Levando em conta essas considerações, o autor formula o Quadro 3.

Quadro 3: Tipologia pronominal de base fonológica

	clíticos	não-clíticos
1sg	me	eu/mim
2sg	te/lhe	você/tu
3sg	se/lhe	ele/ela
1pl	Nos	nós/ a gente
2pl	-	vocês
3pl	-	eles/elas

(Carvalho, 2008:33)

Neste quadro, podemos apontar um conjunto de pronomes com marca morfológica de Caso: *me, te, lhe, se, nos e mim*. Os demais não teriam essa marca.

Se tivermos em conta a observação de Carvalho (2008) de que há neste quadro dois tipos de formas ((i) aquelas ocupam **todas** as posições sintáticas e (ii) aquelas cuja distribuição é mais restrita), poderemos apontar uma inconsistência no Quadro 3. O item *mim* é uma exceção na coluna em que aparecem as formas de distribuição irrestrita. Comparem-se:

- (2) a. Olha eu/tu/ele/ nós/eles/a gente/você/ aqui.
 b. *Olha mim aqui.

O contraste entre (a) e (b) constitui um problema, visto que a diferença de distribuição das formas pronominais havia sido uma das justificativas apontadas para se substituir o Quadro 2 pelo Quadro 3. Para superar esse problema, propomos o Quadro 4.

Quadro 4: Formas pronominais de distribuição restrita e formas de distribuição livre

	oblíquos	não-oblíquos
1sg	Me/mim	eu
2sg	te/lhe	você/tu
3sg	se/lhe	ele/ela
1pl	nos	nós/ a gente
2pl	-	vocês
3pl	-	eles/elas

Ao invés da dicotomia *clítico vs. não-clítico*, que se revelou problemática, optamos pela dicotomia *oblíquo vs. não-oblíquo*. Conforme argumentaremos no decorrer desta dissertação, as formas não oblíquas seriam formas *default* em relação a Caso morfológico, enquanto as formas oblíquas seriam aquelas que realizam Caso morfológicamente. Duas vantagens do Quadro 4 são: (i) fazer um registro mais coerente da distribuição das formas pronominais e (ii) associar essa distribuição à realização morfológica de Caso.

Embora seja polêmica a suposição de que os pronomes na língua portuguesa exibam manifestação morfológicas de Caso (Câmara Jr.,1976), vamos assumi-la nesta dissertação. As justificativas para essa assunção serão apontadas nos capítulos 2 e 3.

1.2 Pronomes pessoais em posição de objeto

Nesta seção, vamos apresentar estudos sobre o português brasileiro que registram a ocorrência de formas não oblíquas em posição de objeto. Nosso objetivo é fazer um levantamento das diferentes propostas e, a partir desse conjunto, fazer uma descrição preliminar de nosso objeto de estudo, formulado na seção anterior como realização morfológica de Caso default versus oblíquo dos pronomes pessoais do PB. Trataremos das seguintes construções: (i) redobro; (ii) imperativas; (iii) objetos e traços de animacidade e especificidade; e (iv) subespecificação de traços de Caso em pronomes.

1.2.1 Redobros: Diniz (2007)

Diniz (2007) analisa construções de redobro, exemplificados em (3)-(5). Interessa-nos particularmente aqui o fato de que o pronome que redobra o clítico é preferencialmente não oblíquo.

(3) *Cê ia ajudar um camarada desse e se os camarada voltar e **te** matar **você** também?* [Corpus de Fala Belo-horizontina]

(Diniz, 2007:71)

(4) *Tenho uma cliente de sábado que num **me** larga **eu** de jeito nenhum.* [Corpus de Venda Nova]

(5) *Ah... é eu era menina não tinha meio de ninguém **me** tratá de **mim** né.* [Corpus de Fala Ouro-pretana]

(Diniz, 2007:49)

1.2.1.1 A análise

Partindo de Jaeggli (1986), Suñer (1988), Cecchetti (2000), Alexiadou e Anagnostopoulou (1999) e outros, Diniz propõe que o DP redobrado pelo clítico ocupa a posição argumental e tem seu traço de Caso estrutural valorado pelo verbo, mais precisamente pelo núcleo v^p da concha v -VP. O fato de a valoração do traço de Caso ocorrer entre o verbo e o DP OBJETO, que ocupa a posição de argumento interno, exclui a possibilidade de o clítico ser um argumento do verbo.

Por não serem argumentos verbais, os clíticos de redobro não participariam das operações de valoração dos traços de Caso e da atribuição de papel temático e, por essa razão, não fariam parte da sintaxe estrita. O clítico seria, então, inserido diretamente no verbo, por meio de uma operação após o spell-out e este fato evidenciaria, ou confirmaria, sua natureza afixal.

A autora postula que, para as construções com redobro, os pronomes clíticos apresentariam uma natureza híbrida que permitiria classificá-los como uma espécie de “clítico-afixo”. Contudo, esta nomenclatura não parece adequada o suficiente para precisar em que consistiriam os clíticos nas construções com redobro.

A autora propõe também que os clíticos sejam interpretados apenas como o reflexo da cópia de traços-phi do DP no núcleo verbal, sustentando haver simetria entre os dados do português e os dados do espanhol, conforme indicado nos exemplos (6) e (7), mais abaixo.

Nos termos da autora, retomando Bobaljik (2006), traços-phi são pessoa, número e gênero. Assim como o verbo apresenta traços-phi como reflexo da concordância entre sujeito-verbo e da atribuição de Caso nominativo, a ocorrência do clítico pronominal no verbo em estruturas de redobro pode ser também entendida como o reflexo da “concordância” que se dá entre o verbo e o seu objeto. Porém, para a autora, essa “concordância” é diferente do sentido da operação *Agree* de Chomsky (1995), já que não há valoração de traços de Caso. Verbo e objeto “concordam” entre si, pois apresentam traços-phi comuns.

Desse modo, sejam as frases:

(6) *Eu te amo você.*
 | |
 (2.^a pes. sing.) (2.^a pes. sing.)

(7) *Lo vi a Juan.*
 | |
 (3.^a pes. sing. masc.) (3.^a pes. sing. masc.)

(Diniz, 2007:102)

Nestes exemplos, Diniz aponta para o fato de que o clítico apresenta os mesmos traços que o DP argumento interno do verbo e defende uma espécie de concordância entre o clítico e o D/NP, sem, contudo, haver valoração de Caso. A hipótese sustentada em seu trabalho é a de que os clíticos podem ser tratados formalmente como sendo o resultado de uma operação morfofonológica que copia traços formais do DP. Seriam copiados apenas os traços-phi do DP e este permaneceria em sua posição de argumento interno do verbo, sem que toda a matriz fonológica do DP necessitasse se mover para um núcleo funcional.

Diniz Sintetiza que redobros:

- (i) são cópias de traços-phi do DP no verbo;
- (ii) são (morfo)fonologicamente dependentes de um hospedeiro – o verbo;
- (iii) não participam dos mecanismos de valoração de Caso e atribuição de papel temático.

(Diniz, 2007:103)

A autora acrescenta que, nos períodos medieval e clássico, as ocorrências de redobro eram muito menos restritas, enquanto que no período atual, no PB, essas estruturas ocorrem apenas com pronomes de 1^a e 2^a pessoa do singular, de acordo com a autora, em posição de objeto.

À página 57, Diniz faz uma consideração mais geral:

“A maneira pela qual o redobro de clíticos no PB se apresenta no momento sincrônico está, possivelmente, conectada com uma série de outras mudanças gramaticais que vêm afetando seu paradigma pronominal, a saber: (i) ocorrência de pronomes átonos do Caso acusativo, na posição de objeto, para a primeira e segunda pessoas do

singular apenas e "a ausência de clíticos para todas as outras pessoas" (GOMES, 2003, p. 87 e 89); (ii) predomínio do lexema *a gente* em lugar de *nós* entre adultos e crianças, tanto na função de complemento como na de sujeito (OMENA, 2003, p. 63); (iii) reinterpretação do pronome *te*, passando a referir-se à "segunda pessoa indireta", gramaticalizada sob a forma *você* (GALVES, 2001, p.155); (iv) reanálise do pronome *lhe* como pronome de tratamento correspondente a *você* (GALVES, 2001, p. 139); (v) cliticização dos pronomes fortes ou redução na forma de alguns pronomes como *eu>ô*, *você(s)>ocê(s)>cê(s)*, *ele>el*, *ei*, *eles>es*, *eis* (cf. CIRÍACO, VITRAL e REIS, 2004; CORRÊA, 1998; VITRAL, 1996, 2001, 2002); (vi) possibilidade de alternância de dativo (cf. GOMES, 2003) que acionaria o uso de formas pronominais homófonas para nominativo, acusativo e dativo."

(Diniz, 2007:57)

1.2.1.2 Algumas questões

Diante da análise proposta por Diniz, caberia a seguinte pergunta: Qual seria a motivação do sistema para realizar cópias / redobros? Como proposto pela autora, as cópias não atenderiam a nenhuma motivação derivacional / interpretativa: a autora assume que os redobros podem ser "apagados sem prejuízo", o que vai contra os princípios de economia. Nas palavras de Diniz:

"ao assumir que clíticos em estruturas de redobro são apenas realizações de traços-phi, estamos considerando que sua presença não altera o significado da sentença. É possível a ocorrência de um clítico redobrando um D/NP no PB sem que haja alteração do significado básico da oração, conforme se vê em (11): (11a) Eu amo você; (11b) Eu te amo; (11c) Eu te amo você." (Diniz, 2007:104)

Argumentaremos nesta dissertação, ao contrário, que esses redobros são realizados por necessidades interpretativas / computacionais de um sistema em estado de rearranjo.

Parece ser empiricamente sustentável que o uso dos redobros no PB atual começa a preencher lacunas no sistema integrado de paradigmas pronominais e desinências da relação Caso / concordância. Como atesta a literatura, uma nova marca morfológica de concordância surge historicamente apenas em contextos do paradigma em que a

marca pré-existente já não é distintiva (Fuß, 2005, retomando Givón, 1976; Siewierska 1999 e outros).

Conforme veremos no capítulo 3, os redobros parecem indicar um processo rumo à realização de uma concordância de objeto, em decorrência de lacunas problemáticas no paradigma, relacionados aos traços de pessoa [+falante] / [+destinatário].

É preciso rever também a análise de Diniz no que diz respeito à simetria apontada entre (6) e (7), que não se verifica, pois *você* é 3ª pessoa gramatical e *te* é 2ª pessoa, diferentemente do espanhol. O problema é que aqui haveria uma cópia que não é idêntica. E de acordo com Chomsky (1995), cópias que permanecem (ou aparecem) em PF, precisam ser idênticas aos elementos copiados. Sobre cópias idênticas em PF, por necessidade de paralelismo morfológico, ver Nunes & Ximenes (1999).

1.2.1.3 Conclusões

A restrição à ocorrência de redobro indicada por Diniz parece-nos, na verdade, uma restrição à ocorrência das formas *me* e *te*. Acreditamos que a realização do objeto com o pronome lexical vai depender de outros fatores (ver capítulo 3). Concordamos com a autora, quando ela aponta haver conexão entre redobro e diferentes construções. No capítulo 3, traremos uma análise para as construções de redobro que encontra fundamentação nos princípios de *economia*, seguindo Chomsky (1995), e na necessidade de reparo de um sistema pronominal em desarranjo, do ponto de vista da interpretação dos traços de pessoa [+falante] / [+destinatário], o que faz surgirem novas marcas de concordância, seguindo Fuß (2005).

1.2.2 Imperativas

1.2.2.1 Pronomes em estruturas imperativas - Scherre (2007) e Scherre et al (2007)

Os trabalhos de Scherre (2007) e Scherre et al (2007) investigam as realizações dos chamados imperativos gramaticais, ou imperativos verdadeiros, que possuiriam uma forma própria, em oposição a imperativos derivados dos subjuntivo, chamados imperativos supletivos. A investigação desses autores é essencialmente sociolinguística, com foco nas variações regionais, questões que deixaremos de lado.

No entanto, as ocorrências levantadas nesses trabalhos e algumas considerações morfossintáticas servirão como evidências para a sustentação de nossa proposta.

Scherre (2007) indica o uso exclusivo do pronome *você* (e ausência do pronome *tu*), que, como se sabe, historicamente não apresentava desinência específica para suas respectivas formas verbais, por ser derivado de uma forma nominal, usada como segunda pessoa indireta, e sincronicamente apresenta forma verbal em neutralização com a de terceira pessoa singular *ele/ela* (*Você deixa eu pensar? Ele/Ela deixa eu pensar?*). Este subsistema é encontrado no estado de Minas Gerais – região Sudeste; em toda a região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal; em praticamente todo o Estado do Paraná – região Sul; e na cidade de Salvador, estado da Bahia – região Nordeste.

Como se sabe, a presença da forma *você* no paradigma de pronomes do português revela a possibilidade de os pronomes poderem desempenhar várias funções sintáticas sem alterarem sua forma, dependendo apenas de posições e preposições adequadas.

Scherre, a partir de suas pesquisas e das de vários colaboradores, indica que, desde 1983, usos do pronome reto em função de complemento começam a ser percebidos nos dados analisados, extraídos principalmente de revistas em quadrinhos e revistas em geral.

Os dados que nos interessam são aqueles em que o pronome reto vai ocupar a posição de complemento, do tipo “*deixa eu ver*”. Sobre esse tipo de ocorrência, a tabela 1 nos traz informações relevantes:

Tabela 1

Aumento do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo

Ano ou período	<i>Me</i> depois do verbo	<i>Me</i> antes do verbo	<i>Eu/ele/nos</i> depois do verbo
	DEIXE-ME ver...!! <i>DEIXA-ME</i> ver	<i>Me DEIXE, Mônica!</i> <i>Me DEIXA</i> falar!	<i>Hum... DEIXA eu ver...</i> <i>Bem... DEIXE eu ver...</i>
1970 e 1971	0/20 = 0%	0/5 = 0%	Não há
1983	Não há	1/10 = 10%	0/1 = 0%
1985 a 1988	0/5 = 0%	12/25 = 48%	13/15 = 87%
1998 e 1999	0/6 = 0%	23/39 = 59%	22/23 = 96%
2001, 2002, 2004 e 2005	3/21 = 14%	70/116 = 60%	83/83 = 100%
Total	3/52 = 6%	106/195 = 54%	118/122 = 97%

(Tabela 3 de Scherre, 2007:212)

A segunda e a terceira colunas dessa tabela revelam a tendência crescente de se usar a forma *me* proclítica e praticamente a não-ocorrência da ênclise da década de 70 até hoje. A quarta coluna é ainda mais reveladora: o uso nos pronomes retos *eu*, *ele* e *nós* em posição de complemento, e não apenas do pronome *ele*, como apontam vários trabalhos, chegam a 100% na década de 2000 e é expressivamente alto durante as três décadas analisadas. Por se tratarem de estruturas dialógicas em revistas em quadrinhos, podemos acreditar que a relação desses dados com a língua falada é bem mais próxima do que seriam dados extraídos de textos formais.

Scherre et al (2007) pontuam que o português brasileiro exibe sintaxe de clíticos uniforme para todos os padrões oracionais: trata-se de uma língua essencialmente proclítica. Os clíticos ocorrem antes de verbos principais, em construções imperativas, interrogativas ou assertivas, incluindo-se a posição inicial absoluta, como se pode ver em (8), (9) e (10):

- (8) *Me diz* aí! (Dado da intuição)
- (9) *Me deixa* em casa? (Dado da intuição)
- (10) Ele vai *me deixar* em casa (Dado da intuição)

(Scherre et al, 2007:218)

Por outro lado, Scherre et al (2007) apontam a tendência crescente de substituição do pronome oblíquo pelo pronome da forma reta depois do verbo, mesmo em diálogos escritos; aponta-se também a presença quase absoluta da forma imperativa verdadeira nessas construções, como se ilustra em (11), (12), (13) e (14):

(11) Hum... *Deixa eu ver...* (Escrita dialógica de revista em quadrinhos)

(12) *Deixa eu vê se todo mundo segurou a mãozinha* (Fala de Brasília)

(13) *Chama ela!* (Fala de Brasília)

(14) *Dexa ele tocando bateria* (Fala de Recife (Jesus 2005: 89))

(Scherre et al, 2007:219)

A partir dos dados de Scherre (2007) e Scherre et al (2007), podemos assumir que há preferência pela forma reta dos pronomes em construções com imperativo. Perceba-se, também, que três das quatro ocorrências destacadas se dão em contextos de *portmanteau*, em que o pronome reto é objeto do verbo principal e sujeito da encaixada. Como discutiremos no capítulo 3, as sentenças imperativas parecem funcionar como contextos favorecedores da reanálise das estruturas com as formas nominativas, a princípio ligadas a contextos de sujeito, como possíveis de ocupar também a posição de complemento.

A tabela 2 abaixo revela que vários trabalhos têm demonstrado o uso praticamente categórico da forma reta diante de imperativos verdadeiros, forma preferida na maioria das regiões do país. Mesmo com usos do imperativo supletivo, os trabalhos indicam que usos da forma clítica são marginais nos corpora analisados.

Tabela 2

Efeito da presença e do tipo de pronome no uso do imperativo verdadeiro no português brasileiro dialógico falado e escrito.

TRABALHOS FATORES	SCHERRE (2004: 242)	LIMA (1992: 92)	JESUS (2006: 90)	SCHERRE (2004: 241)
Pronome do caso reto depois do verbo	12/ 13=92%	16/ 16=100%	19/ 20=95%	22/ 23=96%
<i>Me</i> antes do verbo	44/ 49=90%	4/ 6= 67%	14/ 24=58%	22/ 40=60%
<i>Se</i> antes do verbo	4/ 13=31%	0/ 6= 0%	0/ 4= 0%	2/ 19=11%
<i>Nos</i> antes do verbo		0/ 2= 0%		
<i>Me</i> depois do verbo	0/ 1= 0%		0/ 2= 0%	0/ 6= 0%
<i>Se</i> depois do verbo	0/ 7= 0%	0/ 4= 0%	0/ 2= 0%	0/ 12= 0%
<i>Os/as</i> depois do verbo				0/ 2= 0%
<i>Nos</i> depois do verbo		1/ 3= 33%		0/ 1= 0%
Ausência de pronome	552/686=80%	266/427= 62%	229/411=56%	315/555=57%
Total	612/769=80%	266/427= 62%	262/465=56%	363/568=55%

(Tabela 2 de Scherre, 2007:220)

No contexto do nosso trabalho, é importante notar, na tabela acima, principalmente a ocorrência das formas retas diante de imperativo e a tendência para o uso do *me* pré-verbal.

1.2.2.2 Imperativo + eu - Machado Rocha (2010)

Em Machado Rocha (2010), analisamos a distribuição de formas pronominais oblíquas e retas/default na posição de objeto, de acordo com vários contextos. Nesta seção, vale apenas destacar, a exemplo dos resultados mostrados em Scherre (2007) e Scherre et al (2007), a maciça ocorrência de pronomes retos em estruturas do tipo “*deixa eu ver*”, “*deixa eu falar*”, com o verbo principal no imperativo e o complemento do verbo principal funcionando como sujeito da encaixada. Mais precisamente, com o pronome *eu* na posição de complemento de verbos imperativos, encontramos 13 ocorrências, contra 0 ocorrências de imperativos com o clítico.

Além disso, em Machado Rocha (2010), reunimos várias letras de canção, em pesquisa através da internet, que revelam a presença do pronome *eu* em posição de objeto. Curiosamente, a maioria das ocorrências se dá em sentenças imperativas. Mas há também ocorrências em sentenças assertivas. A procedência dessas letras de canção de diversas regiões parece indicar que o emprego da forma reta *eu* em posição de objeto é um fenômeno bem difundido por todo o país.

Anexo I: Letras de Canção

Versos das canções com os usos que nos interessam, sem mais indicações de supressão de trechos. Todas as letras foram acessadas em 20/02/2010, no site <http://letras.terra.com.br>.

Abadá Capoeira (Ba) – Chamado De Angola

Chama eu, chama eu
Chama eu, Angola chama eu

Banda Eva (Ba)- Leva Eu

Ô leva eu, Eva Eva
Me dê a mão, vamos brincar
Me leva

Harmonia do Samba (Ba) - Leva Eu

Faço de tudo pra te convencer
Leva eu

Viviane Tripodi (Ba)- Som No Couro

Ô leva eu
leva levada vai

João Neto & Frederico (Go) – Chama Eu

Se você vai pra balada
Vai curtir a madrugada
Chama eu!

Zezé Di Camargo e Luciano (Go) – Faz Eu Perder o Juízo

Faz eu perder o juízo,
Faz eu perder os sentidos

Olha Eu Aí

Olha eu aí
De repente no seu pensamento

Rionegro & Solimões (MG) – A Saudade É Quem Manda

Manda eu te procurar
Manda eu não te esquecer

Luan Santana (MS) – Prefiro Violão

hoje você manda eu escolher
posso até me arrepender

Bando Virado No Móhi De Coentro (NE) – Olha Eu Na Beira Mar

Olha eu aqui de novo
Olha eu na beira mar
Me encontrando por aqui
Pra poder me acalentar

Marisa Monte (RJ) - Beija Eu

Então deita e aceita eu
Molha eu,
Seca eu,
Anoiteça e amanheça eu
Beija eu, me beija.
Eu me deixo

Zeca Pagodinho (RJ)- Deixa a Vida me Levar

E deixa a vida me levar
(Vida leva eu!)
Sou feliz e agradeço
Por tudo que Deus me deu...

Nilo Amaro e Seus Cantores de Ébano (anos 60) (RJ) - Leva Eu Sodade

Ô Leva Eu
(Minha sodade)
Que eu também quero ir

Gustavo Lins (RJ) – Deixa Eu Cuidar De Você

Deixa eu cuidar de você? Deixa eu viver por você ?
E quem é que pode nos julgar culpados ? Simplesmente somos tão apaixonados!

Sérgio Reis (SP) - Leva Eu Mainha

Oh, leva eu, Mainha
Aqui não posso ficar

Art Popular (SP) – Queira Eu

Eu tô te devorando na menina desse olhar

Beija eu, beija eu

João Paulo E Gustavo (SP) – Vira E Mexe

Vira e mexe manda eu embora,

Se arrepende e chora

Sampa Crew (SP) – A Lua E Eu

O vento faz eu lembrar você

(Machado Rocha, 2010: anexo 1)

Essa grande difusão do uso da forma reta de primeira pessoa em contextos não nominativos parece mostrar um fato: o estigma que ainda pode ocorrer para esse uso tem razões estritamente sociais e o recurso é altamente produtivo. Como se sabe, a forma reta da 3ª pessoa em contexto não nominativo não sofre qualquer rejeição em praticamente todos os estratos sociais, o mesmo ocorrendo com a segunda pessoa, nas regiões onde o pronome *tu* desapareceu. A letra de canção reflete em grande parte a língua oral de uma forma mais próxima, se comparada a outros textos que empregam a língua padrão.

Vamos levar esses trabalhos em conta no capítulo 3, para propor que há motivos para se supor que as estruturas de imperativos operam na língua como favorecedoras da entrada das formas retas/default na posição de complemento.

1.2.2.3 Ausência de T em estruturas imperativas - Di Domenico (2004), Cardoso (2009)

Vários trabalhos têm argumentado que sentenças imperativas carecem do núcleo T. Di Domenico (2004), lidando com o italiano, defende que sentenças imperativas não possuem flexões de tempo e pessoa e assume que nelas FinP e IP estão ausentes ou inativos. Partindo também da oposição verdadeiro / supletivo, a autora afirma que imperativos verdadeiros não podem ser flexionados para Pessoa, uma vez que eles remetem apenas à 2ª pessoa, havendo as formas supletivas para outras pessoas. Também, imperativos verdadeiros não podem ser flexionados para tempo, uma vez

que a sentença diretiva marca o modo, mas não tempo da ação, que é, inclusive, incompatível com advérbios de tempo passado.

Di Domenico aborda várias propriedades sintáticas dos imperativos, das quais vamos destacar as que nos são importantes. Uma delas é a *isenção do parâmetro do sujeito nulo*. Como argumenta a autora, mesmo em línguas que não permitem o sujeito nulo, sentenças imperativas são tipicamente sem sujeito.

(15)

- a. Mangia! (Italiano)
 - b. Mange! (Francês)
 - c. Eat it! (Ingles)
- “Coma!”

(Di Domenico, 2004:14)

Essa generalização forte se correlaciona com outra: imperativos, ao contrário dos indicativos, podem ser usados com vocativos sem um pronome correferente (Moro, 2002).

(16)

- a. Pietro, vieni qui.
 - b. P. come here.
 - c. *P. you come here.
- “Pedro, (*você) vem aqui.”

(17)

- a. Pietro, *pro* sei sempre in ritardo.
 - b. P. you are always late.
 - c.* P. are always late.
- “Pedro, *(você) está sempre atrasado.”

(Di Domenico, 2004:14)

Outra propriedade das sentenças imperativas que nos interessa é a impossibilidade de encaixamento, como mostra Di Domenico:

(18)

- a. * I ask you that sit quiet on the chair. (Inglês)

b. * Ich bitte dich, daß sitz still auf dem Stuhl. (Alemão)

[Platzack & Rosengren 1998]

c. *Ti prego di siediti tranquillo sulla sedia.

“*Eu te peço senta quieto na sua cadeira!”

(Di Domenico, 2004:15)

Como a autora aponta, o encaixamento com verbos de dizer não correspondem a encaixamentos verdadeiros, diferenciando “discurso direto” de “subordinação”, que geralmente são diferenciados na escrita por meio da pontuação. A agramaticalidade de (20a-c) também serve para comprovar seus argumentos.

(19)

a. Ho detto: “Siediti!” (Italiano)

b. I said: “Sit down!” (Inglês)

c. Ich sagte: “Sitzt dich!” (Alemão)

“Eu disse: “Senta!”

(20)

a. *Ho detto che siediti! (Italiano)

b. *I said that sit down! (Inglês)

c. *Ich sagte daß sitzt dich! (Alemão)

“*Eu disse que senta!”

(Di Domenico, 2004:16)

A ausência de sujeito em imperativas, mesmo em línguas que não permitem sujeito nulo, e a impossibilidade de encaixamento sugerem que sentenças imperativas carecem de T ou mesmo de C. Mais adiante retomaremos algumas propostas que defendem que a estrutura das imperativas é na verdade encabeçada por um núcleo de modo (*MoodP*).

A ideia de que a imperativa carece do nível C nos é interessante, pois, dentro do modelo de Caso que adotaremos (Bittner & Hale, 1996), o Caso Nominativo é

atribuído sob regência por antecedência de C. Retomaremos essa discussão nos capítulos 2 e 3.

Por enquanto destacamos apenas que essas são mais algumas evidências de que estruturas com imperativas favorecem a entrada de pronomes default na posição de objeto.

Na direção dos trabalhos que propõem a estrutura imperativa carente de T, Di Domenico aponta as propostas de Platzack & Rosengren (1998), que assumem que as sentenças imperativas não possuem FinP e contêm um IP sem Tempo. Belletti (1999) assume um Agr radicalmente vazio em sentenças imperativas.

A partir desses trabalhos, a autora assume a estrutura (21) a seguir, para sentenças imperativas:

(21) [ForceP [TopP [FocP [VP...]]]]

A partir dessa estrutura, Di Domenico desenvolve ainda uma série de argumentos relativos às propriedades da sentença imperativa. Para nossos propósitos, interessa apenas saber que a estrutura de uma sentença imperativa careça de T e talvez não projete C, como proporemos no capítulo 3, para explicar alguns dos fenômenos em análise nesta dissertação.

Cardoso (2009), a partir do exemplo (22a) a seguir, afirma que, associada ao contexto discursivo, a realização nula do sujeito na frase pode ser vista como forma de codificação gramatical do modo imperativo, no PB. Diferentemente, o sujeito realizado permite leitura assertiva, como em (22b).

(22) a. Δ FAZ o dever!
b. Ele / Você faz o dever.

(Cardoso, 2009:19)

A autora chama a atenção para o fato de que a construção com sujeito exposto, realizado pela forma *você*, produz um resultado ambíguo em relação a uma leitura assertiva ou diretiva (esta última, típica do modo imperativo).

Também Cardoso aponta a ausência de Tempo como aspecto que se evidencia nas orações imperativas (cf. Bárbara, 1975:75). Retomando Mateus et al. (2003:457), ela observa que o sujeito de sentenças imperativas designa o ouvinte, como no exemplo (22), e que a morfologia desinencial do verbo remete à 2ª pessoa do discurso. Para Bárbara (1975), o sujeito de orações imperativas é um pronome de segunda pessoa. Nesses termos, numa estrutura imperativa como em (23), o sujeito é nulo e corresponde ao pronome *você*, *Joana* sendo um vocativo.

(23) Joana, faz o dever.

(Cardoso, 2009:20)

Diferentemente, Faraco (1986:5-6) diz que a ausência de sujeito superficial é uma das características da sentença imperativa. Para este autor, uma sentença como “Você canta essa música agora” ilustra um ato de fala impositivo em uma sentença declarativa, não se tratando, portanto, de uma sentença imperativa.

Como pontua Cardoso, alguns autores consideram que o vocativo e o sujeito do imperativo são duas instâncias do mesmo fenômeno, diferenciados apenas por posições periféricas ou não periféricas (Thorne, 1966; Jensen, 2004).

Em termos tradicionais, a oração imperativa seria incapaz de atribuir nominativo a seu sujeito que, na maioria das vezes, não é expresso e representa basicamente a 2ª pessoa do singular. No capítulo 3, vamos levantar argumentos para mostrar que sentenças imperativas podem funcionar como favorecedoras de construções com pronomes retos/default na posição de objeto, justamente porque não há um nominativo mais alto na sentença.

Nesse sentido, Marantz (1991) sugere que nenhuma morfologia de Caso reflete licenciamento diretamente. A distinção entre as morfologias de nominativo e acusativo seria sensível à estrutura sintática, como ele argumenta, mas não depende dos recursos de licenciamento do nominal. No sentido dessa teoria, toda morfologia casual é *quirky*, entendendo-se que todas elas não são relacionadas com licenciamento. Em particular, Marantz propõe, para línguas como o latim e o islandês, que dentro do sistema NOM-ACUS, o NOM é atribuído dentro das já conhecidas condições relacionadas a T (embora ele não assumira nenhuma relação disso com Agree ou atribuição envolvendo T). O que muda, porém, é a atribuição do ACUS. ACUS, nessa

teoria, é um caso dependente, atribuído a um nominal de um par, quando um outro nominal mais alto carrega NOM.

Se um nominal mais alto carrega um caso *quirky* diferente, então NOM, em vez de ACUS, será encontrado em um nominal mais baixo. Como efeito, isso leva a generalização de Búrzio para o domínio da morfologia, ao invés de relacioná-la à sintaxe de licenciamento do nominal ou a Agree.

Assim, se numa sentença imperativa não há sujeito expresso a ser marcado por nominativo, o argumento complemento pode ser marcado como nominativo. Tal situação pode ter favorecido a reanálise que pretendemos defender no capítulo 3.

1.2.3 Objeto nulo e objeto lexical – Cyrino (2001, 2002, 2006)

Para Cyrino (1994, 1997, *apud* Cyrino 2001) objetos nulos no PB são casos de elipse em PF, com reconstrução em LF, licenciados por uma categoria funcional, no caso I(nfl), que por sua vez é preenchida por uma categoria lexical. Em Cyrino (1999, *apud* Cyrino, 2001), a autora propõe que em todos os casos de reconstrução e elipse em PF deve haver uma categoria funcional que c-comande a estrutura em questão, para licenciá-la.

Cyrino (2001) retoma a questão a partir de vários autores. Galves (1989) propõe que o objeto nulo é *pro*. Kato (1993) propõe que o objeto nulo seja um *pro* identificado como sendo 3ª pessoa e licenciado por um clítico nulo. Segundo Kato, o antecedente do clítico nulo deve estar sempre em uma posição de anti-c-comando, sendo isso o que distingue o PB do PE. Assim, o PE não possui esse clítico nulo e, portanto, nunca apresenta objetos nulos em ilhas, nem tampouco em estruturas do tipo abaixo, perfeitas em PB, onde o antecedente está em uma posição de não-c-comando:

(24)

- a) estruturas com deslocamento à esquerda, podendo o antecedente ser regido por um núcleo nulo:

Com relação ao jornal, Maria perdeu ____ no ônibus
(0 (o jornal)), Maria perdeu no ônibus.

- b) Nas estruturas que se assemelham a estruturas com lacunas parasíticas, onde não há uma primeira lacuna que licencie a parasítica:

João arquivou o artigo sem ler ____

- c) nas estruturas de coordenadas:

João comprou o jornal e Maria leu ____

(Cyrino, 2001:1)

Kato (1993) também propõe o *exopro*, um objeto nulo em contextos especiais de comandos, ou receitas, podendo ocorrer em outras línguas, como no inglês:

(25) Send ____ by mail.

Mais recentemente, Kato (2000) assume que o objeto nulo pode ser um tipo de epíteto nulo, regido por um princípio nos moldes do ECP, que rege categorias vazias não-pronominais (Kato propõe o que seja um epíteto – é um nome nulo, embora, segundo Lasnik (1991), o epíteto seja [+pronominal, +referencial]), restringindo a sua ocorrência a quando há um antecedente nas posições de tópico e de objeto de V.

Cyrino (1994, 1997, *apud* Cyrino 2001) defende que a elipse e a reconstrução de objetos nulos se aplicam, quando há um antecedente [-específico, -animado], apontando esses dois traços como característicos do objeto nulo no PB.

(26)

- Está faltando um copo dos novos...

- Se está faltando, é porque você quebrou ____ (Marques Rebelo, *Rua Alegre 12*, 1940)

(Cyrino, 2001:2)

Contrariamente, se o objeto tem um antecedente [+específico, +animado], o objeto nulo, seja qual for o estatuto categorial assumido, não é permitido.

(27)

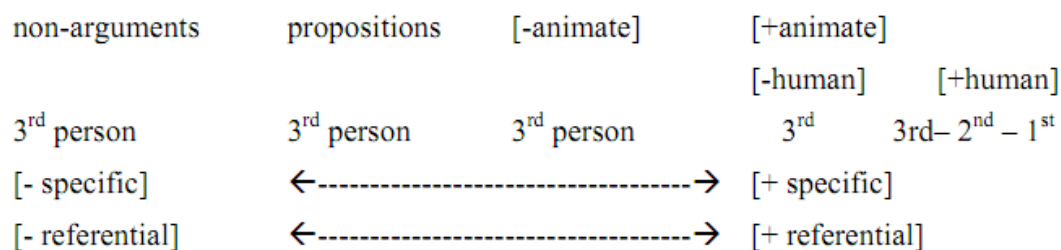
- a. Não encontrei **o João** hoje.
- b. *Você viu ___?
- c. ? Você o viu?
- d. Você viu ele?

Cyrino (2002) tenta resgatar a ideia proposta em Kato (1993) de que o objeto nulo em Português Brasileiro é a contraparte nula do pronome neutro *o*, o primeiro pronome clítico de 3ª pessoa a desaparecer da língua.

Cyrino & Lopes (2005) e Cyrino (2006) propõem, para explicar o objeto nulo, a seguinte Hierarquia da Referencialidade:

Quadro 5 - Hierarquia da Referencialidade de Cyrino e Lopes (2005)

REFERENTIALITY HIERARCHY



(Cyrino & Lopes, 2005:87)

De acordo com essa hierarquia, a referencialidade é altamente relevante para a pronominalização em várias línguas. Os argumentos [+N,+humano] estão na posição mais alta na hierarquia, e os não-argumentos, na posição mais baixa. Em relação a pronomes, o falante (=eu) e o ouvinte (=você), sendo inerentemente humanos, estão na posição mais alta da hierarquia, e o pronome de 3ª pessoa que se refere a uma proposição (o “neutro”) estaria na posição mais baixa, com a entidade [-humano] no meio. Os traços [+/- específico] interagem com todos esses traços. Assim, para uma língua que tem uma opção interna para categorias vazias ou preenchidas, um dos fatores que influenciam nessa escolha é o estatuto referencial do antecedente.

As línguas então variariam no spell-out dos pronomes: em algumas, se o pronome é de 3ª pessoa e [-animado], então ele pode ser nulo. Em Cyrino (1994, 1997),

propõe-se que certos pronomes poderiam ser o resultado da reconstrução de antecedentes e seriam elididos em PF, porque sua referencialidade seria muito baixa.

De acordo com essa hierarquia, em PB, quando o antecedente está em uma posição muito baixa na hierarquia da referencialidade, isto é, se o antecedente é [-animado] e se o antecedente é [-específico], temos o objeto nulo (Omena, 1978; Pereira, 1981; Duarte, 1986, entre outros).

Para nossa proposta, interessa saber que, nos termos de Cyrino e Lopes (2005) e Cyrino (2006), o pronome *e/e* [+humano, +específico] precisa ser realizado e não nulo. A contraparte realizável do nulo, o clítico *o*, como se argumentou, não é mais produtivo na língua. Dessa forma, para a realização da terceira pessoa [+humano, +específico], emprega-se a forma reta/default *e/e*.

No capítulo 3, vamos assumir também que, para a 1ª e a 2ª pessoas, na gramática de falantes que realizam redobros, um objeto nulo é, nos termos de Kato (1993), um *pro* definido que terá traços-phi em comum com um prefixo em estrutura de redobro, com em (28).

(28)

- a. Me ajuda **eu** / Me ajuda **pro**
- b. Eu te ajudo **ocê** / Eu te ajudo **pro**

Outra questão a ser discutida no capítulo 3 é o desuso do clítico *o* de 3ª pessoa e a manutenção das formas *me* e *te* de 1ª e 2ª pessoas no PB.

1.2.4 Pronomes pessoais em posição de objeto – Galves (2001)

Galves (2001) aborda o emprego do pronome *e/e* em posição objeto, em comparação com o objeto clítico e com objeto nulo. Para o pronome *e/e* em posição de objeto, as seguintes propriedades são apontadas:

a) Pode fazer referência a um tópico [-humano]:

(29) E o carro? Deixei *e/e* em casa.

(Galves, 2001:163)

b) Quando tem referência [-humano], não recebe foco contrastivo, não pode ser modificado nem coordenado:

(30) a. Eu vi ELE. (e não ela) (o João e não a Maria)

b.* Eu li ELE. (e não ela) (o livro e não a revista)

(Galves, 2001:163)

(31) a. Eu vi *e/es* dois. (o João e a Maria)

b. *Eu li eles dois. (o livro e a revista)

(Galves, 2001:164)

(32) a. Eu encontrei *e/e* e *ela*. (o João e a Maria)

b. *Eu li *e/e* e *ela* (o livro e a revista)

(Galves, 2001:164)

c) Ocorre como pronome lembrete, em deslocamento à esquerda clítico, em construção de tópico pendente e em relativas:

(33) A Maria, eu vi *ela* ontem.

(34) Pedro pensa que essas crianças, a Maria esqueceu de pegar *elas* na escola. (Kato, 1993)

(35) O rapaz que eu vi *e/e* na festa já foi embora.

(Galves, 2001:165)

d) Não se realiza em posição não contígua ao verbo:

(36) *As crianças leram todas *e/e*. (ele = o livro)

(37) *As crianças deram à Maria *e/e*. (ele = o livro)

(Galves, 2001:165)

e) É compatível com interpretação dêitica, mas não pode funcionar como variável ligada:

(38) Procuro alguém que (*ele) saiba falar inglês

(Galves, 2001:165)

f) Pode ser sujeito de verbo logofórico e sujeito do complexo verbal:

(39) O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer *e/e*_i

(Galves, 2001:165)

g) Seu antecedente não pode ser [-referencial]:

(40) a. Alguém (**e/e*) veio.

b. Procuo alguém que (**e/e*) saiba falar inglês.

(Galves, 2001:173)

Tendo em vistas essas propriedades, Galves faz a seguinte proposta: o pronome *e/e* é um pronome fraco (Cardinaletti & Starke, 1994), que se realiza em uma posição derivada, em Spec de vP, quando V se move para T:

(41) [TP *pro* [T deixei_i [vP *e/e*_K [v t_i [VP t_i t_K em casa]]]]]

O pronome *e/e* se diferencia do clítico e do objeto nulo por poder ser apenas [+referencial], enquanto o clítico pode ser [-referencial], pois o antecedente do pronome *e/e* é sempre um DP e nunca uma oração.

Entretanto, a distinção entre fraco e forte não se estabeleceria em termos de distinção estrutural e categorial, tal como propõem Cardinaletti & Starke (1994), sendo o pronome fraco um XP e o clítico um X⁰, mas a diferença se deveria a um traço de subcategorização morfológica de um elemento verbal: diferentemente do clítico, *e/e* seria [-especificado] em relação ao traço [ligado], tal como propõe Dobrovie-Sorin (1994). Em outras palavras, *e/e* seria um morfema livre, que exige traços-phi para verificá-lo.

Por fim, o pronome *e/e*, tal como o clítico *o*, não possui, nos termos de Galves, o traço [pessoa], o que o distingue dos pronomes *você* e *eu*. Isso explicaria o fato de apenas os dois últimos poderem se realizar como clíticos – *te* e *me* –, mas não *e/e*: o clítico *o*, quando ocorre, apresenta distribuição atípica. Concluindo, Galves (2001) propõe que *e/e* não seria um XP, mas sim um morfema livre, que se realiza numa posição A', portanto com movimento na sintaxe visível.

No capítulo 3, vamos propor que a distinção entre o pronome *e/e* e o clítico *o* é de natureza categorial, tal como em Cardinaletti & Starke (1994): *e/e* seria um DP e o clítico, um KP. É possível também argumentar que a propriedade (d) (não se realizar

em posição não contígua ao verbo) decorre não do estatuto categorial de *e/e*, mas de questões fonológicas. Veja-se que o acréscimo de qualquer material à direita torna as sentenças (36) e (37) bem formadas.

(36') As crianças leram todas *e/e* no semestre passado. (ele = o livro)

(37') As crianças deram à Maria *e/e* de presente no ano passado.

(ele = o livro)

A boa formação de (36'), por sua vez, constitui uma evidência de que *e/e* é um pronome fraco. E também favorece sua análise como um pronome *in situ*.

Diferentemente de Galves, vamos sustentar que a distinção entre *e/e* e o par *você e eu* não seria propriamente associado à ausência do traço [pessoa]. Adotando a proposta de decomposição do traço [pessoa] (Kerstens, 1993; Koeneman, 2000; Harley and Ritter, 2002 e outros), vamos assumir a existência dos traços [falante] e [ouvinte] (ou [destinatário]).

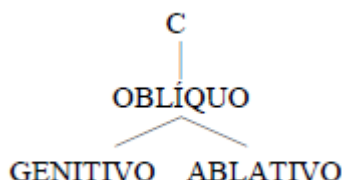
Tal como Galves, vamos assumir no capítulo 3 que clíticos em geral precisam se mover por razões morfológicas: a checagem de seu traço [+ligado], enquanto pronomes DP, como *e/e*, *eu* e *você* não têm essa necessidade morfológica.

1.2.5 Caso, subespecificação de traços e forma dos pronomes – Carvalho (2008)

Carvalho (2008) propõe uma teoria de constituição de traços, em termos de geometria de traços, para explicar o comportamento morfossintático e a forma dos pronomes em PB. A noção crucial de seu trabalho é que nem todos os traços são necessariamente compartilhados pelo alvo e a sonda (Chomsky, 1998); mas as relações de concordância e checagem de traços-phi e traços de Caso devem se dar através da raiz do conjunto de traços da sonda pelo alvo, numa relação de interseção de traços. Por exemplo, para Carvalho, se um DP pronominal entra na derivação especificado apenas para o traço casual [*u*C] e cai no domínio de checagem de um P (preposição) cujos traços são [C[OBL[ABL]]], a sonda vai ter apenas seu traço [C] valorado (*Agree* dispensando assim o *Match* completo) e o que vai para PF é então informação que gera uma forma nominativa, por exemplo, numa construção do tipo “*com eu*”. Abordaremos aqui apenas os desenvolvimentos de Carvalho relativos a Caso.

O autor propõe uma geometria de traços de Caso, baseado nas noções de subespecificação e acarretamento de traços, como proposto em Béjar (2003). A representação geométrica para a categoria Caso em PB, proposta por Carvalho (2008), é como a que segue:

(42)



(Carvalho, 2008:128)

Carvalho descreve da seguinte maneira os traços relevantes para a configuração de Caso em PB:

- a) [C]: traço minimamente distintivo para Caso. Um nominal maximamente subespecificado para Caso possuiria a penas ao traço [μ C]³.
- b) [Oblíquo]: traço que distingue DPs que podem aparecer em posição de argumentos do verbo daqueles que são complementos de um P ou de um D. A presença deste traço determina que o domínio de valoração dos traços de Caso do DP deve ser um PP (oblíquos em geral e ablativo) ou um DP (genitivo). Dessa forma, [oblíquo] pode também ser visto como uma (sub)categoria distintiva dentro de Caso, pois sua presença restringe o domínio de verificação dos traços de Caso.
- c) [Genitivo]: determinante para que um nominal tenha seu domínio de valoração de traços dentro do DP. Em PB, a presença deste traço identifica o DP como possessivo, visto que esta é a única possibilidade de Caso que tem o DP como domínio de valoração.
- d) [Ablativo]: traço altamente restritivo, uma vez que determina que o DP só pode valorar seus traços em um P específico: *com*. Assim, o portador deste traço sempre aparecerá como dependente desta preposição. [Ablativo] é essencialmente um traço dependente de [oblíquo], por ser sempre dependente de um P.

³ Esta noção é semelhante à ideia do traço [*alpha-caso*], como proposto por Weerman & Evers-Vermeul (2002), que detalharemos no capítulo 2.

O autor propõe que os traços [ABLATIVO] e [GENITIVO] são mutuamente exclusivos. Assim, a presença de um inibiria a presença do outro no alvo, uma vez que eles aparecem em contextos sintáticos distintos: elementos que carregam [ABLATIVO] são sempre realizados com preposição *com* e [GENITIVO] é exclusivo do domínio do DP.

Tal proposta pretende explicar os fenômenos de sincretismo pronominal do PB: quanto menos especificado para Caso é o pronome, mais livre é sua ocorrência. O autor argumenta que a forma nominativa é a que tem distribuição quase irrestrita, porque apresenta uma configuração de traços com especificação mínima, ou seja, apenas a raiz [C].

Nessa proposta, Carvalho segue de perto as predições de Chomsky (1999a) para determinar os mecanismos de valoração de Caso, em que as relações casuais são um subgrupo das relações de concordância. Carvalho assume com Chomsky que o que ativa a operação *Agree* são traços não valorados que entram na derivação. Para ambos os autores, as condições para *Match* dos traços-phi são suficientes para que também as condições de valoração dos traços de Caso operem nos contextos estruturais. Para os DPs que estabelecem concordância com elementos que não possuem traços-phi não valorados (dentro de um PP, por exemplo), o autor pontua que basta que eles possuam pelo menos um traço de Caso não valorado, para que *Agree* seja ativado⁴. Na visão de Carvalho, as condições para *Value* dos traços de Caso, então, seguem aquelas estabelecidas para *Value* dos traços-phi. *Match* apenas identifica pares sonda-alvo potenciais. Assim, a concordância seria a transmissão dos valores dos traços interpretáveis de um alvo para uma sonda, cujos traços são não interpretáveis, portanto ativos. *Value* é concebido como a cópia do rótulo que o traço interpretável carrega. Neste ponto, Carvalho se afasta de Chomsky, discordando da ideia de que a operação *Agree* requeira *Match* complemento entre o conjunto de traços entre sonda e alvo e assume, com Béjar (2003), que o alvo valor a sonda, se os traços do alvo *acarretam* traços da sonda, no sentido de que basta que a sonda seja um subconjunto dos traços do alvo para que a operação *Agree* ocorra. Carvalho

⁴ Este se constitui como um ponto problemático da proposta de Carvalho, no que diz respeito à valoração dos traços de Caso. Seu modelo de valoração dos traços de Caso é, como em Chomsky (1999), atrelado à operação *Agree*. Para os Casos estruturais, essa relação se aplica; mas nos contextos de Casos não ligados à estrutura argumental, como em PPs mais altos na sentença, sua assunção de que basta um traço de Caso não valorado para que *Agree* se aplique não encontra fundamentos na teoria da qual ele lança mão, pois não há *Agree* sem a presença de traços-phi. Como evidenciaremos nos capítulos 2 e 3, modelos de análise de Caso que dissociam Caso e concordância de traços-phi são uma alternativa mais satisfatória para explicar os mecanismos de valoração de Caso nos DPs em geral, de modo unificado.

reassume que a valoração dos traços de Caso se dá simultaneamente à dos traços-phi e que seria a “leitura” (aspas do autor) dessa valoração conjunta que resultaria nas diferentes formas do pronome em PF, embora não fique muito claro o significado teórico do termo *leitura*.

Transcrevemos os resultados previstos para a valoração dos traços de Caso para os pronomes de 1ª pessoa do singular do PB:

(43)

Possíveis outputs das formas casuais dos pronomes de primeira pessoa do singular

a.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[uC]	[C]	EU
[uC]	[C[OBL]]	EU
[uC]	[C[OBL[ABL]]]	EU
[uC]	[C[OBL[GEN]]]	EU

b.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[uC[OBL]]	[C]	*
[uC[OBL]]	[C[OBL]]	MIM
[uC[OBL]]	[C[OBL[ABL]]]	OK
[uC[OBL]]	[C[OBL[GEN]]]	OK

c.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[uC[OBL[ABL]]]	[C]	*
[uC[OBL[ABL]]]	[C[OBL]]	*
[uC[OBL[ABL]]]	[C[OBL[ABL]]]	MIGO
[uC[OBL[ABL]]]	[C[OBL[GEN]]]	*

d.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[uC[OBL[GEN]]]	[C]	*
[uC[OBL[GEN]]]	[C[OBL]]	*
[uC[OBL[GEN]]]	[C[OBL[ABL]]]	*

(Carvalho, 2008:131)

Carvalho defende então que a forma nominativa é aquela que menos traços possui em sua composição. As formas nominativas em PB seriam as maximamente subespecificadas (ou a categoria default, com proposto em McFadden (2007)), pois apresentariam apenas o traço [μ C] não interpretável em sua estrutura e assim poderiam assumir qualquer posição na sentença, pois os alvos potenciais para Caso terão no mínimo a mesma especificação. Dessa forma, um DP especificado apenas para [μ C] que valore este traço em T só encontrará um traço [C] e, portanto, resultará numa forma nominativa sempre. Um DP especificado para [μ C[OBL]], mesmo que, ignorando-se os meios para tal, termine por alcançar T, para ter seu traço valorado, terá como resultado a forma nominativa do pronome, pois apenas os traços identificados e valorados estão disponíveis para PF.

É importante ter em conta que, na perspectiva de Carvalho, a forma do pronome em PF depende da sonda. São traços da sonda, ainda que “menos numerosos” que os traços do alvo, que determinam a forma do pronome.

É preciso perguntar também de que maneira um pronome ou um DP comum especificados com traços casuais não interpretáveis para oblíquo chegariam a T para valorar Caso.

Como se percebe também, Carvalho assume que, para os Casos não estruturais, a valoração de Caso dependente de *Agree* não ocorre, uma vez que traços-phi não estão envolvidos no processo, e que apenas traços de Caso são sondados para ativar concordância, retomando a distinção entre Casos estruturais e não estruturais. Para Carvalho, na valoração dos Casos não estruturais, os alvos potenciais dos traços não valorados são P e D. O autor sustenta que, da mesma forma que para os traços de Caso valorados numa configuração estrutural, a leitura dos DPs oblíquos dependerá de onde seus traços de Caso serão valorados. Assim, qualquer DP pronominal que tenha seus traços de Caso valorados por P deverá ter pelo menos a mesma especificação de traços de P para que a valoração de seus traços ocorra. Sobre essa distinção entre a valoração de Casos estruturais e não estruturais, remetemos o leitor à nota 4.

Como vamos discutir no capítulo 2, em PB, as preposições, ocupantes típicas do núcleo do PP, não parecem possuir uma constituição de traços casuais específica, em sua maioria. Como revisaremos, a partir de vários autores, as preposições não

estabelecem relações casuais um para um, em sua maioria, e algumas delas possuem leituras casuais diversas.

Carvalho propõe que, da mesma maneira que para os traços-phi, a valoração dos traços de Caso deve operar pela interseção dos traços do alvo pela sonda. Em outras palavras, um DP pronominal que seja especificado com os traços [μ C[OBL]] precisa encontrar um alvo que tenha pelo menos estes mesmos traços para que *match* opere e a valoração seja efetuada.

A proposta de Carvalho é muito interessante no que diz respeito às possibilidades da realização de formas subespecificadas em contextos de valoração mais específicos, visão que adotaremos parcialmente.

Por outro lado, diferentemente de Carvalho, vamos assumir, com Weerman & Evers-Vermeul (2002), uma noção de Caso como uma relação sintática **não** coincidente com a operação *Agree* de traços-phi. Nas palavras desses autores,

“... entre as línguas, a distribuição de Caso e concordância não é coincidente. Para entender por que certos argumentos são licenciados por Caso e outros por concordância, é crucial reconhecer que as marcas de concordância são ligadas ao predicado, enquanto marcas de Caso são ligadas ao argumento. Este contraste básico não pode ser feito, todavia, se tanto Caso como concordância são reflexos de concordância especificador-núcleo, em projeções de concordância.”

(Weerman & Evers-Vermeul, 2002:306. Tradução nossa.).

Em nossa abordagem, tanto DPs ligados aos contextos argumentais como aqueles relacionados a níveis mais altos da sentença receberão um tratamento unificado, de modo que cabe ao nível KP da concha nominal e aos traços do item locado em N, quer estes traços sejam lexicalizados, quer tenham sido adicionados na Numeração⁵, o papel de valoração de Caso e realização do DP pronominal em sua forma e localização estrutural. Neste sentido, assumiremos a valoração de Caso como uma operação interna à projeção máxima KP, ao estilo da operação *Concord*⁶ (Chomsky,

⁵ A noção de traço adicional da numeração é proposta em Raposo (1998), desenvolvendo um tópico de Chomsky (1995). Faremos um breve detalhamento dessa proposta na seção 3.1.1.

⁶ Para uma breve distinção entre as operações *Agree* e *Concord*, ver seção 2.5.1 e nota 16.

1999). Como discutiremos, o Caso nominativo difere dos demais, por se tratar do DP que possui apenas o traço casual mínimo, comum a todo nominal ([alpha-caso], na terminologia de W & E-V (2002), [μ C] para Carvalho (2008)). Se o nominal não recebe, Numeração, mais nenhum traço casual para além deste, não há necessidade da projeção de um núcleo funcional para valoração de Caso e o DP é licenciado via concordância. Traremos à cena ainda a explicação de Bittner & Hale (1996) para os quais o nominativo é licenciado sob regência por antecedência de C ou de K.

1.3 Os dados de aquisição em PB – Lopes (2007)

Na discussão sobre a aquisição de objetos, Lopes (2007) afirma que a literatura em geral (Avram, 2001; Hamann, 2003; Jakubowicz et al., 1998; Schmitz & Müller, 2003; Tsakali and Wexler, 2003; entre outros) tende a concordar que línguas de clíticos colocam alguns problemas extras para a criança que as adquire. Esses problemas adviriam (i) ou do fato de os clíticos serem elementos de concordância (já que se sabe que crianças têm problemas inicialmente com concordância), (ii) ou porque os clíticos tornam a derivação mais complexa (considerando que os clíticos devem concordar com um antecedente, que pode não estar próximo, devem se movimentar etc).

A partir dessa colocação, a autora propõe a seguinte questão: o que acontece com uma língua que perdeu os clíticos de 3ª pessoa, passando a admitir objetos nulos em quaisquer contextos sintáticos, assim como também uma opção por pronomes fortes/fracos (doravante, pronomes lexicais)?

A previsão natural seria que, uma vez que as crianças adquirindo PB não têm que lidar com a complexidade envolvida na derivação dos clíticos, deveriam apresentar um padrão de objetos próximo ao da gramática-alvo.

Embora o PB licencie objetos nulos em quaisquer contextos (diferentemente do PE), a distribuição entre nulos e pronomes lexicais não é livre, mas restringida pelos traços semânticos do antecedente, a saber, animacidade e especificidade. Normalmente, os nulos retomam antecedentes [- animados], como em (44), ou [+ animados], desde que não sejam específicos, como em (46b). Os pronomes lexicais são geralmente utilizados na retomada de antecedentes [+ animados], como em (45):

(44) O Emilio perdeu [a carteira] e não consegue achar []/?ela em lugar nenhum.

(45) A Clara não quer que [o filho] veja TV, então ela sempre leva *[]/ele no parquinho.

(46) a. O policial insultou [o preso] antes de torturar *[]/ele.

b. Policial sempre insulta [preso(s)] antes de torturar []/?eles.

Diante dos pressupostos assumidos até aqui, Lopes examina resultados de aquisição. Seus dados provêm de fala espontânea de duas crianças: R., de 1;9 a 2;8 anos e AC., de 1;8 a 3;7. Para a análise dos dados, consideraram-se apenas verbos transitivos, bitransitivos e ECM, por serem os contextos que requerem um clítico nas demais línguas românicas. Contextos de nulos categoriais como em elipse sentencial (47) foram desconsiderados, para não aumentar artificialmente os resultados:

(47) Adulto: E o que acontece na história do Príncipe do Egito?

Criança: Já esqueci Æ. (AC, 3;7)

A tabela 3 exibe os resultados gerais de retomada anafórica de um DP em posição de objeto para ambas as crianças:

Tabela 3

Resultados gerais para as duas crianças.

Nulo		Pronomes lexicais		DPs		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%
275	29.2	93	9.8	575	61	943	100

(Tabela 1 de Lopes, 2007:85)

A autora aponta, na tabela acima, que o uso de nulo ainda está quantitativamente muito distante das figuras encontradas para a gramática adulta. Duarte (1986) encontrou em média 70% de nulos. Quando, entretanto, excluem-se os DPs lexicais, ficando a opção apenas entre nulos e pronomes lexicais, então se vê a clara preferência da criança pelo nulo.

Tabela 4

Média de realização de objetos nulos e pronominais.

Criança	Nulo		Pronome lexical		Total	
	N	%	N	%	N	%
R.	134	75.2	44	24.8	178	100
AC	141	74.2	49	25.8	190	100
Ambas	275	74.7	93	25.3	368	100

(Tabela 2 de Lopes, 2007:85)

A tabela 5 fornece o desenvolvimento de nulos e pronomes ao longo das faixas etárias examinadas para cada criança:

Tabela 5

Porcentagem de objetos nulos e pronominais para cada criança ao longo do tempo.

Idade	AC		R		Total N
	Nulo	Pronome	Nulo	Pronome	
1;8-1;9	100	0	100	0	9
1;10	100	0	75	25	17
2;1	100	0	69.7	30.3	95
2;3	85	15	84.7	15.3	85
2;8	73	27	64	36	52
3;0	64	36			78
3;7	81	19			32
Total	74.2	25.8	73.5	24.7	368

(Tabela 3 de Lopes, 2007:86)

Como aponta a autora, os resultados mostram claramente um padrão crescente de uso dos pronomes ao longo do desenvolvimento, enquanto se observa um decréscimo no uso de nulos. A pergunta natural é saber se se trata de uma única e mesma categoria de nulo ou se há mudança de seu estatuto durante o desenvolvimento. Lopes ainda comenta que os resultados também apontam para um padrão muito interessante em ambas as crianças, embora se verifique em diferentes faixas etárias para cada uma. Ambas começam com uma produção de 100% de objetos nulos, mas obviamente essa figura diminui à medida que os pronomes surgem. Para R., isso acontece quando ela está com 1;10, e para AC, com 2;3 anos. De acordo com a

autora, o exame qualitativo dos dados leva a perceber que os objetos nulos inicialmente são instâncias de nulos dêiticos em contextos imperativos; contudo, quando os pronomes começam a ser utilizados, o nulo se torna anafórico. A autora oferece a seguinte comparação:

(48) a. Garda (= guarda) \emptyset qui. (R., 1;9)

(A criança está segurando a chupeta, obviamente se referindo a ela.)

b. Tila (= tira) \emptyset umbassu (= embaixo) (R., 1;9)

(A mãe havia colocado a chupeta sob o gravador.)

(49) Não vou guardar \emptyset . (AC, 3;7)

(A criança se refere a seus brinquedos que estão em outro ponto da casa.)

Como prossegue Lopes, Kato (1994) já havia apontado para a necessidade de distinguir os objetos nulos dêiticos dos anafóricos, mostrando que os nulos dêiticos podem ocorrer universalmente em contextos imperativos, mas no PB também em outros contextos sintáticos. Para esta autora, ainda, os nulos dêiticos, por ocorrerem com imperativos, são um fenômeno raiz e estariam restritos a referentes inanimados de 3ª pessoa, diferentemente de operadores nulos que podem ocorrer em subordinadas e não se restringem a referentes inanimados. Lopes assume, seguindo Salustri & Hyams (2002), que sentenças imperativas são licenciadas pela categoria funcional *MoodP*, responsável por checar o traço semântico 'irrealis' do verbo, como em (50).

(50) [*MoodP* [*vP/VP*]]

(Lopes, 2007:87)

Tendo em conta essas considerações, o trabalho verificou o uso de imperativos em uma das crianças consideradas para o objeto, AC, e constou-se, segundo a autora, que, de fato, há um alto percentual dessas construções nos arquivos iniciais, tendendo a uma queda ao longo do desenvolvimento.

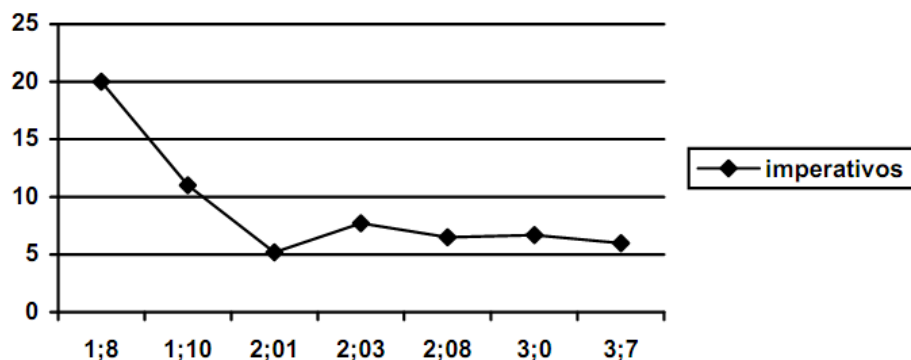


GRÁFICO 1 – Porcentagem de imperativos ao longo do desenvolvimento de AC.

(Lopes, 2007:87)

Kato (1994) nota ainda que, na fase inicial, em que as imperativas são numericamente mais expressivas, verbos no pretérito perfeito indicam mais um aspecto de telicidade que a oposição presente / pretérito, propriamente. Esta autora argumenta que o uso do objeto nulo em tais contextos também é, inicialmente, aquele de um dêitico nulo, o que mostra que a criança está expandindo os contextos de uso do nulo dêitico para além do imperativo, conforme se vê em (51):

(51) Telô []! (= tirou) (R. 1;9)

(Lopes, 2007:88)

Seguindo Salustri & Hyams (2002), Lopes propõe que as derivações com formas imperativas, porque são sempre um fenômeno raiz, não contêm em sua Numeração nem TP, nem AspP, já que têm uma natureza dêitico-ilocucionária, não apresentando contraste de tempo ou aspecto. No caso da gramática infantil, como o sujeito é sempre de 2ª pessoa do singular, isso reforçaria a ausência de TP. Assim, em tais derivações, a estrutura esperada seria aquela apresentada em (50).

Lopes retoma então Cyrino & Matos (2002), que concluem que “em português brasileiro, tanto a elipse de clíticos como a elipse de VPs podem ser licenciadas por núcleos funcionais distintos de T” (p. 191)⁷. Lopes assume, em consonância com C&M (2002), que a categoria relevante para o licenciamento de elipses de VP e de objetos

⁷ “(...) in Brazilian Portuguese both clitics and VP ellipsis may be licensed by functional heads distinct from T”. (Tradução nossa)

nulos em PB seria o núcleo aspectual, propondo a seguinte hierarquia funcional na sentença (consideradas apenas as categorias relevantes para a discussão):

(52) [MoodP [TP [AspP [vP/VP]]]]

Lopes destaca o contraste entre (50) e (52). Como derivações imperativas como (50) não envolvem o núcleo T e não projetam AspP, sob essas condições, o único licenciamento de objeto possível seria o dêitico, realizado lexicalmente ou nulo – sendo este último a opção inicial da criança adquirindo o PB. E a autora aponta, então, uma comparação entre o Gráfico (1) e a Tabela (5) (na nossa numeração), que revela uma queda brusca na produção de formas imperativas aos 2;1 anos, atingindo, a partir daí, percentuais que se mantêm razoavelmente constantes até o último arquivo examinado. Lopes sublinha ainda que, aos 2;3 anos, AC começa a produzir pronomes em posição de objeto e a apresentar objetos nulos anafóricos. É também nessa faixa etária que a distinção perfectivo / imperfectivo se torna especificada em AspP, se considerados os resultados sobre aspecto discutidos anteriormente.

Lopes passa então à análise sobre a relevância dos traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente, considerando apenas os casos de objetos nulos, a partir da tabela abaixo.

Tabela 6

Porcentagem média de nulos para cada criança e resultados de Cyrino (1997) para o século XX, de acordo com os traços semânticos do antecedente (Numerador = nulo; Denominador = nulo + pronominal).¹¹

Criança	[-anim/+espec]	[+anim/+espec]	[-anim/-espec]	[+anim/-espec]
AC	66.6% (70/105)	33.4% (8/22)	100% (30/30)	0
R	83.6% (117/140)	47.6% (10/21)	41.2% (7/17)	0
XX	87% (64/74)	0	93% (27/29)	57% (4/7)

(Tabela 4 de Lopes, 2007:90)

O principal apontamento feito sobre essa tabela diz respeito à alta porcentagem de objetos nulos [- animados], especialmente com antecedentes [+ específicos] (70 casos sobre 30 com o traço [- específico] para a criança AC). A autora afirma que o resultado mais claro envolve os traços [- animado, + específico]. Para ela, esses são os traços mais relevantes e os primeiros a se manifestarem na aquisição. Lopes adverte,

contudo, que é preciso notar que os nulos dêiticos iniciais também se encaixam nessa categoria. O problema para as crianças, entretanto, parece residir nos antecedentes com traço [+ animado]. Conquanto o número de casos não seja extremamente alto, ambas as crianças ainda usam nulos para antecedentes [+ animados,+ específicos], casos em que o adulto preferiria um pronome.

Em relação aos pronomes, Lopes depreende da Tabela 6 um quadro mais claro (considerando que o denominador inclui nulos e pronomes). Há 43 casos de antecedentes [+ animados, + específicos], e, destes, 18 foram retomados como um objeto nulo – são os casos inesperados. Os 25 casos restantes foram divididos em [± humanos], e, dentre esses, há 14 casos de retomadas de antecedente [+ humano], todos eles realizados por um pronome lexical:

(53) E sabe quem pegou ele no final? (AC, 3;7) (Referindo-se a um bebê.)

Lopes conclui que, como o traço de animacidade é intrínseco ao item lexical, só se pode imaginar que os resultados sejam devidos ao traço de especificidade que deve ser calculado⁸ na derivação para o mapeamento semântico. Lopes sustenta que a hipótese de Cyrino & Matos (2002, 2005) e as evidências apresentadas sobre aquisição levam a acreditar que a interação entre o traço de especificidade e o cálculo de aspecto sentencial é que causa a dificuldade para a criança adquirindo o PB.

Tendo em vista a proposta de Lopes, vamos destacar os seguintes pontos:

(i) Em termos de aquisição, Lopes considera que os clíticos oferecem os mesmos problemas para a criança que elementos de concordância, e classifica os clíticos como concordância, em certo sentido. No capítulo 3, argumentaremos que a natureza morfossintática dos clíticos pode ter favorecido a reanálise de algumas formas clíticas como prefixos de concordância. Desse modo, buscamos justificar as construções de redobros em alguns falares do PB;

⁸ Raposo (1998), desenvolvendo um tópico sugerido em Chomsky (1995), usa o termo *adicionado*, para se referir a traços [-intrínsecos] que passam a compor um item lexical, quando ele é lançado na Numeração. Faremos uma breve referência a essa proposta no capítulo 3.

(ii) Embora o PB licencie objetos nulos em quaisquer contextos, ao contrário do PE, a distribuição entre nulos e pronomes lexicais não é livre, mas é restringida pelos traços semânticos do antecedente, a saber, animacidade e especificidade. Normalmente, os nulos retomam antecedentes [- animados] ou [+ animados, -específicos], enquanto os pronomes lexicais são geralmente utilizados na retomada de antecedentes [+ animados] e [+específicos] na fala adulta;

(iii) Lopes mostra, através de seus resultados, que a criança começa com uso absoluto de objetos nulos e aos poucos vão surgindo os pronomes lexicais, ao mesmo tempo em que há um decréscimo dos nulos. Acreditamos que os nulos dêiticos compartilhem traços comuns com os pronomes retos em posição de objeto (o traço [+dêitico], intrínseco aos pronomes de 1ª e 2ª pessoa), principalmente em contextos imperativos, como vimos nos dados de Machado Rocha (2010) (*olha eu, chama eu, leva eu, beija eu*);

(iv) Os objetos nulos inicialmente são instâncias de nulos dêiticos em contextos imperativos; contudo, quando os pronomes começam a ser utilizados, o nulo se torna anafórico. A razão para essa “troca de papéis” se dá, provavelmente, porque os elementos dêiticos tornam-se preferencialmente preenchidos;

(v) Como apontou Kato (1994), a criança começa usando o nulo dêitico em imperativas e aos poucos vai ampliando este uso para outros contextos. Vamos propor, no capítulo 3, que a sentenças imperativas podem ter servido de porta de entrada para o uso de pronomes retos (que chamaremos *default*) em posição de objeto;

(vi) Seguindo Salustri & Hyams (2002), Lopes propõe que as derivações com formas imperativas não contêm em sua Numeração nem TP, nem AspP, já que têm uma natureza dêitico-ilocucionária, não apresentando contraste de tempo ou aspecto. No caso da gramática infantil, como o sujeito é sempre de 2ª pessoa do singular, isso reforçaria a ausência de TP. A ausência do contraste entre os sistemas C-TP e v-VP pode ser uma dos motivos para o uso da forma default/reta pela criança em posição de objeto, uma vez que nas imperativas o sujeito não é expresso. Este pode ter sido um dos gatilhos que levou ao uso das formas default e ao abandono de oblíquos em muitos falares do PB.

No capítulo 3, vamos discutir os contextos favorecedores para as reanálises que proporemos, em que as imperativas são centrais.

1.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, fizemos uma revisão do paradigma atual dos pronomes pessoais no português brasileiro não padrão. A partir de vários trabalhos, retomamos as discussões sobre a ocorrência de pronomes retos na posição de complementos. Como demonstramos, esse fenômeno se apresenta bem difundido por todo país e ocorre para as três pessoas pronominais. Discutimos também a realização de redobro de pronomes objetos, o que coloca um problema a mais para nossa investigação. Ao que parece, sentenças imperativas tendem a favorecer o uso de formas retas em posição de complementos e podem ter servido de porta de entrada para esses usos em outros tipos sentenciais. Além do tipo da sentença, traços do pronome parecem influir na forma e mesmo no preenchimento da posição de objeto, hipóteses sustentadas por análises sociolinguísticas e por dados de aquisição.

Capítulo 2: Caso, preposições e spell-out de pronomes

Neste capítulo, vamos apresentar o quadro teórico e rever as análises precedentes que sustentam nossa proposta. Principalmente, vamos rever as relações entre preposições e Caso, retomar a teoria de Caso na tradição sintática e detalhar o modelo sobre o qual desenvolveremos nossa análise

2.1 Preposições e Caso – Vários autores

Muito se discute sobre a manutenção de um sistema residual de casos no paradigma do PB, visto que os nomes não apresentam essa marca. As relações que no latim eram determinadas conjuntamente por desinências casuais e preposições passaram a ser estabelecidas em português por preposições e pelo ordenamento dos constituintes da sentença. Como pretendemos explicar a situação atual da morfossintaxe de Caso para os pronomes pessoais, a partir de uma abordagem geral para o sistema casual do PB, é importante ampliarmos um pouco a discussão deste ponto.

Como vimos no capítulo 1, a tradição costuma chamar de oblíquos pronomes retos precedidos de preposição e pronomes com funções ora acusativas ora dativas. Para o sistema dos nomes, os casos são determinados principalmente pela posição argumental, organizados, grosso modo, como DPs sujeitos, DPs objetos e PPs. Note-se que, nessa via de comparação, sintagmas que o PB realiza como PPs eram realizados em latim como DPs marcados para determinados casos. Essa comparação também pode se dar sincrônica entre PB e uma língua com morfologia desinencial para Caso. Há uma relação diacrônica inegável entre a função das preposições e das desinências casuais, como já atestado e reafirmado na literatura. Poggio (2002: 96-100) reúne vários desses estudos: Boer (apud López, 1970:79-80) afirma que as preposições do francês funcionam do mesmo modo que as desinências casuais latinas. Hjelmslev (apud Benveniste, 1995:141-142), pontua a estreita relação funcional entre as preposições e o Caso. Said Ali (1964: 203) assume que as preposições têm papel semelhante ao dos sufixos dos casos oblíquos. Cervoni (1991) reafirma que as flexões casuais e as preposições participam de uma função comum, indicando as preposições como parte da morfologia nominal em sentido amplo. Rubio (1983: 166) vê as duas categorias como elementos funcionais que servem para indicar a relação do nome (ou pronome) com o resto do enunciado, assumindo ser claro que as noções que as línguas flexionais expressam através de desinências casuais se apresentam nas línguas não flexionais por meio de preposições. Para este pesquisador, a única diferença entre casos e preposições seria a sua distinta posição na cadeia da fala: os casos sendo declinações por sufixos e as preposições flexão por prefixos, ambos, porém, expressando igual conteúdo, como se vê em *matris = da mãe, matri = à mãe*

(comparando *latim – português*). Rubio aponta algumas diferenças entre as preposições e as desinências de caso, das quais selecionamos duas que merecem nossa atenção neste trabalho: a independência morfológica das preposições, ao contrário das desinências, e a possibilidade de uma preposição afetar vários nomes sem se repetir. Rubio, referindo-se à função das preposições no latim, assume ainda que, ao reger determinado Caso, as preposições neutralizam o valor do morfema casual, transformado o objeto declinado em simples designação nominal, e são elas, as preposições, que passam a determinar a relação do nome com o enunciado, indicando essa particularidade morfossintática das preposições como o gérmen da perda desinencial. Poggio (2002) aponta que, nessa perspectiva, preposições e casos apoiam-se sobre noções essencialmente distintas, embora às vezes demonstrem equivalência. E acrescenta que ambos não podem ser examinados sob um mesmo prisma, não podendo ser reunidos num mesmo grupo.

Concordamos com Poggio quanto à natureza morfológica diferenciada de preposições e desinências casuais, embora discordemos de sua expressão “às vezes demonstrem equivalência”. Como defenderemos mais adiante, com base em propostas mais recentes que serão apresentadas nas seções a seguir, há razões empíricas e teóricas para se argumentar que a preposição faz parte da função Casual, quer no latim, em que traços casuais ligados ao N eram acompanhados de substância morfofonológica, quer em PB, em que os traços casuais não interpretáveis do N são valorados pela preposição. Quanto à afirmação de Rubio sobre a neutralização das desinências casuais diante de preposições, somos absolutamente contrários. Como se sabe, há línguas indoeuropeias que apresentam desinências de caso e possuem também preposições que entram no estabelecimento das relações casuais. O latim exemplifica bem essa situação. Comparem-se os exemplos abaixo⁹:

(54)

- a. Bonos discipulos magister laudauit.
bons alunos-ACUS professor-NOM elogiou.
“O professor elogiou os bons alunos.”
- b. Ad bonos discipulos donos magister dedit.
a(preposition) bons alunos-ACUS presentes professor deu
“O professor deu presentes aos bons alunos.”

⁹ Usaremos aqui exemplos didáticos, muito comuns em manuais de introdução ao estudo do latim, pela necessidade de clareza explicativa dos paralelos que vamos expor, o que nos textos originais se torna impraticável.

Um sintagma como *ad bonos discipulos* é considerado pela tradição latinista (Faria, 1958) como *acusativo de movimento precedido de preposição ad*. Percebemos, porém, que tal sintagma possui uma leitura fortemente ligada a papéis como destinatário, alvo, ou beneficiado, papéis muito comumente associados ao dativo. Não estranhamente, o acusativo preposicionado pode ser substituído por um dativo na sentença (b).

b'. Bonis discipulis-DAT donos magister dedit.

“O professor deu presentes aos bons alunos.”

Pode-se assumir, com segurança, que a desinência e a preposição operam conjuntamente num arranjo casual específico e não faz sentido falar em neutralização, como pretendeu Rubio (1983). Usamos a expressão *arranjo casual* para nos referirmos à relação de dependência entre a leitura temática explicitada por dada marca morfológica de Caso relativamente à presença de outras marcas morfológicas de Caso na mesma sentença, nos amparando em Marantz (1991)¹⁰. A partir das propostas assumidas em nosso trabalho, uma explicação alternativa para o processo de ruína do sistema morfológico de casos do latim pode ser aventada sobre a hipótese de que a natureza dos traços de checagem da preposição se alteraram em dado momento, por efeitos de reanálise. O processo teria seguido os seguintes passos: primeiramente, traços interpretáveis de Caso estavam presentes nas desinências e nas preposições. Conjuntamente, elas determinavam a explicitação de uma dada leitura casual. Seria este o motivo para que um papel temático pudesse ser explicitado por morfologias variadas.

(55)

a. amico-DAT librum dare

b. ad amicum-ACUS librum dare

“dar um livro ao amigo”

Em certo momento da língua, as preposições são reanalisados como as únicas portadoras dos traços de Caso interpretáveis e as desinências passam a ser vistas como carentes desses traços, restando-lhes apenas os outros traços do amálgama que as compunham: tema, gênero e número. Neste momento, haveria uma morfologia nominal “inchada”, e poderíamos propor as seguintes sentenças hipotéticas:

(56)

a. ad amicus/amicum/amico(...) librum dare.

¹⁰ Proposta brevemente apresentada na seção 1.2.2.3, p 33.

Nessa situação hipotética, a preposição *ad* determinaria, sozinha, o Caso dativo do nominal, e haveria várias desinências compostas dos traços [tema –o], [masculino], [singular], uma vez que essas marcas não trariam mais a informação casual que era distintiva entre elas. Esse “excesso de morfologia” permitiu o já conhecido apagamento das desinências de casos, restando apenas as desinências relativas aos traços que se mantiveram realizados como desinenciais: gênero, número e tema. Essa hipótese, no contexto deste trabalho é, evidentemente, apenas uma nota para pesquisa futura. Tais mudanças fariam parte de um processo mais amplo de reanálise das formas casuais dos pronomes, após a ruína do sistema morfológico de casos. Uma etapa no processo de perda do sistema de desinências de caso, como se sabe, passou pela redução de casos, em que o genitivo deu lugar ao ablativo preposicionado, e o dativo, ao acusativo preposicionado (Maurer Jr., 1959; Williams, 1961; Poggio, 2002; Machado Rocha, 2006, e outros).

As próximas três seções, além dos tópicos específicos de que tratam, trazem também evidências e argumentos em favor de que a preposição participa das relações de Caso.

2.2 Teorias de Caso - Pesetsky & Torrego (2010)

Pesetsky & Torrego (2010) reveem as noções de Caso desde os primeiros trabalhos na teoria gerativa até propostas datadas em 2009, das quais nos interessam algumas colocações em particular.

Como pontuam os autores, em línguas como o latim, o russo, o japonês e várias outras, o caso acusativo é encontrado em complementos de V e às vezes em complementos de P, mas não em complementos de N e A. Complementos de N e A carregam um diferente tipo de caso (ou seja, a morfologia de genitivo), ou também podem aparecer como PPs. Um complemento de N ou A não pode aparecer como um nominal despojado (ou seja, sem morfologia ou elemento funcional que lhe especifique o caso). Os exemplos a seguir¹¹, do latim, ilustram esse padrão, que é encontrado em muitas outras línguas.

(57) Complemento de V (acusativo)

[_{VP} scripsit libr-um]
escreveu livro-ACUS

(58) Complemento de P (acusativo)

[_{PP} ad Hispani-am]
a-prep Espanha-ACUS

(59) Complemento de N

a. [_{NP} amor libertat-is]
amor liberdade-GEN
“amor à liberdade”

b. (*acusativo)

*[_{NP} amor libertat-em]
amor liberdade-ACUS

¹¹ Exemplos obtidos em corpora do site Perseus de línguas clássicas: <http://www.tufts.perseus.edu>.

- c. [_{NP} amor [_{PP} in patriam]]
 amor em-*prep* patria¹²
 “amor à pátria”

(60) Complemento de A

- a. urbs [_{AP} nuda praesidi-o]
 cidade nua defesa-ABL
 “cidade privada de defesa”

- b. (*acusativo)
 *urbs [_{AP} nuda praesidi-um]
 cidade nua defesa-ACUS

- c. [_{AP} liberi [_{PP} a delici-is]]
 livre de luxos¹³

- d. *[_{AP} liberi delici-as]]
 livre luxos-ACUS

(Pesetsky & Torrego, 2010: 1-2)

Os autores prosseguem, argumentando que essa assimetria pode ser captada como em (61):

(61) Caso acusativo em línguas do tipo do latim:

- a. V e P atribuem caso acusativo a um NP complemento.
 b. N e A não atribuem caso acusativo a um NP complemento.

À primeira vista, algumas línguas, como o inglês, parecem escapar ao fenômeno descrito em (61). Porém, a distribuição de complementos no inglês se assemelha fortemente à generalização capturada em (61). Como pode ser visto nos exemplos (62) – (66), o inglês permite nominais complementos exatamente naqueles contextos

¹² Embora o texto original não indique o caso de *patriam*, neste exemplo, vale pontuar que se trata de um acusativo, ou seja, comparando-se os exemplos (b-c), a agramaticalidade de um sintagma formado unicamente de acusativo diante de um nominativo (caso de *amor*) é resolvida pela inserção da preposição *in*.

¹³ Pelos mesmos motivos apresentados na nota anterior, acrescentamos que o caso de *deliciis* é *ablativo*.

em que línguas como o latim atribuem ACUS e bloqueiam nominais despojados em posição de complementos.

(62) Fatos sobre a disponibilidade de NPs complementos em inglês

- a. V e P permitem um NP complemento.
- b. N e A não permitem um NP complemento.

(63) Complemento de V (NP)

[_{VP} wrote the book]

“escreveu o livro”

(64) Complemento de P (NP)

[_{PP} to Spain]

“à Espanha”

(65) Complemento de N

a. [_{NP} love of liberty]

“amor à liberdade”

b. (*NP)

*[love liberty]

(66) Complemento de A

a. [_{AP} free from luxuries]

“livre de luxos”

b. (*NP)

[_{AP} free luxuries]

(Pesetsky & Torrego, 2010: 2-3)

Diante desses exemplos, os autores retomam do o Filtro de Caso de Vergnaud, lembrando que, em línguas como as examinadas aqui, todo nominal capaz de exibir morfologia de Caso *precisa* exibi-la.

(67) Filtro de Caso

*[NP - caso]

Para P&T, em um primeiro momento, as diferenças entre o inglês e o latim poderiam ser formuladas da seguinte maneira:

(68)

- a. A morfologia de Caso em inglês é fonologicamente zero.
- b. O inglês tem caso acusativo, mas não tem genitivo, dativo, ablativo, etc, como ocorre no latim.

Morfologia de Caso fonologicamente zero é um fenômeno independentemente encontrado em línguas que possuem um sistema rico de caso morfológico. No russo, por exemplo, embora a maioria dos nomes exiba morfologia visível de Caso, muito parecido com o latim, há também uma produtiva classe de nomes indeclináveis. Grande parte desses nomes são empréstimos estrangeiros, que, por apresentarem certas propriedades fonológicas estranhas ao russo, não podem receber morfologia de Caso. Diferentemente do inglês, mas semelhantemente ao latim, o russo é uma língua que tem casos como o genitivo e o dativo que podem ser atribuídos por N ou A.

(69) Nomes declináveis vs. indeclináveis

- | | | |
|--|---|---------------------|
| a. [VP vidit mašin-u]
vê carro-ACUS | b. [PP v mašin-u]
dentro carro-ACUS | <i>declinável</i> |
| a'. [VP vidit kenguru]
vê canguru-ACUS | b'. [PP v kenguru]
dentro canguru-ACUS | <i>indeclinável</i> |
| c. [NP uničtoženie mašin-y]
destruição carro-GEN | d. [NP ljubov' [PP k mašin-e]]
amor a-prep carro | <i>declinável</i> |
| c'. [NP uničtoženie kenguru]
destruição canguru-GEN | d'. [NP ljubov' [PP k kenguru]]
amor a-prep canguru | <i>indeclinável</i> |
| e. [AP dovolen mašin-oj]
satisfeito carro-INSTR | f. [AP serdit [PP na mašin-u]]
irritado por carro | <i>declinável</i> |
| e'. [AP dovolen kenguru]
satisfeito canguru-INSTR | f'. [AP serdit [PP na kenguru]]
irritado por canguru | <i>indeclinável</i> |

(Pesetsky & Torrego, 2010:4)

O que se percebe nessas comparações é que o russo tem um padrão próximo do latim: a língua possui tanto morfologia de caso, como também possui preposições. Em

nomes indeclináveis, a preposição é o único elemento a indicar o Caso do nominal. Os autores pontuam que PPs parecem atender ao Filtro de Caso, da mesma forma que os NPs com morfologia desinencial de caso.

P&T relembram que um verbo particular pode requerer o caso dativo como seu complemento em línguas como o latim, o islandês ou o Warlpiri¹⁴ e propõem que a morfologia de dativo pode suplantam a então esperada morfologia de acusativo (ou nominativo). Tal exigência parece estar ligada à estrutura argumental e à atribuição de papel temático: um item lexical pode exigir um caso especial apenas naqueles nominais que eles tomam como argumentos semânticos (e aos quais eles atribuem um papel temático). Quando tal requerimento ocorre, uma questão surge imediatamente: a atribuição dessa morfologia idiossincrática também licencia o nominal, como a atribuição do acusativo ou do nominativo faz? Em outras palavras, seria essa morfologia no nominal apenas “tinta” que obscurece um caso nominativo ou acusativo subjacente, ou de fato ela representa uma forma alternativa de licenciamento que torna uma atribuição casual adicional desnecessária?

No islandês, por exemplo, parece que a morfologia nominal idiossincrática exigida por certos verbos é, na verdade, “tinta” que cobre um sistema que, profundamente, é muito parecido com o do inglês. Tal morfologia tem sido chamada de caso “quirky” (caso equivocado, falso) (Andrews, 1982). Os casos nominativo e acusativo que não estão ligados à estrutura argumental ou a papéis temáticos são chamados de *casos estruturais*, por oposição.

(70) a. *Ɖeir luku kirkjunni.*
eles terminaram a-igreja-DAT
“eles terminaram a igreja”

b. *Við vitjuðum Olafs.*
nós visitamos Olaf-GEN

(71) a. *Kirkjunni var lokið (af Jóni).*
a-igreja-DAT foi terminada

¹⁴ Semelhantemente, o português rege casos diferentes do acusativo – *gostar de, conversar com*.

b. Olafs var vitjað (af Jóni).
Olaf-GEN foi visitado

(Islandês)

Em sentenças em que o verbo principal não requer um caso *quirky* específico, o objeto de um verbo ativo apresenta morfologia de caso acusativo, enquanto argumentos correspondentes em uma sentença passiva apresentam nominativo (numa sentença finita) – como é esperado, se o *v* em passivas falha em atribuir acusativo.

Além disso, em contextos em que um nominal visível não é licenciado por caso abstrato numa língua como o inglês, a morfologia do caso *quirky* não é suficiente para licenciar o nominal numa língua como o islandês. A posição de sujeito de um complemento infinitivo do verbo *tentar* oferece exemplos relevantes:

(72) a. Mér býður við setningafræði.
eu-DAT está-enjoado de sintaxe

b. *Hún reyndist mér bjóða við setningafræði.
ele tentou eu-DAT estar-enjoado de sintaxe

(Pesetsky & Torrego, 2010:9)

O caso *quirky* no islandês, dessa maneira, parece ser irrelevante para o licenciamento de nominais. Ele não constitui uma alternativa para licenciamento abstrato de acusativo ou nominativo, mas apenas torna a atribuição da morfologia de acusativo e de nominativo não detectável.

Por outro lado, certas morfologias nominais lexicalmente regidas de fato parecem licenciar nominais, e o resultado seria então que nenhum outro licenciador abstrato de Caso seria necessário. Tal morfologia é chamada de *Caso inerente* (Chomsky, 1986). Em russo, por exemplo, quando um complemento nominal apresenta morfologia de dativo ou de instrumental, por exigências de verbos como *ajudar* ou *gerenciar* (73), e o verbo é passivizado (74), o nome não sobe para Spec,TP, como ocorreria com os casos morfológicos idiossincráticos no islandês. Ao invés disso, a construção é proibida, uma vez que o complemento não precisa se mover por razões ligadas a Caso, e princípios gerais de ECONOMIA impedem um nominal licenciado de subir para Spec,TP para satisfazer EPP.

- (73) a. Ivan pomog studentam.
Ivan ajudou estudantes-DAT-PL
- b. Maša upravljaet zavodom
Masha gerencia fábrica-INSTR-SG

- (74) a. *Bylo pomoženo studentam.
foi ajudado estudantes-DAT-PL

(*para qualquer ordem de palavras e qualquer padrão de caso)

- b. *Bylo upravleno zavodom.
foi gerenciada fábrica-INSTR-SG

(*para qualquer ordem de palavras e qualquer padrão de caso)

(Pesetsky & Torrego, 2010:10)

Ainda nas palavras de P&T, Chomsky (1981), desenvolvendo uma sugestão de Aoun (1979), especula que Caso é uma precondição para que o NP receba interpretação na Forma Lógica (LF). Essa hipótese ficou conhecida como Hipótese da Visibilidade. O Critério Temático de Chomsky (1981) (e sua proposta geral mais recente, o princípio de *Interpretação Plena (FI)* (1986)) proíbem qualquer NP que falha em receber uma tal interpretação. Dessa forma, o Filtro de Caso, pelo menos até onde ele tem o efeito de propor que certas expressões são inaceitáveis, pode ser dito como proveniente de princípios mais gerais que requerem que todos os componentes de uma expressão sintática sejam “legíveis” na interface com os componentes semânticos. Evidentemente, a ligação entre Caso e legibilidade permanece como uma estipulação. Além disso, essa proposta deixa sem explicação o fato de que argumentos sentenciais (e PPs) possam ser interpretados sem receber Caso.

Recentemente, P&T tentaram levar adiante a proposta de Chomsky por um caminho diferente (Pesetsky & Torrego, 2001). Como Chomsky (1995a, 2000) e outros têm observado, traços que são expressos morfologicamente em uma palavra em particular não são sempre interpretadas naquela posição. Por exemplo, um verbo finito numa língua como o latim ou o inglês vai sempre carregar morfologia de número e pessoa, que são na verdade relevantes semanticamente para o sujeito da sentença, mas não para o verbo propriamente. Mais especificamente, traços-phi como pessoa, número e gênero parecem ter tanto variantes interpretáveis como não interpretáveis, dependendo de em qual categoria de palavras eles aparecem.

Nos modelos padrão, os casos nominativo e acusativo são notadamente diferentes. Como é descrito normalmente, traços de Caso não têm qualquer interpretação semântica associada a eles, não importa onde eles ocorram.

P&T (2001) sugerem que essa anomalia na teoria pode ser um sinal de que Caso é, na verdade, a contraparte não interpretável de algum traço interpretável – um traço, talvez, ao qual normalmente se dá um nome diferente. A conhecida relação entre Tempo e caso nominativo sugere que Caso pode ser de fato uma instância não interpretável de Tempo (T). Se Caso for de fato T em núcleos nominais, como se poderia explicar a exigência de que um nominal ocupe uma “posição casual”, e a ausência de uma tal exigência para sentenças (CPs) e PPs? A resposta teria que ligar a aparente necessidade de Caso do nominal a algum tipo mais geral de necessidade exibida por outros traços. P&T (2001) argumentam que isso de fato ocorre, e uma necessidade desse tipo é encontrada para outros traços.

Como discutido por Chomsky (1995a) e vários outros, os traços dos itens lexicais quase que geralmente vêm do léxico de duas maneiras: valorados ou não valorados. Um item lexical com um traço não valorado é um elemento que “sabe” que precisa carregar um traço, como, por exemplo, número, mas não sabe, no léxico, se este traço será, por exemplo, singular ou plural. A existência de traços não valorados pode ser atestada no fenômeno da concordância.

P&T (2001) sugerem que o processo então chamado de “atribuição de caso” na verdade nada mais é que *Agree* sendo aplicado para valorar um traço-T não valorado no nominal. Quando o caso nominativo é atribuído a uma expressão nominal, o que está de fato acontecendo é a valoração de um traço-T não valorado no nominal por uma contraparte valorada no TP propriamente (e, no fim das contas, pelo verbo finito). Instâncias de nominais que violam o Filtro de Caso (e, por conseguinte, produzem um julgamento de agramaticalidade) são simplesmente nominais cujo traço-T permanece não valorado, por falta de um portador local apropriado da contraparte valorada.¹⁵

P&T (2001) estendem a proposta para o caso acusativo, argumentando que traços-T em categorias dentro do sistema VP podem funcionar da mesma forma que Tempo propriamente, para valorar T em um nominal.

¹⁵ Surge aqui o seguinte problema: se fosse assim, ter-se-iam “variantes” do caso nominativo, para tempos diferentes, o que não acontece. Os autores discutem a questão mais adiante.

Para os argumentos PPs, P&T (2001) defendem haver a seguinte propriedade: uma preposição carrega traços-T valorados (e de fato compartilha um volume significativo desses traços na sintaxe com Tempo (T): veja-se por exemplo o uso de preposições tal como a preposição *to* do inglês dentro do sistema TP. Assim, um PP não exhibe exigências como Filtro de Caso, porque é capaz de valorar traços-T do nominal internamente.¹⁶

A partir de P&T (2001), Wiltschko (2003) argumentou que o Halkomelem Salish não exhibe nenhum Filtro de Caso para o nominais, precisamente porque, como os CPs do inglês e nominais inerentemente marcados para caso em outras línguas, um nominal do Halkomelem não precisa valorar seu traço-T externamente, uma vez que ele é não apenas interpretável, mas lexicalmente valorado (como o T num verbo finito do inglês e do português).

(75) T interpretável em N no Halkomelem Salish

a. te-l má:l-elh
 DET-1SG-POSS father-PRET
 “meu pai falecido”

b. te-l xéltel-elh
 DET-1SG-POSS lápis-PRET
 “meu último lápis”

(Burton, 1996:67. *apud* Pesetsky & Torrego, 2010:17)

Sobre a distinção entre as morfologias do nominativo e do acusativo, Chomsky (1995a) sugere que a escolha entre a morfologia de nominativo ou de acusativo reflete a entrada do nominal numa relação *Agree* com um traço de T ou um traço de v. Na proposta de P&T (2001), isso equivaleria a dizer que a morfologia nominal reflete a identidade do elemento cujo traço-T foi responsável pela valoração de T no nominal.

¹⁶ Na próxima seção, apresentamos a proposta de Bittner & Hale (1996), compatível com visão de P&T (2001), descrita aqui para os PPs. Embora os resultados empíricos sejam praticamente os mesmos, vamos, nesta dissertação, nos filiar ao modelo e às nomenclaturas de Bittner & Hale (1996). Dessa forma, não vamos adotar a ideia de que preposições possuem traços-T valorados, mas sim traços-K (traços de Caso).

A proposta atual de Chomsky surge no contexto de uma teoria diferente: ele sugere que a atribuição de Caso é uma consequência de uma relação *Agree*, como fazem P&T (2001). No entanto, para Chomsky, a relação *Agree* crucial não envolve nem T nem Caso propriamente, mas apenas traços-phi. Na visão de Chomsky, a valoração de Caso em um nominal é um subproduto de uma relação *Agree* que envolve um conjunto de traços-phi. Nessa proposta, a distinção entre a morfologia de nominativo e de acusativo num nominal reflete, respectivamente, situações distintas em que ou a concordância de traços-phi ocorreu em T (resultando em concordância de sujeito, quando visível) ou em *v* (resultando concordância de objeto, em línguas em que essa concordância é visível).

Comum às duas abordagens é a argumentação de que as morfologias de nominativo e acusativo, quando distinguíveis, refletem concordâncias ou licenciamentos diretamente.

Desta revisão, feita por Pesetsky e Torrego, os argumentos que nos interessam mais de perto são:

(i) Mesmo em línguas com morfologia casual rica, o caso de nomes indeclináveis é explicitado exclusivamente por preposição. Podemos assumir, assim, que a preposição, em línguas sem morfologia desinencial de Caso, é o elemento funcional para Caso;

(ii) Os autores assumem, dentro de seu modelo, que a preposição possui traços-T valorados. Associaremos esse postulado à proposta de Bittner & Hale (1996), e vamos assumir que a preposição possui traços-K valorados, que serão responsáveis pela valoração do traço de Caso no nominal;

(iii) Línguas com morfologia rica de caso possuem morfologia para ACUS (latim, russo etc). Línguas com posposições para caso possuem uma posposição para acusativo (japonês etc). Vamos propor assim que o português possui preposição de acusativo. Embora, na maioria das vezes, ela seja fonologicamente zero, em contextos especiais, elas são realizadas.

2.3 A hipótese KP - Bittner & Hale (1996)

Na proposta de Bittner & Hale (1996), Caso é explicado a partir de restrições sintáticas independentes: Caso inerente é determinado pelo Princípio de Projeção; Caso estrutural marcado, pelo Princípio da Categoria Vazia ECP; e o nominativo, a projeção sem Caso, pela Teoria da Projeção Estendida.

Segundo os autores, Caso estrutural e concordância pronominal podem aparecer correlacionados, porque a concordância **pode** envolver regência por antecedência e Caso **precisa** envolver regência por antecedência. No entanto, eles consideram que um fenômeno não implica o outro. Nesse sentido, os autores dissociam a relação Caso-concordância, como proposta na tradição gerativa padrão.

Essa dissociação é essencial para se pensar Caso como um elemento funcional no DP estendido e é retomada nos trabalhos de Weerman & Evers-Vermeul (2002) e Neeleman & Szendrői (2006).

Numa retrospectiva da Teoria de Caso, B & H retomam Chomsky (1981), que introduz o termo “Caso estrutural” para o Caso abstrato que é presumivelmente atribuído sob regência na estrutura-S, por núcleos de certas categorias sintáticas. Stowell (1981) propôs também a necessidade de adjacência. Inicialmente, atribuidores de Caso estrutural foram identificados como núcleos de categorias [-N]: V, P ou I finito (Chomsky, 1980, 1981, 1986a). Em trabalhos imediatamente posteriores (Chomsky 1989, 1992), as categorias relevantes foram tomadas como membros da família AGR. Além das restrições sobre regência, neste modelo, a atribuição de Caso também requer relações do tipo especificador-núcleo. O Caso a ser atribuído (nominativo, acusativo etc) é determinado pela categoria sintática do núcleo atribuidor, seguindo-se convenções que podem variar de língua para língua. A ideia básica que se mantém de um modelo para outro é que a capacidade de um núcleo atribuir Caso estrutural é determinada por sua categoria sintática.

A previsão geral dessa teoria é que qualquer núcleo, independentemente de sua categoria, vai atribuir um Caso estrutural *marcado*, ou seja, acusativo, ergativo, ou oblíquo, a qualquer argumento ao qual ele se ligue por Caso (Case-binds). De outra maneira, nenhum Caso estrutural marcado poderá ser atribuído. A ligação por Caso (Case-binding) também se aplica ao Caso estrutural não marcado, ou seja, o nominativo, que é analisado pelos autores como ausência de Caso. Para um

argumento nominativo, a exigência é que ele precisa ser não ligado por Caso (not Case-bound). Diferentemente da categoria, as relações estruturais no domínio de regência de um núcleo podem ser alteradas por processos sintáticos. Convenções específicas das línguas determinam qual caso oblíquo é atribuído.

As diferenças entre Casos diretos e Casos estruturais oblíquos têm implicações para a concordância pronominal. Os autores analisam a concordância pronominal como uma relação sintática entre uma cadeia argumental e um núcleo funcional que rege e liga algumas posições nesta cadeia (cf. Chomsky 1991, 1993). A relação de ligação requerida, ou seja, c-comando e coindexação, é compatível com a ligação por Caso.

Assim, em virtude de ser licenciado *in situ* por marcadores Casuais (Case-binders) que são ou contêm núcleos funcionais, argumentos ergativos e acusativos podem concordar com esses núcleos. Argumentos nominativos, embora sejam sem Caso e jamais sejam ligados por Caso, também podem controlar concordância. Isso é possível, por exemplo, se um sujeito nominativo sobe para Spec,IP, desde que a raiz da cadeia resultante seja regida por I(nfl) e a cabeça por C(omp). Um sujeito nominativo, portanto, pode concordar com esses dois núcleos funcionais. Por outro lado, oblíquos estruturais, com seus marcadores Casuais (Case-binders) puramente lexicais, geralmente se encontram muito longe de qualquer núcleo funcional que controle concordância.

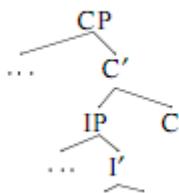
O princípio fundamental dessa teoria é que a atribuição de Caso estrutural é determinada por relações de ligação por Caso (Case-binding relations). Universalmente, argumentos nominativos precisam ser não Case-bound, enquanto que argumentos com Casos estruturais marcados precisam ser Case-bound. Os detalhes da configuração de Case-binding determinam qual Caso é atribuído, de acordo com convenções as quais, para os Casos diretos ergativo e acusativo, são também universais. Variações entre as línguas nas relações de Case-binding dão origem a diferentes sistemas de Caso.

O modelo de B&H se sustenta principalmente sobre a ideia de que Caso é um núcleo funcional. Mais precisamente, este núcleo é a contraparte nominal de C(omp).

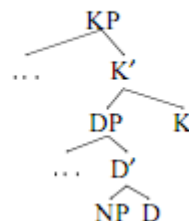
Assim, Caso é visto como a extensão máxima da projeção nominal, enquanto C(omp) representa a projeção máxima da projeção verbal. Portanto um nominal marcado para Caso é KP, assim como uma projeção verbal completamente estendida é CP.

(76)

a.



b.



(Bittner & Hale, 1996:7)

Se Caso é um núcleo sintático, então espera-se que ele exiba um comportamento típico de núcleos, dadas as condições morfossintáticas apropriadas. Essas condições se dão quando Caso é realizado como uma aposição (ou “partícula de caso”, como é geralmente denominado). Portanto, em línguas de núcleo final, como o miskitu e o xokleng (acusativo e ergativo, respectivamente), o K visível, uma partícula, aparece no final no nominal marcado para Caso, como esperado.

(77) a. waitna ba sula ba ra kaik-an Miskitu
[homem o] [veado o ACUS] ver-PRET-3 (Misumalpan: Nicarágua)
“o homem viu o veado”

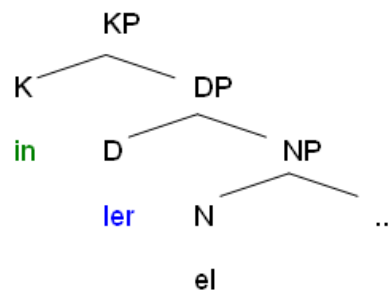
b. ti tō ε kuyan tε kupe wã Xlokleng
[ele ERG] [seu corpo o] lava-PRG (Jê: Santa Catarina)
“ele está lavando seu corpo”

(Bittner & Hale, 1996:7)

Assumimos ainda, para além das colocações dos autores, que esse comportamento pode ser atestado também em línguas de núcleo inicial; e a projeção KP, com o núcleo funcional máximo K, é patente nas línguas em geral e respeita o princípio de espalhamento morfológico de Baker (1985) que determina que o ordenamento de morfemas dentro de uma projeção reflete o posicionamento de seus núcleos sintáticos:

(78) Declinação do substantivo *El (mão)*, do turco:

	Sing	plur
Nom	el	eller
Gen	elin	ellerin
Dat	ele	ellere
Acc	eli	elleri
Abl	elden	ellerden
Loc	elde	ellerde

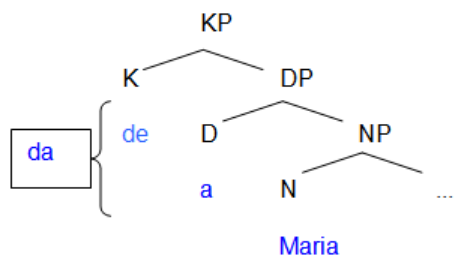


(Turco)

(Exemplo extraído de Weerman e Evers-Vermeul, 2002:323)

(79) Formação do sintagma *da Maria*, na sentença abaixo

O João gosta da Maria.



Ainda segundo B&H, a concepção de Caso como a contraparte nominal do núcleo funcional verbal C recebe suporte adicional dos paralelos interlinguísticos entre “Case drop” e ‘Comp drop”, nas línguas.

Observadas as particularidades do nominativo, os autores assumem que nominais com Casos marcados (acusativo, ergativo e oblíquo) são KPs, enquanto que um nominal com Caso não marcado (nominativo) não possui a camada K, ou seja, é um DP nu ou um NP. A distribuição de nominais sem K é restringida por um filtro que exige que esses nominais sejam “visíveis para um equivalente-K”, ou seja, esse filtro exige c-comando e regência por K ou sua contraparte verbal C. Os autores denominam essa restrição como *Filtro-K* e o assumem como parte da teoria da projeção estendida (cf. Grimshaw, 1991). As categorias marcadas para Caso, cujo

núcleo é K, abrangem dois tipos distintos, que os autores equiparam com o Caso estrutural marcado e o Caso inerente. Caso estrutural marcado é um K vazio. Como todos os núcleos vazios, esses Ks precisam ser regidos por antecedência para satisfazer o ECP. Na estrutura-S, o regente por antecedência de um K vazio licencia seu spell-out morfológico que pode ser acusativo, ergativo ou oblíquo. O fenômeno de “Case drop” ocorre, se na estrutura-S o spell-out é opcional. Para todo K que permanece vazio, o ECP continua a exigir regência por antecedência, proibindo scrambling. Finalmente, Caso inerente é um K preenchido. Esses Ks são selecionados pelo núcleo regente, exatamente como a preposição *on* é selecionada pelo verbo regente *depend*. A condição de licenciamento relevante é, então, o Princípio de Projeção, que garante que todas as exigências de seleção sejam encontradas. A tabela abaixo sumariza os elementos básicos da teoria de Caso proposta em B&H (1996):

Quadro 6 – Síntese da proposta de Bittner & Hale (1996)

	Caso não marcado	Caso estrutural (marcado)	Caso inerente
K presente?	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
K na estrutura-D	---	<i>vazio</i>	<i>preenchido</i>
Condição de licenciamento	<i>Filtro-K</i>	<i>ECP</i>	<i>Princípio de Projeção</i>

(Bittner e Hale, 1996:10)

Dentro dessa teoria, a noção tradicional de “atribuição de Caso” pode ser analisada da seguinte maneira: um núcleo “atribui Caso” a um argumento, se a relação estrutural entre eles satisfaz a condição de licenciamento relevante. Dessa forma, um argumento nominativo recebe Caso do núcleo funcional C, que o torna capaz de satisfazer o Filtro-K. Caso estrutural marcado é atribuído pelo núcleo que rege por antecedência o K vazio correspondente. E Caso inerente é atribuído pelo núcleo que seleciona o K preenchido correspondente. Nessa perspectiva, a tradicional exigência de regência sobre a atribuição de Caso não precisa ser estipulada, uma vez que ela decorre das condições de licenciamento independentemente motivadas.

Outras características desses três tipos de Caso podem também ser derivadas de princípios sintáticos mais gerais. Como uma instância de seleção, a atribuição de Caso

inerente precisa ocorrer na estrutura-D (Numeração, numa perspectiva mais recente), e não pode ocorrer em configurações de Marcação Excepcional de Caso, em que a seleção é impossível. A partir da teoria da projeção estendida, desenvolvida por Grimshaw (1991), também é possível depreender que apenas núcleos lexicais (ou seja, V, P, N ou A) podem atribuir Caso inerente, uma vez que apenas esses núcleos podem selecionar complementos completamente estendidos, entendidos pelos autores como KPs. Os autores pontuam ainda que, por outro lado, Caso estrutural marcado é um K vazio, sujeito ao ECP.

Em nossa abordagem, vamos analisar a preposição como o elemento que ocupa o núcleo K. E, à exceção do nominativo, todos os Casos possuirão uma preposição, ainda que vazia. Essa reformulação é completamente sustentável para línguas sem desinências casuais e ricas em preposições, como é o caso do PB, como veremos, pois todos os casos são realizados por preposição: acusativo e oblíquos, estruturais ou inerentes. Em PB, a preposição de acusativo é normalmente zero, mas se realiza fonologicamente em contextos especiais (ver seções 3.1.2 e 3.1.3).

2.4 Argumentos em favor de KP e da preposição como morfologia de Caso - Bayer et al (2001)

Bayer et al (2001) apresentam vários argumentos para defenderem que preposições e marcas morfológicas de caso são evidências de uma projeção KP, com base no alemão.

Segundo os autores, NPs que carregam o caso oblíquo possuem uma camada funcional extra que não está presente nos NPs que possuem casos nominativo e acusativo. A análise proposta é sustentada sobre o caso dativo do alemão, em comparação com estruturas do inglês e do holandês, comparação que não levaremos adiante nesta revisão, porque dados do inglês e do holandês serão considerados na discussão de Weerman e Evers-Vermeul (2002) e Neeleman e Szendrői (2006), nas seções 2.5 e 2.6.

Na perspectiva de Bayer et al, NPs oblíquos precisam ser licenciados funcionalmente e esse licenciamento pode ser feito por morfologia casual ou pelo uso de preposição, em termos de inserção da preposição *von* ('de').

- (80) a. *Benachteiligungen Frauen / Märmer / Schotten
 Discriminação mulheres / homens / escoceses
- b. Benachteiligungen **von** Frauen / Märmer / Schotten
 Discriminação **de** mulheres / homens / escoceses
- c. Benachteiligungen andergläubig-er Frauen / Märmer / Schotten
 Discriminação heterodoxo -GEN mulheres / homens / escoceses
- d. Benachteiligungen andergläubig-er
 Discriminação heterodoxo -GEN (pessoas)
- (Alemão)
 (Beyer et al, 2004:467)

Assim, nominativo e acusativo não apresentariam KP, em oposição aos casos não estruturais, genitivo e dativo, no alemão, que possuem essa camada.

Em nosso trabalho, como discutido na seção anterior, assumimos, com Bittner & Hale (1996) que apenas o nominativo não apresenta KP, enquanto todos os demais casos possuem essa projeção. Para B&H, nominativo é licenciado sob regência por antecedência de C. Para Weerman & Evers-Vermeul (2002), proposta que detalharemos na seção a seguir, o nominativo é licenciado via concordância.

Bayer et al retomam, na literatura, Suñer (1984), Grosu (1994) e outros, para defenderem que tanto desinências de Caso como preposições são ambas manifestações na noção mais abstrata de Caso (Kase). A literatura tem mostrado que a linha divisória entre preposições e desinências de Caso não pode ser universalmente justificada, como se pode perceber em línguas de núcleo final com posposições e clíticos, como as partículas do japonês, em que as partículas de Caso são normalmente classificadas como aposições. Os autores defendem que, no alemão, a noção abstrata de Caso (Kase) pode ser realizada como caso desinencial ou como preposições, ocorrendo inclusive as duas estruturas num mesmo sintagma¹⁷.

Para a estrutura do alemão, os autores propõem que traços formais do complemento de P são atraídos por P, o qual possui um traço D que precisa ser checado. Num modelo de checagem de traços, como proposto em Chomsky (1995), esse mecanismo

¹⁷ Argumentamos, na seção 2.1, que, semelhantemente ao alemão, o latim apresentava um sistema morfológico de Caso composto por desinências e preposições. É interessante notar que no PB há formas casualmente especificadas que exigem preposições: as formas *mim* e *migo*. Vamos ampliar esta discussão no capítulo 3.

faz sentido: enquanto a preposição possui um traço D ou N que precisa ser checado, ela possui traços casuais interpretáveis. Por outro lado, N tem um traço K não interpretável, enquanto seus traços N são interpretáveis.

Os autores pontuam que, para a atribuição de Caso, P tem um traço casual que precisa ser checado contra o caso do complemento. Ao contrário, por motivos já expostos a partir das propostas de Bittner & Hale (1996) e Pesetsky & Torrego (2001), vamos assumir que é *na preposição* que se encontra o *traço interpretável*. Essa posição é mais coerente inclusive com um argumento subsequente dos próprios autores Bayer et al, que afirmam que, sob certas circunstâncias, a própria preposição pode ser o portador do caso oblíquo, ao invés de ser o atribuidor de caso.

Vamos assumir então que a preposição terá, numa língua sem marca morfológica, como é o caso do português, traços casuais interpretáveis, e o nome ou pronome terá traços não interpretáveis para Caso, que serão valorados contra a preposição.

Retomando a distinção tradicional da literatura, os autores assumem que os casos nominativo e acusativo são licenciados pela ocorrência em certas configurações sintáticas. Para eles, o nominativo é indubitavelmente licenciado via concordância com os traços de finitude do verbo. Para o acusativo, eles assumem que há uma relação de concordância com o traço default associado ao verbo transitivo, a menos que haja outra especificação¹⁸.

No entanto, a análise esbarra nas ocorrências de acusativos marcados morfológicamente, como é o caso do romeno, como os próprios autores pontuarão mais adiante em seu trabalho.

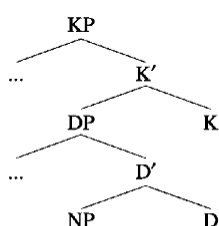
Ainda segundo Bayer et al, no acusativo, a marcação morfológica visível pode estar presente, mas não é uma obrigação. Os casos oblíquos, por outro lado, como o dativo, caso abordado mais de perto pelo trabalho, a despeito da relação que possa estabelecer com a projeção verbal e a despeito de ser previsto ou não, precisa ser morfológicamente licenciado. Para dar conta dessas assimetrias entre casos estruturais e casos oblíquos, eles propõem então duas estruturas: (i) nominais que podem projetar NP e DP e (ii) nominais que podem projetar uma camada a mais, cujo núcleo é K (do termo Kase). Em certas condições, K pode ser realizado como caso

18 Os autores não comentam qual especificação.

oblíquo (aqui uma referência à morfologia desinencial para caso) ou como P (ou seja, como uma preposição). Caso, como um núcleo funcional (K) tem sido proposto por Lamontagne e Travis (1987) e por Bittner & Hale (1996), como vimos.

Beyer et al retomam Bittner & Hale (1996) e reassumem a estrutura em (81), em que KP é a projeção mais alta de N, nos termos de Grimshaw (1991), sobre a teoria das projeções estendidas.

(81)



(Bittner & Hale, 1996. *Apud* Beyer et al, 2001:476)

Um problema que contornaremos na abordagem de Bayer et al diz respeito à classificação do acusativo como uma projeção DP. Em B&H (1996) e em abordagens mais recentes, apenas o nominativo é visto com uma projeção DP, em oposição a todos os outros casos, que se realizariam como KPs.

Os autores lembram em nota (Bayer et al, 2001:474) que, embora Caso possa ser realizado por desinência ou preposição, como é o caso do alemão que possui ambas as estruturas, a coocorrência dos dois recursos num mesmo sintagma mostra que elas não estão em distribuição complementar. Esse detalhe é importante para nossa análise, quando formos tratar das formas resistentes *mim* e *migo*, no capítulo 3. Preposições e desinências de Caso não estão em distribuição complementar. Isso significa que três ocorrências de Kase são possíveis: preposição, desinência, ou preposição mais desinência.

Vamos pressupor, em nossa análise que, nesta última situação, teríamos uma distribuição de traços interpretáveis de Caso entre as duas morfologias. Evidentemente, a “porção” de traços não interpretável no nome ou pronome é valorada pelos traços da preposição.

2.5 Pronomes, KP e Caso default - Weerman e Evers-Vermeul (2002)

2.5.1 Pronomes e a projeção KP

A partir de dados do holandês e do inglês, Weerman & Evers-Vermeul (2002) propõem uma explicação para a distinção sujeito-objeto dos paradigmas pronominais das línguas românicas e germânicas. Para esses autores, sujeitos seriam projetados como DPs, ao passo que objetos recebem uma projeção para Caso, o sintagma casual (Case Phrase).

Os autores explicam que, embora haja essa projeção a diferenciar os dois tipos de marcação, em línguas como inglês e o holandês, o núcleo K não é morfologicamente especificado, ou seja, o núcleo do sintagma casual (KP) está vazio.

As propriedades especiais dos pronomes decorreriam do fato de eles não serem apenas nomes, uma vez que eles contêm apenas informações funcionais. Eles são organizados em paradigmas e correspondem a (ou são o Spell-out de) uma projeção nominal estendida mais alta. Os autores defendem, então, que em inglês e holandês, os pronomes objetos correspondem ao Spell-out de um *Case Phrase* (KP), enquanto os pronomes sujeitos correspondem a um DP, licenciado via concordância. A diferença de forma entre esses pronomes decorreria, então, das diferentes projeções.

Os autores lembram que, para entender a diferença básica entre argumentos licenciados por Caso e aqueles licenciados por concordância, é preciso reconhecer que marcas de Caso são adicionadas ao argumento, enquanto a concordância é adicionada ao predicador. Estes são dois recursos funcionais que explicitam as relações temáticas pretendidas. No entanto, se assumirmos o minimalismo padrão (Chomsky 1995), em que Caso e concordância são reflexo da concordância entre especificador e núcleo, essa distinção se perde. Por isso vamos manter a distinção entre Agree e Concord em nossa análise.¹⁹

¹⁹ A proposta de Chomsky (1995 e obras posteriores) prevê a existência de dois mecanismos de concordância: *Agree* e *Concord*. A operação *Agree* permite, através da checagem de traços, o apagamento (erasure) dos traços não interpretáveis da sonda e do traço não interpretável de Caso do alvo, evitando que a derivação imploda (crash) em LF. As condições para que *Agree* aconteça são as seguintes: a sonda α deve possuir traços-phi não interpretáveis e c-comandar o alvo β (o alvo deve estar no domínio de complemento da sonda); os traços de sonda e do alvo têm que combinar (deve haver identidade); não deve haver um alvo alternativo γ tal que α c-comande γ e γ c-comande β ; e, finalmente, o alvo β deve estar ativo para o sistema, isto é, deve possuir um traço não interpretável de Caso a ser checado antes de spell-out. A operação *Concord* não seria uma operação sintática strictu sensu, e sim um mecanismo morfológico de concordância dentro do DP. Nesta operação, os traços-phi são interpretáveis em N (ou seja, a concordância no DP aparece sobre modificadores e D, mas é regida por N). (apud Simoni, 2007)

W&E-V (2002) relembram que há uma correlação entre morfologia causal rica e ordem livre de palavras. No modelo apresentado, os autores seguem Neeleman & Weerman (1999) e assumem que a noção de Caso é universal no sentido de que um DP objeto possui uma concha contendo informação funcional. Neeleman & Weerman (1999) são invocados também para se reafirmar que relações temáticas entre um argumento e um predicado só podem ser interpretadas mediadas por um marcador funcional.

Tal concepção teórica, somada aos argumentos de Bittner & Hale (1996) e Bayer et al (2001), são centrais para assumirmos que as línguas em geral precisam possuir elementos funcionais para Caso e que, no PB, como em outras línguas prepositivas de morfologia casual pobre, a preposição desempenha majoritariamente essa função.

2.5.2 Pronomes default para Caso

Weerman & Evers-Vermeul (2002) explicam da seguinte maneira a noção de *traço default*: traços que subjazem aos paradigmas de pronomes são binários e, na distinção de formas, o mínimo possível de traços é usado. Assim, não há traços como 1ª, 2ª e 3ª pessoa; ao contrário, dois traços entram na diferenciação dessas três opções (Kerstens, 1993; Koeneman, 2000):

(82)

a. 1ª pessoa	b. 2ª pessoa	c. 3ª pessoa
<+speaker>	<-speaker>	<-speaker>
<-addressee>	<+addressee>	<-addressee>

(Weerman & Evers-Vermeul, 2002:320)

Os autores mostram como também os traços de número podem ser explicados por meio de um traço ao invés de dois. Este traço tanto pode ser [+ou- singular] como [+ou- plural]. Se uma forma particular pode corresponder a dois valores de um traço, isso pode indicar que essa forma não é especificada para tal traço. SUBESPECIFICAÇÃO é indicada como [α-traço]. Por exemplo, o pronome inglês *you* pode ser usado tanto como a forma singular quanto como a forma plural. Visto que os traços de número são bastante distintivos em outros elementos paradigmáticos do inglês, não é coerente falar que o traço está ausente. Mais adequado seria dizer que o

pronome *you* carrega o traço de número [α -plural]. Temos ainda de assumir que uma forma com maior especificação de traços bloqueia a inserção ou a interpretação de uma forma subespecificada. (Aronoff 1976; Kiparsky, 1982).

Nessa linha de raciocínio, uma entre as duas opções do par de traços conta mais ou menos como um ponto de partida, ou seja, a opção menos marcada ou o *default*. Por exemplo, há boas razões para se assumir que [-plural] ou [+singular] é o default, uma vez que os traços de número estão presentes. Isso corresponde à observação de que o plural é expresso pela adição de um afixo, ao invés de haver um afixo que expresse singularidade (pelo menos nas línguas estudadas pelos autores). Nesses termos, a construção de um grupo que tem elementos além do elemento default requer adição de informação. Para a aquisição, o valor default precede o não default, que é adicionado apenas se a criança encontra evidência positiva.

Se combinamos a noção de *default* com a noção de subespecificação e bloqueio, a forma default pode ser representada como [α -traço]. Esse valor pode então corresponder a qualquer forma, exceto às formas [+traço]. Por exemplo, [-plural] pode ser representado como [α -plural], em oposição a [+plural]. Esse modelo vai garantir que não há especificações negativas no paradigma. *As especificações positivas são casos de formas não default*²⁰, em que informações extras são adicionadas.

Em relação especificamente a Caso, o status default / não marcado, segundo McFadden (2007), é uma característica da categoria de Caso e não de uma forma específica que o realiza. Segundo este autor, a chave para entender Caso default estaria em reconhecer sua relação com o Caso estrutural de uma dada língua. Sua ideia é que se pode generalizar sobre a aparição do nominativo como caso estrutural independente e como o default. McFadden (2007) captura a ideia de caso default como segue:

(83)

“Caso default não é o caso que é atribuído quando outros casos falham, mas a real ausência de caso.”

²⁰ Destaque nosso. Essa oposição sustentará a distinção entre pronomes DP/default X pronomes KP/oblíquos, que explicitaremos na seção 3.1 e suas subseções.

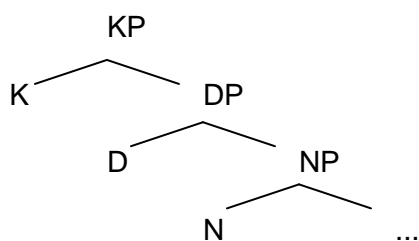
Como McFadden afirma, isso não significa, no sentido morfofonológico, que caso default é a ausência de um marcador realizado de caso, o que pode ser evidenciado por línguas como o japonês e o latim.

Diferentemente de McFadden, aqui poderíamos simplesmente assumir que as desinências de “nominativo” do latim carecem de traços casuais. O que se teria na verdade é um paradigma fusional para traços de Caso, gênero, número, pessoa e tema. No emparelhamento dessas desinências no paradigma, as desinências que na verdade não possuem traços de Caso em sua composição são identificadas relativamente como desinências de “caso” nominativo.

2.6 Caso e spell-out de pronomes – Neeleman e Szendrői (2006)

A partir de Bittner & Hale (1996) e Neeleman & Weerman (1999), entre outros, Neeleman & Szendrői (2006) assumem que a projeção nominal estendida consiste de um NP, dominado por um DP, dominado por um KP. Os autores lembram que a hipótese KP remonta a Abney (1987) e é amplamente adotada. É concebível que haja alguma variação entre as línguas na realização da projeção nominal estendida, mas os autores assumem KP e NP como universais.

(84)



(Neeleman e Szendrői, 2006:13)

Assume-se que num sintagma nominal referencial comum, como por exemplo *the old man*, as unidades fonológicas *the*, *old* e *man* correspondem a nós terminais. Em teorias que assumem a inserção lexical *en bloc* de material semântico, sintático e fonológico, esta é a única possibilidade. Unidades fonológicas não podem ser associadas a nós não terminais.

A situação é diferente em teorias baseadas no *spell-out tardio* (Sproat, 1985; Halle e Marantz, 1993; Jackendoff, 1997; e vários outros). Em teorias desse tipo, terminais sintáticos não contêm informação fonológica. Ao contrário, representações sintáticas são associadas com material fonológico num processo de mapeamento na interface PF. Modelos desse tipo permitem então não apenas *spell-out* de nós terminais, mas também de blocos maiores.

Retomando o trabalho de Weerman & Evers-Vermeul (2002), os autores argumentam que pronomes muitas vezes correspondem a derivações estruturais maiores que D ou N. As evidências que eles oferecem são parcialmente baseadas em pronomes possessivos do holandês. Nesta língua, o pronome possessivo regular *mijn* parece realizar D, e por isso excluíam determinantes (85b,c), mas não bloqueiam outros elementos. Já o pronome possessivo *mijne* comportar-se-ia como um NP, pois coocorreria com um determinante e bloquearia a realização de outros elementos (86). Por fim, o pronome *mijnes* seria a realização de um DP ou de um KP, pois não apenas impedem a inserção de um determinante, mas de fato de qualquer material interno a um DP (87).

(85)

- a. *Mijn* mooie boek is gestolen.
Meu bonito livro está roubado
“Meu livro bonito foi roubado”
- b. **De mijn* mooie boek is gestolen.
O meu bonito livro está roubado.
- c. **Mijn de* mooie boek is gestolen.
Meu o bonito livro está roubado.

(86)

- a. *De mijne* is gestolen.
O meu está roubado
“O meu foi roubado.
- b. **Mijne* is gestolen.
Meu está roubado

- c. *De mijne mooie boek is gestolen.
O meu bonito livro está roubado

(87)

- a. Mijnes is gestolen.
Meu está roubado
“O meu foi roubado.”

- b.*De mijnes is gestolen.
O meu está roubado

- c. *Mijnes mooie boek is gestolen.
Meu bonito livro está roubado

(Holandês)

(Neeleman e Szendrői, 2006:14-15)

Ainda usando argumentos de Weerman & Evers-Vermeul (2002), N&S sugerem também que pronomes pessoais como *hem* (ele ACUS) correspondem a KP. Eles não podem ser combinados com nenhum outro material normalmente hospedado por DP e variam em forma, dependendo do Caso, como ilustrado abaixo:

- (88) a. Ik heb hem gisteren nog gezien.
Eu tenho ele-ACUS ontem apenas visto
“Eu vi ele apenas ontem.”

- b. *Ik heb de hem gisteren nog gezien.
Eu tenho o ele-ACUS ontem apenas visto

- c. *Ik had hem aardige jongen gisteren nog gezien.
Eu tenho ele-ACUS legal cara ontem apenas visto

- d. Hij is vertrokken.
Ele-NOM está saído
“Ele saiu”

(Holandês)

(Neeleman e Szendrői, 2006:15)

Assumindo os argumentos de W&E-V, N&S propõem que o paradigma dos pronomes pessoais do holandês consiste de uma série de regras de spell-out que distingue as projeções nominais com base em sua composição de traços-phi. Por exemplo, *hem* e *hij* seriam introduzidos pelas regras de spell-out de (89):

- (89) a. [_{KP} +p, -a, 3, SG, M, ACC] ⇔ /hem/
b. [_{DP} +p, -a, 3, SG, M,] ⇔ /hij/

(Holandês)

(Neeleman e Szendrői, 2006:16)

2.7 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos os arcabouços teóricos que sustentarão nossa análise. Vimos que na tradição há literatura considerável que correlaciona desinências de Caso, preposições e posposições como morfologias diferentes relacionadas a uma única noção mais abstrata de Caso (Kase). Delineamos também a proposta da projeção estendida que contém um núcleo funcional para Caso, modelo em que a checagem de Caso se dá dentro do KP e é o licenciamento deste núcleo que está condicionado a restrições estruturais: a regência por antecedência, para o nominativo, o licenciamento da categoria vazia, para o acusativo e o ergativo, e o Princípio de Projeção, para os casos oblíquos. Definimos também traço default e a noção de pronome default para a categoria Caso. Por fim, vimos como dentro desse modelo os pronomes podem ser descritos a partir de regras de spell-out.

Capítulo 3: Os pronomes pessoais do PB à luz da hipótese KP

Neste capítulo, vamos apresentar nossa análise para os pronomes default em posição de objeto. Nossa argumentação se baseará no modelo de Caso apresentado no capítulo 2. Proporemos também que os clíticos *me* e *te* estão sendo reanalisados no dialeto mineiro, adquirindo o estatuto de prefixos de concordância.

3.1 O estatuto categorial dos oblíquos e dos pronomes default em posição de objeto

Retomemos aqui, por motivos de clareza, o conjunto de questões apresentadas na introdução deste trabalho:

(A) *Qual a diferença entre (i) e (ii) no que diz respeito à configuração estrutural?*

(i) *Eles carregaram **eu***

(ii) *Eles **me** carregaram*

(B) *Por que construções do tipo (i) são consideradas mal formadas no português europeu (PE) e aceitas no português brasileiro (PB)?*

(C) *Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e as inovações no paradigma pronominal do PB?*

(D) *Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e construções de redobro (iii)?*

(iii) *Eles **me** carregaram **eu***

(E) *Como a construção (i) é adquirida?*

3.1.1 Análise formal

Acompanhando Weerman & Evers-Vermeul (2002), vamos assumir que o pronome nominativo, licenciado via concordância, não possui a camada KP, ou seja, é a realização de um DP, enquanto os demais casos projetam KP.

(90)



(Weerman & Evers-Vermeul, 2002: 306.

As informações entre parênteses são acréscimos nossos.)

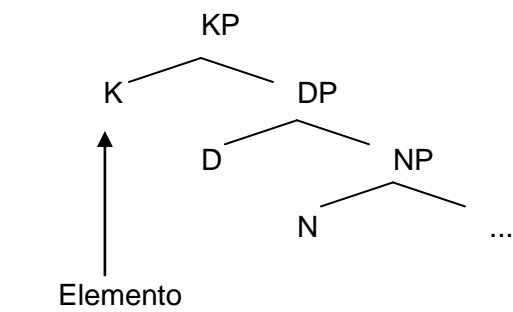
Assumindo essas estruturas distintas, temos que tanto o pronome *eu*, em (I: *eles carregaram eu*), como o pronome *me*, em (II: *eles me carregaram*) projetariam KP. A diferença entre as formas dos pronomes decorreria do momento do spell-out, em função dos itens disponíveis na Numeração. Em (ii), o pronome corresponde à realização fonológica de todo o KP; em (i), o pronome corresponde à realização fonológica apenas do DP.

Como vimos no capítulo 2, a projeção KP é responsável pela valoração dos traços de Caso do nominal. Dependendo dos recursos morfológicos disponíveis na língua, essa projeção pode se manifestar em PF de diferentes maneiras. Acompanhando Neeleman & Szendrői (2006), haveria três situações distintas: (1) spell-out com preposição independente; (2) spell-out com caso morfológico; e (3) spell-out com preposição vazia.

Conforme mostram os estudos quantitativos, quanto aos pronomes em geral, o PB atual dá preferência para pronomes DPs default, e a projeção KP se realiza com spell-out em que a preposição em K é fonologicamente independente, como em (91a). É também possível a realização de KP com caso morfológico, como em (91b). Nesta última situação, os pronomes oblíquos/clíticos figuram como o spell-out de todo o KP, com movimento para posição de próclise. Assumimos a projeção KP, como proposto em Neeleman & Szendrői (2006), que aparece abaixo, com nova numeração.

- (91) a. eles falaram com você
b. eles te falaram

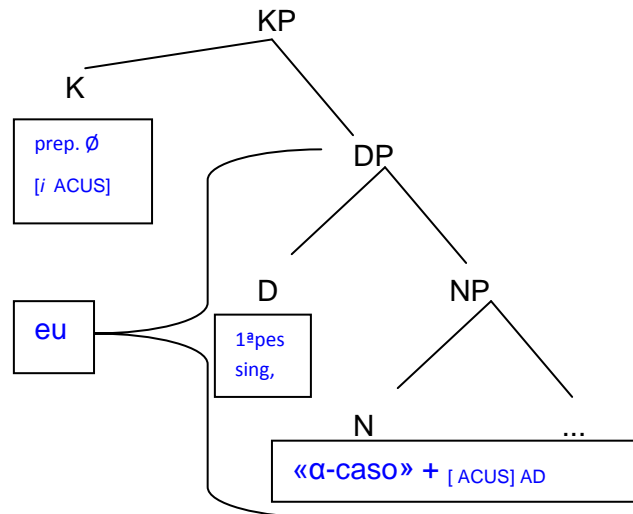
(92)



responsável pela
valoração de Caso
(Preposição, em PB)

As configurações dos pronomes *eu* e *me* em (i) e (ii), respectivamente, seriam as seguintes:

- (93) a. Eles carregaram **eu**
b.



O pronome **eu** pode ocupar qualquer posição Casual, porque recebe, na Numeração, traços adicionais relevantes para cada projeção Casual, aqui o Caso acusativo. A noção de traços adicionais na Numeração é proposta em Chomsky (1995) e desenvolvida por Raposo (1998).

Raposo (1998) mostra que os traços adicionais variam de acordo com as ocorrências particulares de um item em cada derivação. Caso e [número] são claramente [-intrínsecos] em Nomes, uma vez que eles podem variar de contexto para contexto, como mostrado em (94) abaixo:

(94)

- | | |
|--------------------------------|------------|
| a. eu comprei os <i>livros</i> | [ACUS, PL] |
| b. o <i>livro</i> é meu | [NOM, SG] |

(Raposo, 1998:64)

Traços [-intrínsecos] não estão listados na entrada lexical do item. O autor segue Chomsky (1995) e assume que esses traços são adicionados ao grupo de traços formais de um item quando este é retirado do léxico e lançado na Numeração. O autor aponta a importância dessa operação para seu trabalho com a morfossintaxe dos pronomes e, por esse motivo, usa o rótulo ADICIONAR, para nomeá-la. A função dessa operação é ilustrada esquematicamente em (95), que representa informalmente o processo pelo qual a palavra *livro* é retirada do léxico e incluída na Numeração do modo como aparece em (94a) (*livros*).

(95)

Léxico	-----ADICIONAR ----->	Numeração
LIVRO		LIVRO(S)
[N]	[pl]	[N]
[masc]	[ACUS]	[masc]
		[pl]
		[ACUS]

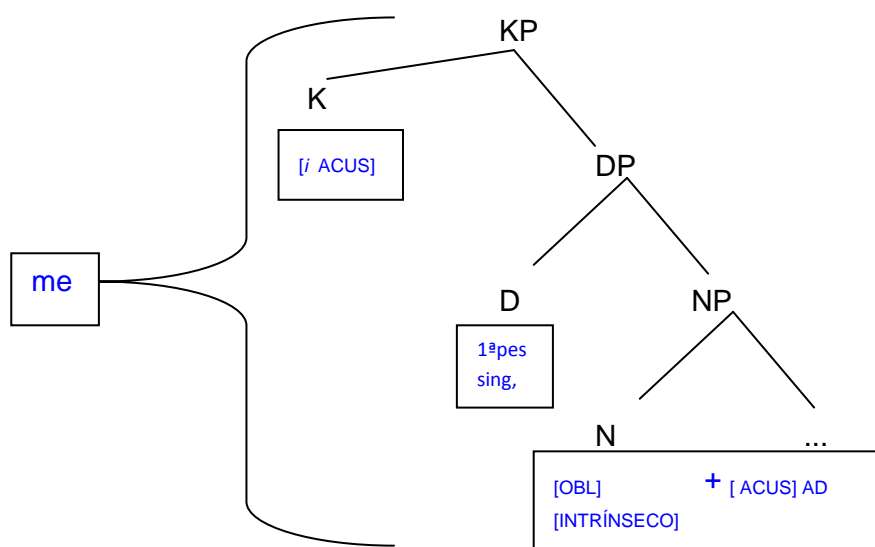
(Raposo, 1998:64)

Retomando o diagrama (93b), temos a notação AD, que indica que ACUS é um traço [-intrínseco] adicionado na Numeração; o traço [α -caso] é o traço casual mínimo, que caracteriza os nomes em geral e os pronomes default. Em relação a *me*, o traço de Caso [OBL] é [intrínseco]. A realização acusativa ou dativa dessa forma depende dos traços AD e dos traços de K. A noção de oblíquo acompanha a proposta de Carvalho (2008), exposta no capítulo 1, seção 1.2.5.

Estamos propondo, portanto, que **eu** em (i) é um pronome *default*. Dessa forma, identificamos os **pronomes default** com os **pronomes DP**. Os **pronomes oblíquos** são **pronomes KP**.

A projeção do pronome KP **me** da sentença (ii) seria a seguinte:

- (96) a. Eles **me** carregaram
b.



Esta proposta se aplicaria aos pronomes em geral, conforme veremos na seção 3.1.4.

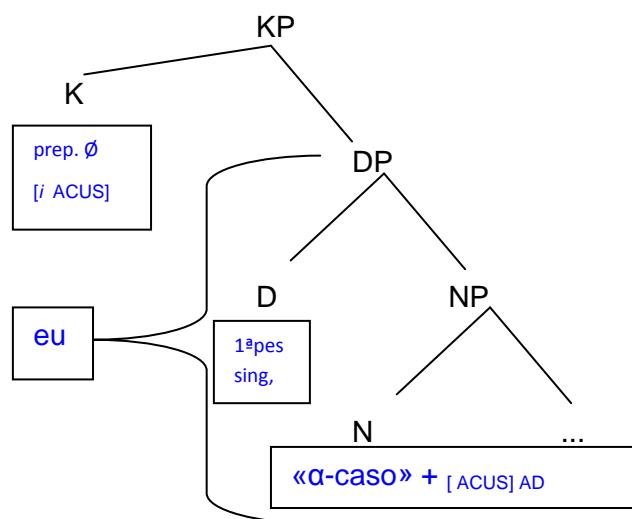
3.1.2 Preposição \emptyset em acusativo

Conforme vimos na seção 2.3, do capítulo 2, certas características dos Casos podem também ser derivadas de princípios sintáticos mais gerais. Como uma instância de Seleção, a atribuição de Caso inerente precisa ocorrer na Numeração, e não pode ocorrer em configurações de Marcação Excepcional de Caso, em que a Seleção é impossível. A partir da teoria da projeção estendida, desenvolvida por Grimshaw (1991), Bittner & Halle (1996) afirmam que é possível depreender que apenas núcleos lexicais (ou seja, V, P, N ou A) podem atribuir Caso inerente, uma vez que apenas esses núcleos podem selecionar complementos completamente estendidos, entendidos pelos autores como KP; por outro lado, Caso estrutural marcado é um K vazio, sujeito ao ECP.

Em relação ao PB, vamos propor que em construções com pronome DP default em posição objeto, uma preposição ocupa o núcleo K. Neste momento, estamos indo além do que propõem Bittner & Halle (1996) e identificando o estatuto da categoria vazia que ocuparia o núcleo de K. Desse modo, alcançamos a seguinte generalização: em PB, à exceção do nominativo, todos os Casos possuirão uma preposição, ainda que vazia. Essa reformulação é completamente sustentável para línguas sem desinências casuais e ricas em preposições, como é o caso do PB (ver seção 3.1.4, a seguir).

Retomemos então o diagrama em (93b), com nova numeração.

- (97) a. Eles carregaram **eu**
b.



Vê-se aqui o núcleo K com traço de acusativo e preposição Ø.

Vários trabalhos tradicionais analisaram a função das preposições nas relações casuais (Jaeggli, 1982; Lois, 1983; Matos & Duarte, 1984; Borer, 1984; Sorin, 1987; Ramos, 1992). Ramos (1992), nos termos da teoria corrente, defende que acusativos antecidos da preposição a no PB seriam uma indicação de que o Caso estrutural não teria estado disponível na derivação e a preposição é entendida como um recurso extra de marcação de Caso. Vejam-se os contextos especiais em que o acusativo é obrigatoriamente realizado com preposição em PB:

(98) Contextos de acusativos obrigatoriamente preposicionados

a. Quando há coordenação com clítico

- (i) Ele me convidou e a você também
- (ii) *Ele me convidou e você também

b. Em interrogativas, relativas e topicalizadas, quando o sujeito é vazio

- (i) [a quantos de vocês]_i viram t_i na festa?
- (ii) *[quantos de vocês]_i viram t_i na festa? (*acusativo)
- (iii) [os homens]_i, a quem viram t_i ontem, são os novos hóspedes
- (iv) *[os homens]_i, quem viram t_i ontem, são os novos hóspedes (*acusativo)
- (v) [a estes homens]_i, já assaltaram t_i muitas vezes
- (vi) *[estes homens]_i, já assaltaram t_i muitas vezes (*acusativo)

(Ramos, 1992:215)

Conciliando a explicação de Ramos com a proposta de B&H, a preposição a, nesses contextos, é um recurso extra de marcação de Caso, que evita que o nominal seja interpretado como nominativo, licenciando sob regência por antecedência de C. Dentro da proposta de B&H, mesmo na sentença simples, haveria um K vazio, o motivo para sustentarmos a preposição zero em PB.

- (v) [_{KP} [_K a [_{DP} estes [_{NP} homens]]]],_i, já assaltaram t_i muitas vezes
- (v') já assaltaram [_{KP} [_K Ø [_{DP} estes [_{NP} homens]]]] muitas vezes

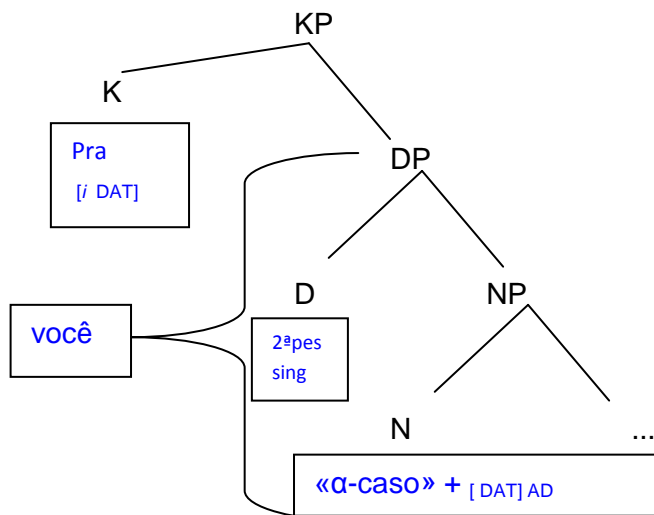
Como explicam B&H, um K que permanece vazio na componente morfológica, continua a exigir a regência necessária ao licenciamento da categoria vazia, o que impediria o movimento. Em PB, o movimento só é permitido com o K preenchido, no exemplo acima, a preposição a.

3.1.3 O sistema pronominal

Em KPs com Casos que não o acusativo, a preposição em K é preenchida.

(99) a. eu tô falando pra **você**

b.



Esse preenchimento fica evidente com verbos que regem lexicalmente Casos diferentes do acusativo.

Quadro 7 - Preposições e K preenchido em PB

	Verbo	Elemento funcional para a realização do Caso (preposição)	
O João	ama	\emptyset	a Maria.
	simpatiza	com	
	conversa	com	
	gosta	de	
	debocha	de	
	pensa	em	

Assumindo essa proposta teórica, pronomes clíticos e pronomes default apresentariam os seguintes estatutos categoriais:

Quadro 8 – Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP

Pronomes	Estrutura fonológica correspondente ao pronome	Modo como o pronome projeta KP
<i>me, te, se, lhe, nos</i>	KP	KP
<i>eu, você(s), ele(a)(s), nós</i>	DP	K-DP
<i>a gente, o(a)(s) senhor(a)(s)</i>	DP	K-D-NP
<i>mim e migo</i>	*DP	K-DP

*DP com traços casuais lexicalizados ([+intrínsecos]) para além de [alfa-caso].

O sistema pronominal do PB parece caminhar na direção de conter apenas pronomes DPs default, com spell-out independente de preposição em K. Um pronome oblíquo clítico ativa a operação *Mover*, para chegar seu traço morfológico [+ligado] (nos termos de Dobrovie-Sorin (1994) e Galves (1996)). Um pronome DP tem seus traços de Caso checados dentro da projeção máxima KP, pelo núcleo K. Assim, pronomes DPs default seriam sintaticamente mais econômicos. Esse poderia ser um dos motivos para a tendência de rearranjo do sistema pronominal na direção de conter apenas pronomes lexicalmente codificados como DPs. Nesse contexto, pronomes oblíquos KPs tendem a desaparecer ou a ser reanalisados.

Com base nessas oposições, podemos afirmar que os pronomes clíticos *me, te, se, lhe e nos* são realizações de KP e rejeitam completamente a preposição independente em K. Os pronomes default *eu, você(s), ele(a/s), nós, a gente, o(a/s) senhor(a/s)* são DPs comuns e realizam KP com o spell-out independente de preposição em K. As formas *mim e migo*, embora possuam traços oblíquos lexicalizados [+intrínsecos], possuem leitura causal inespecífica. Vamos analisar essas duas formas mais detidamente na seção 3.1.5.

3.1.4 O spell-out dos pronomes do PB

A partir da proposta diagramada na seção anterior e do modelo desenvolvido em Neeleman & Szendrői (2006), podemos descrever os pronomes do PB de acordo com

os traços que comporão seu spell-out, tendo em vista o modo como o pronome projeta o KP. Repetimos abaixo o quadro 8.

Quadro 8 – Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP

Pronomes	Estrutura fonológica correspondente ao pronome	Modo como o pronome projeta KP
<i>me, te, se, lhe, nos</i>	KP	KP
<i>eu, você(s), ele(a)(s), nós</i>	DP	K-DP
<i>a gente, o(a)(s) senhor(a)(s)</i>	DP	K-D-NP
<i>mim e migo</i>	*DP	K-DP

*DP com traços casuais lexicalizados ([+intrínsecos]) para além de [alfa-caso].

Pronomes KP:

- [KP +p, -a, 1, SG, ACUS] ⇔ /me/
- [KP +p, -a, 2, SG, DAT] ⇔ /me/
- [KP +p, -a, 2, SG, ACUS] ⇔ /te/
- [KP +p, -a, 2, SG, ACUS] ⇔ /lhe/
- [KP +p, -a, 2, SG, DAT] ⇔ /te/
- [KP +p, -a, 2, SG, DAT] ⇔ /lhe/
- [KP -p, +a, 2, SG, ACUS] ⇔ /se/
- [KP -p, +a, 2, SG, DAT] ⇔ /se/
- [KP -p, +a, 3, SG, ACUS] ⇔ /se/
- [KP -p, +a, 3, SG, DAT] ⇔ /se/
- [KP +p, -a, 1, PL, ACUS] ⇔ /nos/
- [KP +p, -a, 2, PL, DAT] ⇔ /nos/

Pronomes DP:

- [DP +p, -a, 1, SG] ⇔ /eu/
- [DP +p, -a, 1, PL] ⇔ /nós/
- [DP +p, -a, 2, SG] ⇔ /você/

[DP +p, -a, 2, PL] ⇔ /vocês/

[DP +p, -a, 3, SG, M] ⇔ /ele/

[DP +p, -a, 3, SG, F] ⇔ /ela/

[DP +p, -a, 3, PL, M] ⇔ /eles/

[DP +p, -a, 3, PL, F] ⇔ /elas/

Pronomes DP = D-NP:

[NP +p, -a, 1, PL] ⇔ /gente/ → [DP a gente]

[NP +p, -a, 2, SG, M] ⇔ /senhor/ → [DP o senhor]

[NP +p, -a, 2, SG, F] ⇔ /senhora/ → [DP a senhora]

[NP +p, -a, 2, PL, M] ⇔ /senhores/ → [DP os senhores]

[NP +p, -a, 2, PL, F] ⇔ /senhoras/ → [DP as senhoras]

Pronomes DP* = K-DP*

[DP* +p, -a, 1, SG,OBL] ⇔ /mim/

[DP* +p, -a, 1, SG,ABL] ⇔ /migo/

3.1.5 Testes

Como discutimos na seção 2.6, o estatuto dos pronomes pode ser determinado a partir de alguns testes propostos por N&S (2006), em que se verifica quais níveis do [KP [DP [NP]]] podem ser preenchidos para além do material pronominal. Assim, um pronome NP vai aceitar determinantes. Os pronomes *o senhor* e *a gente* são, na verdade, DPs do tipo D-NP, pois não ocorrem sem o determinante:

- (100) a. A professora viu a gente.
b. *A professora viu gente. (*gente = nós)

Igualmente, pronomes D-NP aceitam a preposição, locada em K:

- (101) A professora deu um livro pra gente.

Um pronome DP típico rejeita determinantes, mas aceita a preposição.

- (102) a. A professora viu você.
b. *A professora viu o você.
c. A professora deu um livro pra você.

Um pronome KP rejeita qualquer material interno a KP.

- (103) a. A professora me viu.
b. *A professora o me viu.
c. *A professora para me deu um livro.

O caso dos pronomes DP* (as formas *mim* e *migo*) revelam um situação peculiar. Os pronomes DPs típicos *eu*, *você*, *a gente* etc podem ser licenciados via concordância e, como já argumentamos, podem não projetar KP, o que lhes confere o valor nominativo no sistema de Casos. O modo de projetar KP dos pronomes DPs, como expusemos no quadro 8 acima, é pela inserção da preposição em K, como ocorreria a um DP nominal comum. Por outro lado, pronomes KP jamais podem ser licenciados como nominativos via concordância, como também não aceitam preposições, já que realizam o KP integralmente. Os pronomes *mim* e *migo* não são pronomes DPs comuns, pois jamais ocorrem numa estrutura de DP nominativo, mas sempre como KPs com preposição independente em K. A forma *migo*, por ocorrer exclusivamente com a preposição *com*, é prova dessa relação de necessidade. A forma *mim* pode ocorrer com várias preposições, mas jamais com preposição zero.

Posto como foi, podemos traçar os seguintes paralelos:

(i) Os pronomes *a gente* e *o senhor* são DPs, uma vez que é todo o DP que recebe interpretação pronominal, e não apenas o NP. Porém, são DPs com spell-out do tipo D-NP. Os pronomes *eu*, *você(s)*, *ele(a)(s)* e *nós* são DPs integrais.

(ii) Os pronomes *me*, *te*, *se*, *lhe*, *nos* são KPs integrais. Os pronomes *mim* e *migo* são KPs, uma vez que nunca ocorrem em estrutura de DP nominativo. Porém, são KPs com spell-out do tipo K-DP, ou seja, *prep+mim* e *comigo*.

Vamos, então, reformular o quadro 8, ajustado abaixo como quadro 9:

Quadro 9 – Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP

Pronomes	Estrutura fonológica correspondente ao pronome	Modo como o pronome projeta KP
<i>me, te, se, lhe, nos</i>	KP	KP
<i>eu, você(s), ele(a)(s), nós</i>	DP	K-DP
<i>a gente, o(a)(s) senhor(a)(s)</i>	D-NP	K-D-NP
<i>mim e migo</i>	KP*	K-DP*

*KP do tipo K-DP.

3.1.6 As formas resistentes *mim* e *migo*

Como discutimos, as formas *mim* e *migo*, embora possuam traços oblíquos lexicalizados [+intrínsecos], possuem leitura causal inespecífica.

Da forma como propusemos até aqui, pronomes KPs seriam aqueles que rejeitam as preposições, notadamente os clíticos. As formas *mim* e *migo*, no processo de reanálise dos pronomes como DPs, foram também reanalisadas como DPs. No entanto, o comportamento das formas *mim* e *migo* difere tanto dos oblíquos KP (*me, te...*) como dos DPs comuns (*eu, você, a gente, Maria*).

As formas oblíquas preposicionadas provêm de formas do latim que, ainda que distintas para Caso, já ocorriam com preposição:

(104)

mecum » *migo* » *com migo*

sine/de me » *sem/de mi* » *sem/de mim*

Como vimos em Bayer et al (2001:474), embora Caso possa ser realizado por desinência ou preposição, como é o caso do alemão que possui ambas as estruturas, a coocorrência dos dois recursos num mesmo sintagma mostra que elas não estão em

distribuição complementar. Argumentamos também, na seção 2.1, que, semelhantemente ao alemão, o latim apresentava um sistema morfológico de Caso composto por desinências e preposições. No PB, as formas *mim* e *migo* possuem um comportamento semelhante, pois são casualmente especificadas, mas ocorrem necessariamente com preposições. Essa situação se equipara ao estágio do latim em que traços interpretáveis de Caso estavam presentes tanto nas desinências quanto nas preposições e, conjuntamente, elas determinavam a explicitação de uma dada leitura casual. A forma *migo*, por ocorrer sempre e unicamente com a preposição *com* não apresenta leitura casual variável. A forma *mim*, por outro lado, pode apresentar várias leituras casuais, de acordo com a preposição com a qual ocorre: GEN: de mim; ABL: sem mim, antes de mim; DAT: para mim, até mim; ACUS: a mim. No entanto, *mim* não é um pronome DP comum, porque ele não é um pronome default, ou seja, ele possui mais traços casuais intrínsecos, para além de [α -caso], o que proíbe que ele ocorra em posições nominativas típicas.

Como discutimos na seção 2.4, preposições e desinências de Caso, em línguas que possuem os dois recursos, não estão em distribuição complementar. Isso significa que três ocorrências de Kase são possíveis: preposição, desinência, ou preposição mais desinência. Nesta última situação, teríamos uma distribuição de traços interpretáveis de Caso entre as duas morfologias. As formas *mim* e *migo* comporiam assim o quadro pronominal do PB como formas resistentes, ao estilo da ocorrência de *Kase*, no latim, como *preposição* + desinência. A “porção” de traços não interpretáveis nesses pronomes é valorada pelos traços da preposição.

Como vários trabalhos vêm demonstrando (Poggio, 2002; Bianchet, 2002; Machado Rocha, 2006, e vários outros), os casos morfológicos do latim que coocorriam com preposição resistiram por mais tempo ao colapso do sistema morfológico de caso. Nesse sentido, as formas de *genitivo* e de *dativo*, que rejeitavam preposições, foram as primeiras a desaparecer, no decurso da mudança do sistema desinencial de Caso do latim para o sistema preposicional de Caso do português, e deram lugar a perífrases preposicionadas:

(105)

a. Genitivo desinencial:

et ibi denuo legitur ille locus evangelii

e aí novamente foi lido aquele lugar evangelho-GEN

“e aí novamente foi lida aquela passagem do evangelho”

(*Peregrinatio Aetheriae* - 38,2.

apud Machado Rocha, 2006:5)

b. Genitivo perifrástico: *de + ablativo*

et legitur ipse locus de evangelio

e foi lido esse mesmo lugar de evangelho-ABL

“e foi lida essa mesma passagem do evangelho”

(*Per. Aeth.*- 29,4)

Apud Machado Rocha, 2006:5)

Com base nessas oposições, podemos afirmar que os pronomes clíticos *me*, *te* e *nos* são realizações de KP e rejeitam completamente a preposição independente em K. Os pronomes default *eu*, *você(s)*, *ele(a/s)*, *nós*, *a gente*, *o senhor* são DPs comuns e realizam Caso com o spell-out independente de preposição em K. As formas *mim* e *migo*, embora possuam traços oblíquos lexicalizados, não possuem uma leitura causal específica. A forma *migo* fixou-se com a preposição *com*, o que lhe determina a leitura única de ablativo²¹. A forma *mim* vai ter a leitura casual especificada pela preposição, podendo ser interpretada com diversos casos, como discutimos nos parágrafos anteriores.

Retornamos então à conclusão adiantada na seção anterior: *mim* e *migo* são KPs com spell-out do tipo K-DP, ou seja, *prep+mim* e *comigo*. Dentro da proposta de Bittner & Hale (1996), isso equivale a dizer que *mim* e *migo* possuem Caso inerente, pois sempre apresentam K (preposição) realizado como uma instância de Seleção, o que determina a presença do pronome e da preposição acompanhante desde a Numeração.

²¹ Recentemente, temos esbarrado em sentenças problemáticas como (i) A mulher correu *comigo* do bar (*correu comigo* = *me pôs para fora*); e (ii) A mulher acabou *comigo*. Como se trata de expressões idiomáticas, podemos argumentar que estamos diante de um caso inerente selecionado pelo verbo idiomático. Essa questão permanece como nota para trabalho futuro.

3.1.7 Contextos favorecedores do uso da forma default em posição de objeto

Vimos, no capítulo 1, a partir de Scherre (2007) e Scherre et al (2007), que em contextos de imperativas portmanteau, do tipo “deixa *eu* ver”, a ocorrência do pronome default é praticamente categórica, e em imperativas simples, como “chama ela”, o pronome default é altamente preferível.

A partir dos dados de Machado Rocha (2010), exemplificamos como em construções do tipo “deixa *eu* ver”, “deixa *eu* falar”, o pronome *eu* na posição de complemento de verbos imperativos ocorre unicamente na forma default. Neste mesmo trabalho, constatamos como esse tipo de uso está difundido pelo país, a partir das letras de canção (“*vida, leva eu*”, “*beija eu*”, “*chama eu*”).

Vimos também como vários trabalhos têm argumentado que sentenças imperativas carecem do núcleo T. Para Di Domenico (2004), a ausência de sujeito em imperativas, mesmo em línguas que não permitem sujeito nulo, e a impossibilidade de encaixamento sugerem que sentenças imperativas carecem de T ou mesmo de C.

Seguindo Salustri & Hyams (2002), Lopes propõe que as derivações com formas imperativas não contêm em sua Numeração nem TP, nem AspP, já que têm uma natureza dêitico-ilocucionária, não apresentando contraste de tempo ou aspecto. No caso da gramática infantil, como o sujeito é sempre de 2ª pessoa do singular, isso reforçaria a ausência de TP.

Nossa suposição é que a ausência do contraste entre os sistemas C-TP e v-VP pode ser um dos motivos para o uso da forma default pela criança em posição de objeto, uma vez que nas imperativas o sujeito não é expresso²². Se considerarmos a proposta de Marantz (1991), este pode ter sido um dos gatilhos da aquisição que levou ao uso das formas default e ao abandono de objetos oblíquos em muitos falares do PB.

Como adiantamos na seção 1.2.2.3, Marantz (1991) sugere que dentro do sistema NOM-ACUS, o NOM é atribuído dentro das já conhecidas condições relacionadas a T (embora ele não assuma nenhuma relação disso com Agree ou atribuição envolvendo T) e o ACUS é um caso dependente, atribuído a um nominal de um par, quando um outro nominal mais alto carrega NOM. Assim, se numa sentença imperativa não há

²² Evidentemente, nos mantemos aqui filiados ao modelo de Bittner & Hale (1996), em que a função de C é licenciar NOM sob regência por antecedência, e a função de V é licenciar o K vazio de acusativo.

sujeito expesso a ser marcado por nominativo, o argumento complemento pode ser marcado como nominativo. Tal situação pode ter favorecido a ampliação no uso do pronome default que defendemos aqui. Essa explicação se aplica tanto a sentenças imperativas simples, como “chama ela”, quanto a contextos imperativos portmanteau, como “deixa eu ver”.

3.2 Os redobros

Comparem-se os seguintes exemplos:

(106)

- a. **Me** ajuda.
- b. Ajuda **eu**.

Temos defendido até aqui que o PB parece estar caminhando na direção de preferir pronomes DP default, uma vez que eles podem ocorrer em todos os contextos sintáticos. Os pronomes default permitem a projeção do sintagma casual comum a todos dos DPs, diferente dos pronomes KP, que requerem movimento para posição de próclise.

No entanto a ocorrência de redobros levanta um problema. Veja-se o exemplo (c) a seguir:

(106)

- c. **Me** ajuda **eu**.

Como vimos no capítulo 1, a partir de Diniz (2007), os redobros são ocorrências muito comuns em vários falares de Minas Gerais. As questões que esses dados nos colocam podem ser formuladas de seguinte maneira:

- (i) Por que ocorrem redobros, se o pronome default é capaz de realizar o objeto completamente?
- (ii) Por que ocorrem redobros para a 1ª e a 2ª pessoas pronominais, mas não para terceira?

- (107) a. Ele **me** arrastou **eu**.
b. Eu **te** amo **você**. (Diniz, 2007)
c. *Eu **o** vi **ele**.

Como adiantamos no capítulo 1, a entrada dos pronomes tardios *você*, *a gente* e *senhor* parecem indicar a tendência do paradigma de pronomes do PB de se regularizar para conter apenas formas DP default para Caso. Nesse novo contexto, cabe à preposição independente em K a realização do sintagma casual. Essa regularização tem levado pronomes clíticos KP a perder espaço no paradigma. Vários pronomes clíticos KP deixaram de ser usados, como tem demonstrado extensivamente a literatura.

Por outro lado, como pudemos comprovar a partir dos dados de Diniz (2007) e de Machado Rocha (2010), os clíticos **me** e **te** se mantêm firmes no léxico, em estruturas simples e em estruturas de redobro.

A explicação de Diniz (2007), para quem os redobros são cópias de traços-phi inseridas no verbo pós-spell-out, revelou-se incompatível com nossa proposta, uma vez que não haveria qualquer motivação para o sistema realizar essas cópias e também porque cópias que aparecem em PF e LF, segundo Chomsky (1995), precisam ser idênticas. E nas estruturas de redobros não temos a repetição de formas idênticas. Essa necessidade de identidade tem sido mostrada por vários trabalhos recentes, entre outros, o de Ximenes e Nunes (2009), sobre a cópia de preposições pós-spell-out, em cumprimento de necessidade de paralelismo morfológico.

Argumentamos, pelo contrário, que esses redobros sejam realizados por necessidades interpretativas / computacionais de um sistema em estado de rearranjo.

Parece ser empiricamente sustentável que o uso dos redobros no PB atual começa a preencher lacunas no sistema integrado do paradigma pronominal e das desinências de concordância. Como atesta a literatura, uma nova marca morfológica de concordância surge historicamente apenas em contextos do paradigma em que a marca pré-existente já não é distintiva (Fuss, 2005, retomando Givon, 1976; Siewierska 1999 e outros).

Carvalho (2008) argumenta que vários pronomes pessoais do PB podem apresentar ora leitura definida, ora leitura arbitrária. Vejam-se os exemplos:

(108)

a. Eu começo a fumar um cigarro hoje, amanhã eu experimento x.

(Contexto: um agente de controle de drogas entorpecentes sendo entrevistado por um apresentador de TV)

(carvalho, 2008:83)

Como assinala Carvalho, o pronome *eu* nesse exemplo tem leitura arbitrária e pode ser substituído por outra forma de leitura arbitrária / indefinida.

(108)

b. Você/a gente/alguém começa a fumar um cigarro hoje, amanhã você/a gente/alguém experimenta x.

(Carvalho, 2008:83)

Em posição de objeto, pronomes DP default permitem igualmente a leitura arbitrária. Construções de redobro, por outro lado, parecem menos compatíveis com a leitura arbitrária.

(109)

a. E quando você tenta sair dessa vida, ninguém ajuda você não.

b. E quando você tenta sair dessa vida, ninguém te ajuda você não.

A arbitrariedade na interpretação dos pronomes do português atual parece estar associada principalmente a divergências entre traços formais de número e pessoa, responsáveis pela concordância sintática dos pronomes, e a interpretação semântica de número e pessoa do pronome (D'Alessandro, 2006; Cruschina, 2009). Essa divergência entre sintaxe e semântica nos pronomes tem levado alguns pesquisadores a propor um conjunto de traços independentes dos traços-phi (traços-sigma, nos termos de D'Alessandro (2006)), associados ao discurso e responsáveis pela interpretação da referência do pronome. Para Carvalho (2008), a leitura arbitrária de um pronome é resultado da subespecificação de traços da categoria pessoa, nos termos de Béjar (2003).

Independentemente da opção teórica que se adote, podemos assumir como dado empírico que alguns pronomes permitem leitura arbitrária, enquanto outros a proíbem. Notadamente, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa permitem leitura arbitrária, enquanto os de 3ª a proíbem.

(110)

- a. Hoje eu/você/a gente/ fumo(a) um cigarro, amanhã eu/você/a gente experimento(a) x. (leitura arbitrária)
- b. Hoje ele fuma um cigarro, amanhã ele experimenta x. (*leitura arbitrária)

Duas distinções na constituição e na sintaxe dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, de um lado, e de 3ª pessoa, de outro, podem ser apontadas:

(i) Os pronomes de 1ª e 2ª pessoas possuem os traços [falante] / [destinatário], enquanto os pronomes de terceira são não especificados para estes traços (Kerstens, 1993; Koeneman, 2000; Harley and Ritter, 2002, e outros):

(111)

1ª pessoa	b. 2ª pessoa	c. 3ª pessoa
<+falante>	<-falante>	<-falante>
<-destinatário>	<+destinatário>	<-destinatário>

(ii) Pronomes de 3ª pessoa precisam necessariamente ter um antecedente no discurso ou um referente dêitico, enquanto os pronomes de 1ª e 2ª não requerem um antecedente e podem ter a leitura dêitica anulada, quando sua referência é arbitrária:

(112)

- a. E você acha que empresa de telefone está preocupada em ajudar *eu / você / nós / a gente*?
- b. E você acha que empresa de telefone está preocupada em ajudar *ele*? (o João / Quem?)

Perceba-se que os pronomes em (112a) permitem leitura arbitrária, enquanto o pronome *ele*, em (112b), proíbe tal leitura. Ora, se a série de 3ª pessoa é não especificada para os traços [falante] / [destinatário], sua realização preenchida ocorre justamente para atender a necessidades discursivas ou dêiticas, uma vez que o pronome nulo de 3ª (*pro*, segundo Kato (1993)) também permite leitura arbitrária:

(112)

- b'. E você acha que empresa de telefone está preocupada em ajudar *pro*?

Podemos, agora, retomar os exemplos iniciais (106a-c), repetidos aqui como (113a-c):

(113)

(a) **Me** ajuda.

(b) Ajuda **eu**.

(c) **Me** ajuda **eu**.

Se assumimos como correto que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas permitem leitura arbitrária, enquanto os pronomes de 3ª pessoa a proibem, temos uma explicação para a ocorrência de redobros com as formas **me** e **te** e a não ocorrência de redobros para a 3ª pessoa.

1º - A tendência do PB atual é para a realização do objeto com o pronome DP default, a exemplo de (b), como temos argumentado ao longo deste trabalho.

2º - Em contextos discursivos dialógicos, o uso das formas **me** e **te** inibe a referência arbitrária da 1ª e da 2ª pessoas.

(i) Empresa de telefone não está preocupada em ajudar você não.

(ii) Empresa de telefone não está preocupada em te ajudar você não.

3º - Não ocorrem redobros de 3ª pessoa, porque a realização das formas lexicais de 3ª não têm a ver com traços [falante] / [destinatário], mas com a referência dêitica ou com correferência discursiva.

(iii) Empresa de telefone não está preocupada em ajudar ele. (Ele necessariamente associado a um antecedente ou a um referente dêitico.)

4º - Para a indefinição/arbitrariedade na série de 3ª pessoa, usa-se o *pro*.

(iv) Empresa de telefone não está preocupada em ajudar *pro*.

5º - Podemos assim afirmar que, para falantes que realizam redobros, os clíticos **me** e **te** são sempre “redobros”, ora de pronomes lexicais, ora de *pro*.

(v) **Me** ajuda **eu**. / **Me** ajuda *pro*.

6º - A ocorrência de apenas a forma lexical (*ajuda eu*) acontece em contextos discursivos em que outros elementos do discurso bloqueiam a leitura arbitrária e, assim, o redobro é dispensável.

(vi) Ajuda eu *aqui*.

(vii) É pra você ajudar eu *mesmo*.

Nossa hipótese para a ocorrência do redobro, então, é que lacunas nos traços de definitude dos pronomes DP default *eu* e *você*, em posição de objeto, estão sendo compensadas pelas formas *me* e *te*, que passam a compor, no paradigma integrado de pronomes e marcas de concordância, a função de *concordância de objeto para os traços [falante] / [destinatário]*. Evidentemente, esse fenômeno precisa ser enxergado como uma variação dialetal, nos termos de Kroch (1989), e Kroch & Taylor (1994, 1997). Assumimos assim que alguns falantes do PB possuem a gramática dos redobros (G2), enquanto outros possuem a gramática dos clíticos (G1).

Além disso, assumimos que na gramática dos falantes de redobro, as formas *me* e *te* são sempre redobros, ora concordando com o pronome lexical, ora concordando com *pro*.

Na próxima seção, vamos levantar argumentos para a hipótese de que os clíticos *me* e *te* estão sendo reanalisados como marcas de concordância. Dessa maneira, na gramática do redobro (G2) não haveria pronomes KP clíticos, mas apenas pronomes DPs default e as formas resistentes *prep+mim* e *comigo*. Os clíticos, em G2, foram reanalisados como *prefixos de concordância*.

3.3 Passos e condições para a reanálise dos clíticos redobros como prefixos de concordância

Distinguir clíticos de marcas de concordância tem se revelado uma tarefa difícil. As construções de redobro variam estruturalmente de uma língua para outra (Roberge, 1990, *apud* Cournane, 2008) e um teste que se aplica a uma dada língua pode não ser adequado a outra. Além disso, o processo de gramaticalização que leva um pronome a se tornar uma marca de concordância é composto de várias etapas não necessariamente coincidentes para todas as línguas (Cournane, 2008).

Como vimos também, a partir de Lopes (2007), para a perspectiva da aquisição da linguagem, clíticos e elementos de concordância oferecem problemas semelhantes para a criança, o que leva esta autora a rotular ambos como elementos de concordância, em certo sentido.

Uma perspectiva mais recente e mais abrangente sobre a reanálise de pronomes como marcas de concordância pode ser encontrada em Fuß (2005), desenvolvida dentro de pressupostos minimalistas e do quadro da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993, 1994). Embora tenhamos explorado exaustivamente a fonte original (Fuß, 2005), por conveniência, vamos nos valer principalmente das revisões deste trabalho e de outros, apresentadas em Cournane (2008).

Fuß (2005) adota várias ideias sobre gramaticalização propostas em Roberts & Rousseau (2003). Um de seus argumentos centrais, contrariando a visão tradicional de Givón (1976), é que a reanálise de pronomes como marcas de concordância não é restrita a um único contexto sintático. Para haver esse tipo de reanálise, o autor argumenta que é preciso basicamente uma “confusão” na interpretação de uma dada estrutura, geralmente motivada por lacunas de paradigma.

Fuß aponta uma série de condições, estabelecidas a partir de sua extensa pesquisa interlinguística, para que um clítico seja reanalisado como marca de concordância. A primeira delas é a necessidade de adjacência ao verbo:

(114) Restrição de Adjacência (Fuß, 2005: 140, *apud* Cournane, 2008: 20)

Um pronome clítico pode ser reanalisado como um afixo de concordância do verbo, apenas se o clítico é diretamente adjacente ao verbo.

Como aponta Cournane, a restrição sobre adjacência para a reanálise faz sentido intuitivamente: se a concordância é entendida como local na sintaxe, espera-se que marcas de concordância sejam sempre adjacentes a seus hospedeiros. Dessa forma, quando um pronome clítico aparece sempre numa posição fixa de adjacência ao verbo, essa situação facilita a reanálise do pronome como marca de concordância.

Como visto no capítulo 1, a partir dos dados de Diniz (2007) e Machado Rocha (2010), é exatamente nesta situação que encontramos as ocorrências das formas *me* e *te* nos corpora analisados. Como se sabe, a próclise é uma tendência decisiva no PB.

Outra condição sobre esse tipo específico de reanálise é a Identificação de Traços²³:

(115) Identificação de traços (Fuß, 2005: 141, *apud* Cournane, 2008: 21)

A reanálise de um pronome clítico é possível apenas se a marca de concordância resultante é licenciada

(i) na sintaxe, por uma relação Agree local com um conjunto de traços-phi interpretáveis, ou

(ii) na MS²⁴, como um morfema dissociado sob adjacência estrutural com um morfema de concordância licenciado.

Morfemas de concordância precisam ser licenciados na sintaxe. Assim um antigo clítico apenas pode ser reanalisado como marca de concordância, se a marca de concordância resultante puder ser licenciada em uma das duas formas propostas (115i-ii). Essas suposições são relativamente fortes em termos de aquisição. A criança em fase de aquisição somente irá confundir um clítico com uma marca de concordância, se esse elemento parecer licenciado, exigência natural da UG.

O Match dos traços de pessoa [falante] / [destinatário] é relevante para a concordância que estamos propondo. Nos prefixos *me* e *te*, esses traços seriam interpretáveis, especificadas como [+]. Por outro lado, as formas default *eu* e *você* podem ocorrer subespecificadas para esses traços (cf. Carvalho, 2008). Entendemos aqui que, em estruturas com os pronomes default, é possível a leitura arbitrária para esses traços, exatamente por se tratar de formas subespecificadas. Numa estrutura de redobro, em que os traços [falante] / [destinatário] aparecem tanto no pronome default como nos prefixos *me* e *te*, a leitura arbitrária é desfavorecida. Nessa perspectiva, os prefixos reforçam a leitura definida dos pronomes e bloqueiam a leitura arbitrária. Seria, então, estabelecida uma relação Agree local com os traços interpretáveis [falante] e [destinatário], satisfazendo assim a exigência (115i).

Outra exigência para a reanálise é a preservação da estrutura argumental.

²³ "Identification of Feature Content"

²⁴ Dentro do quadro da Morfologia Distribuída, *Morphological Structure* (MS).

(116) Preservação da estrutura argumental (Fuß, 2005: 141, *apud* Cournane, 2008: 21)

A reanálise de um pronome como uma marca de concordância precisa preservar a estrutura argumental do predicado.

Essa condição prediz que, para que a criança, em fase de aquisição, reanalise um pronome clítico como marca de concordância, o papel temático atribuído ao pronome clítico precisa ser reanalisado como sendo atribuído a outro elemento – a um redobro ou a um *pro*, por exemplo.

Como demonstramos na seção anterior, os dados que analisamos exibem exatamente este tipo de contexto. Na gramática do falante de redobros (G2), como vimos nos dados apresentados, o papel temático é atribuído ao pronome default ou a um *pro* e, assim, a estrutura argumental se preserva.

(117)

a. Me ajuda. (Me = tema) (G1)

b. Me ajuda eu. (eu = tema) (G2)

É preciso ter sempre em mente que, em nossa análise, pressupomos duas gramáticas em variação. Essa variação pode ser estabelecida de duas maneiras, conforme se adote uma perspectiva sincrônica ou uma perspectiva diacrônica.

Num enquadramento sincrônico, temos falantes de G1, que possuem em seu léxico pronomes clíticos KP, como propusemos anteriormente. Nesta gramática, construções de redobro não são legítimas e são interpretadas como um desvio. Assim, falantes de G1 optariam por construções como “*eu te ajudo*” ou “*eu ajudo você*”, mas não produziam sentenças como “*eu te ajudo você*”. Para a G1, clíticos KPs e pronomes default DPs estariam em distribuição complementar, como detalharemos a seguir. Falantes de G2, por outro lado, não possuiriam esses pronomes clíticos no léxico, que figurariam reanalisados como marcas de concordância para os traços de pessoa [falante] / [destinatário]. As estruturas preferidas nessa gramática são as que tradicionalmente chamamos de redobro (*eu te ajudo você*). Uma sentença como “*eu te ajudo*” é interpretada por falantes da G2 como possuindo a realização de um *pro* na posição de objeto (*eu te ajudo pro*). Portanto, a sequência “*eu te ajudo*” seria produtiva nas duas gramáticas, sendo analisada como uma cadeia apenas em G1.

Sob um enfoque diacrônico, G1 e G2 podem ser entendidas com etapas do processo de gramaticalização dos prefixos de concordância.

3.3.1 Alguns testes relevantes (Cournane, 2008)

Como pontuamos, testes para o estatuto de clíticos e marcas de concordância precisam ser considerados caso a caso, por dois motivos principais:

1º - O processo de gramaticalização envolve etapas sucessivas e não obrigatórias, como proposto por Roberts & Roussou (2003):

(118)

Pronome independente → Pronome fraco → Pronome clítico → Afixo de concordância → Desinência de concordância

2º - A estrutura de redobros não é idêntica em todas as línguas.

Alguns critérios mais rígidos não podem ser ignorados, como a restrição sobre a adjacência ao verbo, a fixação da posição de ocorrência e a equivalência de traços que estabelecerão a relação de concordância. Os clíticos redobrados nos dados do dialeto analisado atendem a essas três exigências, conforme vimos no capítulo 1.

Vamos considerar assim mais alguns testes secundários, a partir de Cournane (2008) e outros trabalhos com os quais ela dialoga, que servem como evidência para as etapas da gramaticalização dos prefixos *me* e *te*.

Distribuição complementar

Cournane adverte que a distribuição complementar entre clíticos e DPs lexicais pode ser um teste com falhas para a verificação do estatuto de um elemento como marca de concordância. Por outro lado, ainda que não possa ser tomado como uma confirmação do estatuto de marca de concordância de um dado elemento, a distribuição complementar aponta, ao menos, para um contexto favorecedor do processo de reanálise.

Perceba-se que, para falantes da G1 proposta em nossa abordagem, clíticos e pronomes default se encontram em distribuição complementar:

(119)

Falantes de G1

- a. Eu te ajudo.
- b. Eu ajudo você.
- c. *Eu te ajudo você.

Falantes de G2, por outro lado, não possuem esses mesmo elementos em distribuição complementar, para o quais o exemplo (c) acima é perfeitamente gramatical.

(119)

Falantes de G2

- c'. Eu te ajudo você.

A coocorrência da forma *te* com o pronome *você* indica que o antigo clítico não possui mais o estatuto de argumento e que, por isso, é interpretado de outra maneira. Em nossa hipótese, a interpretação que *te* recebe em G2 é de prefixo de concordância para o traço [+destinatário], como expusemos anteriormente. A mesma análise se aplica à forma *me*.

Visibilidade sintática

Operações sintáticas se aplicam a clíticos, mas não a marcas de concordância. Marcas de concordância não podem se mover independentes de seus hospedeiros. Num certo sentido, este é também um diagnóstico sobre a distribuição, uma vez que clíticos podem aparecer em diferentes posições em relação ao verbo, enquanto a marca de concordância ocupa uma posição fixa.

Porque o PB tem a próclise como regra principal tanto em G1 quanto em G2, a verificação do caráter das formas *me* e *te* pela comparação entre G1 e G2 se torna ineficaz. Mas, se comparamos a G2 como o PE, em que, indubitavelmente, essas formas são clíticos com estatuto argumental, podemos tomar a visibilidade sintática como uma evidência de que, em G2, *me* e *te* são prefixos de concordância. Vejam-se os exemplos a seguir, extraídos de Magalhães (2006). Os exemplos na fonte consultada são com o clítico *lhe*, contextos em que também é possível a ocorrência dos clíticos *me* e *te*. Para tornar a comparação clara, vamos substituir o clítico *lhe* pelo clítico *te*.

(120)

- PE:
- a. Os alunos ofereceram-te todos flores.
 - b. Os alunos ofereceram-te também flores.

 - c. Todos os alunos te ofereceram flores.
 - d. Os alunos também te ofereceram flores.
 - e. O que te ofereceram os alunos?

(ex. de Brito, Duarte & Matos, 2003: 853. *apud* Magalhães, 2006: 14-15)

Como se pode observar nos exemplos (120a-e), o PE, embora seja essencialmente enclítico, permite a próclise, sem qualquer sintoma de desvio, em alguns contextos.

Contrariamente, na G2 do PB, a ênclise das formas *me* e *te* são agramaticais ou degradadas²⁵.

(121)

- PB/G2:
- a. ?/*Os alunos ofereceram-te todos flores.
 - b. ?/*Os alunos ofereceram-te também flores.

 - c. Todos os alunos te ofereceram *pro* flores.
 - c' Todos os alunos te ofereceram *você* flores
 - d. Os alunos também te ofereceram *pro* flores.
 - d'. Os alunos também te ofereceram *você* flores.
 - e. ?O que te ofereceram *pro* os alunos?
 - e. O que que os alunos te ofereceram *você*?

Os exemplos acima permitem afirmar que, ao contrário do PE, na G2 as formas *me* e *te* não podem ocorrer em outra posição se não a de adjacência pré-verbal. Como vimos, a posição fixa é uma característica das marcas de concordância, o que nos leva assumir que *me* e *te*, na G2, são prefixos verbais.

²⁵ Evidentemente, testes de aceitação com falantes de G2 poderiam revelar os graus de agramaticalidade e desvio de estruturas com ênclises. Infelizmente, esta tarefa foge ao escopo deste trabalho. Fica aqui uma nota para pesquisas futuras.

Compleitude de paradigmas

Cournane retoma um diagnóstico proposto por Zwicky & Pullum (1983), que faz a seguinte distinção: clíticos aparecem em paradigmas completos, enquanto que marcas de concordância apresentam lacunas e sincretismos no paradigma. Os exemplos oferecidos são clíticos sujeitos do francês em paralelo com as marcas de concordância do verbo.

Tabela 7 – Paradigma de clíticos sujeitos e paradigma de concordância em francês padrão

Subject Clitic Paradigm and Agreement Paradigm in SF

	Subject Clitic Paradigm	<i>Être</i> Present Tense Agreement Paradigm
1 st , SG	[ʒə]	[swi]
2 nd , SG	[ty]	[e]
3 rd , SG, M	[il]	[e]
3 rd , SG, F	[ɛl]	[e]
3 rd , SG, Indef	[ɔ̃]	[e]
1 st , PL	[nu]	[sɔm]
2 nd , PL (or SG polite)	[vu]	[ɛt]
3 rd , PL, M	[il(z)]	[sɔ̃]
3 rd , PL, F	[ɛl(z)]	[sɔ̃]

(Cournane, 2008:32)

A tabela ilustra que, no francês padrão, enquanto os clíticos sujeito possuem formas distintas para cada pessoa, com formas específicas para gênero e número, as marcas de concordância exibem vários casos de sincretismos ou lacunas.

Esta mesma situação pode ser verificada na comparação entre os clíticos do PE e as formas reanalisadas do PB/G2.

Tabela 8 – Clíticos do PE X Prefixos do PB/G2

	Clíticos do PE	Prefixos do PB/G2
1 ^a sing	me	me
2 ^a sing	te	te
3 ^a sing	o/a/se/lhe	--
1 ^a pl	nos	--
1 ^a pl	vos	--
1 ^a pl	os/as/lhes	--

Como se pode observar, o paradigma de pronomes clíticos do PE exibe formas específicas para cada pessoa, com especificações para gênero/caso nas séries de 3ª pessoa. Os prefixos do PB/G2 possuem formas apenas para a 1ª e a 2ª pessoas do singular, mais uma evidência em favor de que essas formas são prefixos de concordância.

Concordância parcial

A concordância parcial é uma propriedade de sistemas de concordância, mas não de paradigmas de clíticos (Haiman & Benincà, 1992; Fuß, 2005:133, *apud* Cournane, 2008:32). Em outras palavras, em construções com clítico redobrando um DP, é esperado que haja uma identidade completa de traços-phi e de Caso entre o clítico e o DP redobrado.

Em relações de concordância, por outro lado, pode haver identificação apenas parcial entre a marca de concordância e o DP.

Os exemplos de redobro com clíticos típicos, oferecidos por Cournane, são do espanhol.

(122) Exemplos do espanhol, com identidade completa de traços-phi e de Caso entre o DP redobrado e o clítico de redobro:

a. La oían a la gata. (Suñer 1988: 395-6)
a ouviram a a gata
“Eles ouviram a gata.”

b. Lo vi a el. (Uriagereka 1995: 80)
o vi a ele.
“Eu o vi.”

(Cournane, 2008:33)

No par (122a-b), clítico e DP exibem identidade entre todos os traços-phi e de Caso: número, pessoa, gênero e Caso. Em (a) o clítico é acusativo, 3ª pessoa, singular e feminino, bem como o DP *a gata*. Semelhantemente, em (b) o clítico é acusativo, 3ª pessoa, singular e masculino, os mesmos traços presentes no DP *el*.

Ao contrário dos clíticos, marcas de concordância podem estabelecer relações parciais de identidade de traços. Os exemplos de Cournane são do francês.

(123) Concordância de traços-phi entre sujeito e o verbo *être*

- a. Je [swi] / Nous [sɔm] / Vous [ɛt]
 eu sou nós somos vocês são
- b. La fille / Le gars / On / Tu [e]
 a menina o rapaz “a gente” você é
- c. Ils / Elles [sɔ̃]
 eles elas são

(Cournane, 2008:33)

Cournane observa, a partir desses exemplos, que, em (123a), para o traço de pessoa, há completa identidade entre a marca de concordância e o sujeito do verbo *être*. Por outro lado, em (123b,c), há sincretismo no paradigma, e apenas duas formas [e], em (b), e [sɔ̃], em (c), são usadas. Portanto, há instâncias de identidade apenas parcial em paradigmas de concordância como o do verbo *être*.

Retomemos agora a tabela 8, que compara clíticos do PE com prefixos do PB/G2:

Tabela 8 – Clíticos do PE X Prefixos do PB/G2

	Clíticos do PE	Prefixos do PB/G2
1 ^a sing	me	me
2 ^a sing	te	te
3 ^a sing	o/a/se/lhe	--
1 ^a pl	nos	--
1 ^a pl	vos	--
1 ^a pl	os/as/lhes	--

Pela simples observação do paradigma de clíticos do PE, podemos assumir que, numa estrutura de DP redobrado por clítico, haverá concordância completa para traços-phi e de Caso, uma vez que há formas específicas para pessoa, número, gênero e Caso. Como o PE não é uma língua com redobro do tipo clítico/pronome nominativo, a comparação possível é com uma estrutura de clítico/DP:

(124)

- a. O João, os alunos querem-no bem.
- b. A Maria, os alunos estimam-na.

Os clíticos do PE, como se pode observar, estabelecem uma relação de identidade completa entre os traços-phi e de Caso com o DP redobrado. Em (124a), os traços 3ª pessoa, masculino, singular, acusativo aparecem tanto no DP como no clítico. Em (124b), ocorre o mesmo, com identidade em ambos os elementos para os traços 3ª pessoa, feminino, singular, acusativo.

Ao contrário, os prefixos de concordância do PB/G2, por realizarem apenas os traços de pessoa [falante] / [destinatário], possuem formas apenas para a 1ª e a 2ª pessoas do singular e não fazem distinção para os casos dos pronomes DPs com os quais eles se associam (ACUS/DAT/ABL).

(125)

- a. Eu vou te levá **ocê** lá (ACUS)
- b. deixa eu *te* perguntar **ocê** um negócio (DAT)
- c. Eu num vou *te* falar **com você** que se você vier.... (ABL)

(Diniz, 2007:49-50)

Como discutimos no início desta seção, apresentamos aqui alguns testes favoráveis que julgamos compatíveis com a estrutura de redobro própria do PB/G2, objeto de nossa análise, e com a etapa em que os prefixos *me* e *te* parecem se encontrar no processo de reanálise. Nossa intuição é que essas marcas se encontrem num momento do processo de gramaticalização que Roberts & Rousseau (2003) vão chamar de *afixo de concordância*, por isso o termo que empregamos: *me* e *te* são *prefixos de concordância* no PB/G2, e não pronomes clíticos. Desprezaremos alguns testes apresentados em Cournane (2008) que são nitidamente aplicados a marcas de concordância que já adquiriram o estatuto de *desinência*.

Como adiantamos, não há um prefixo equivalente para a 3ª pessoa, como esperado, porque a 3ª pessoa é a não marcada para os traços relevantes: [-falante / -destinatário].

3.4 O princípio de economia como motivação para reanálise dos clíticos

Na seção anterior, apresentamos condições para que os clíticos *me* e *te* fossem reanalisados como prefixos de concordância. Vimos também que a derivação com o prefixo reduz as possibilidades de interpretação arbitrária dos pronomes default de 1ª e 2ª pessoas em posição de objeto. Nesta seção, vamos discutir o licenciamento do clítico, o licenciamento do prefixo e a vantagem deste último no sentido de que a derivação com o prefixo é mais econômica que a derivação com clítico, nos termos de Chomsky (1995). Esta vantagem pode ser vista como uma das motivações para que o clítico tenha sido reanalisado como prefixo.

Raposo (1998) já havia apontando que, em PB, uma sentença como “*eu o encontrei no café*” é agramatical, por questões de economia. Para Raposo, como o léxico do PB possui tanto a forma o quanto a forma ele, que podem figurar na posição de objeto, a sentença com o clítico é bloqueada, por exigir movimento visível do clítico (em atendimento de sua propriedade fonológica) e violar o princípio *Procrastinar*.

Como é assumido geralmente na teoria, um clítico é interpretado na posição de argumento interno ao verbo. Nessa perspectiva, a localização do clítico em posições de adjacência ao verbo, principalmente em posições pré-verbais, são enxergadas como efeito de movimento.

Na tradição gerativista, há duas perspectivas para o movimento dos clíticos: em uma delas, o clítico é visto como um XP, na outra, como um X⁰. Não é nossa questão aqui discutir em detalhes as propostas de movimento dos clíticos. Basta-nos apenas ter em mente que, na teoria, clíticos são sempre alvos de movimentos.

Considerados como prefixos de concordância em G2, como defendemos neste trabalho, as formas *me* e *te* não podem ser entendidas como geradas na posição de argumento do verbo, com movimento posterior, porque, nesta posição, vai haver o argumento do verbo realizado pelos pronomes default *eu* e *você*, ou pelo pronome vazio *pro*. Dessa forma, é preciso assumir que o prefixo será inserido diretamente na posição pré-verbal, por meio da operação *Merge*, como descrito na literatura minimalista. Como se sabe, em termos de economia, *Merge* é sempre preferível a *Move*. Igualmente, a valoração dos traços de Caso do DP por uma operação do tipo *Concord* (Chomsky, 1999) dentro do DP estendido, visto aqui como o KP, é mais vantajosa do que licenciamentos de Caso que exigem movimentos, para *v*, por

exemplo. Como lugar típico para a concordância de objeto, em nossa perspectiva, *v* será o locus para o *Merge* dos prefixos *me* e *te*.

Como vimos discutindo, nossa proposta de reanálise, então, pode se encarada como uma oposição entre gramáticas: uma em que há clíticos que sofrem a operação *Move* (G1); e outra em que há prefixos inseridos por *Merge* (G2). A ideia é que, na G2, o pronome argumento é licenciado e tem seus traços de Caso valorados *in situ* dentro do KP, como propusemos a partir de Bittner & Hale (1996). Por outro lado, na G1, não há redobros. Ou se realiza o clítico, ou o pronome default. Nesta gramática, aceitam-se construções do tipo "*ajudo você*", "*espera a gente*", mas evitam-se construções do tipo "*ajuda eu*", porque o paradigma possui as formas KP clíticas.

No PE e no PB/G1, há clíticos que podem ocorrer em várias posições relativas ao verbo, embora se saiba que o PE prefira a ênclise e o PB/G1, a próclise. Em G1, então, o clítico se move para *v*.

Na G2, por outro lado, as formas *me* e *te* ocorrem sempre numa mesma posição: prefixal. Esse é um diagnóstico para marca de concordância, como vimos: ocorrência numa posição fixa e impossibilidade de movimento. Nesta gramática, os prefixos *me* e *te* são inseridos em *v* por *Merge*.

A natureza de prefixo verbal das formas *me* e *te*, em G2, pode ser atestada também pela relação exclusiva que o prefixo, locado em *v*, mantém com V, mas não com T disjunto de V. Em locuções com auxiliares e formas não finitas, os prefixos se ligam aos verbos principais, mas não aos auxiliares.

(126)

(i) Ela vai me ajudar eu.

(ii)*Ela me vai ajudar eu.

Dessa forma, diferentes estruturas e interpretações se aplicariam a uma sentença como "*Me ajuda*", em G1 e G2, como já discutimos.

Em G1, o clítico KP é inserido na posição de complemento do verbo e se move em seguida para a posição de próclise em *v*. Em G2, preferencialmente, o pronome default *eu* (*me ajuda eu*) seria inserido na posição de argumento do verbo, onde teria seus traços de caso verificados dentro do KP. Em "*me ajuda*", G2 interpreta como *pro*

o argumento do verbo. O prefixo *me* é inserido em *v* e adere ao verbo quando de seu movimento para este núcleo.

Do ponto de vista estrutural, um pronome clítico KP exige mais operações que um pronome default. Assim, os clíticos são menos econômicos. Um prefixo, por outro lado, é inserido via *Merge*, operação preferível e mais econômica.

Nos termos minimalistas atuais, checagem de traços-phi e de Caso não exigem movimento, e a operação *Agree* pode se dar à distância ou apenas com movimento de traços, sem que se exija o *pied-pipping* de material fonológico (Chomsky, 1995). Assim, vamos assumir que, na G1, o movimento do clítico é motivado por necessidades morfológicas do próprio pronome, que possui, lexicalmente, o traço [+ligado] (Dobrovie-Sorin, 1994; Galves, 1996). Essa assunção é coerente com o princípio denominado *Greed*, em Chomsky (1995), que prediz que elementos se movem apenas para satisfazer necessidades próprias, e nunca para satisfazer necessidades de outros elementos.

Em suma, prevemos, no PB, mais especificamente nos falares do PB/MG, duas gramáticas distintas: a G1, conservadora, que possui clíticos KP; e a G2, inovadora, que possui apenas pronomes DP default, salvo as formas resistentes *prep+mim* e *comigo*, e possui os prefixos de concordância de objeto *me* e *te*, para os traços de pessoa [falante] / [destinatário].

3.5 A regularização do paradigma pronominal em PB/G2

Na seção 3.1.5, propusemos o quadro 9, repetido abaixo:

Quadro 9 – Estatuto categorial dos pronomes do PB de acordo com a projeção KP

Pronomes	Estrutura fonológica correspondente ao pronome	Modo como o pronome projeta KP
<i>me, te, se, lhe, nos</i>	KP	KP
<i>eu, você(s), ele(a)(s), nós</i>	DP	K-DP
<i>a gente, o(a)(s) senhor(a)(s)</i>	D-NP	K-D-NP
<i>mim e migo</i>	KP*	K-DP*

*KP do tipo K-DP.

Tendo em vista as discussões empreendidas até aqui sobre as diferenças entre G1 e G2, o quadro 9 reflete, na verdade, o paradigma de pronomes da G1.

A partir dos trabalhos apresentados no capítulo 1, que atestam o preenchimento da posição de objeto e das posições de complemento em geral por pronomes DP default, e de nossa hipótese sobre a vantagem em termos de economia em se usar pronomes DP default em vez de pronomes oblíquos KP, nossa intuição é que haja uma tendência para que o PB prefira cada vez mais as formas DP default, ao invés das formas KP oblíquas. Nesse sentido, a G2 representa um estágio mais avançado na direção de uma mudança, que conduziria à regularização do paradigma dos pronomes do PB, paradigma este em que diferentes casos se manifestam sem alteração morfológica nos pronomes, tal como ocorre com os DPs em geral.

Assim, vamos ajustar o quadro 9, de modo que ele se torne representativo da G2, apresentado abaixo como quadro 10:

Quadro 10 – Estatuto categorial dos pronomes do PB/G2 de acordo com a projeção KP

Pronomes	Estrutura fonológica correspondente ao pronome	Modo como o pronome projeta KP
<i>eu, você(s), ele(a)(s), nós</i>	DP	K-DP
<i>a gente, o(a)(s) senhor(a)(s)</i>	D-NP	K-D-NP
<i>mim e migo</i>	KP* (formas resistentes)	K-DP*

*KP do tipo K-DP.

-» **me e te**: prefixos de concordância para os traços [+falante] e [+destinatário], respectivamente.

-» a forma *nos* não ocorre nos corpora analisados para G2 e ocorre apenas uma vez para G1.

O quadro 10 sintetiza que, na G2, não há mais pronomes KPs oblíquos, à exceção das formas *prep+mim* e *comigo*, ambos apresentando um perfil que indica declínio, mas apenas pronomes DPs default.

A forma *lhe* não é atestada nos corpora analisados nem para contextos da G2, nem para contextos da G1. Os dados de redobro de Diniz (2007) também não registram ocorrência da forma *lhe*.

Também não consideramos a forma *tu*, pois, como se sabe, ela não ocorre no dialeto analisado.

O pronome *se*, por seu comportamento notadamente reflexivo, é um caso excepcional no grupo dos oblíquos. Sua descrição e análise se colocam fora do âmbito desta dissertação.

3.6 Síntese do Capítulo

Neste capítulo, apresentamos nossas hipóteses e análises para os pronomes do PB/MG. Descrevemos os pronomes de acordo com seus estatutos categoriais, a partir do modelo KP e a partir de regras de spell-out. Vimos que o uso de formas DP default

em posição de objeto é comum no dialeto mineiro, bem como a ocorrência dos redobros. Analisamos as construções de redobros, apresentando argumentos e testes que levam à conclusão de que as formas redobradas *me* e *te*, na gramática inovadora G2, não são pronomes clíticos, mas prefixos de concordância para traços [+falante] / [+destinatário]. As formas *mim* e *migo* são casos resistentes num paradigma que tende a se regularizar, no sentido de possuir apenas pronomes DP default. Defendemos também que os contextos de imperativas e de portmanteau podem ter sido as portas de entrada para o uso dos pronomes default em posição de complemento. Ao que parece, o princípio da economia pode também ter sido um dos fatores para a preferência da forma default e o abandono dos oblíquos clíticos KP. Nossa hipótese final é que na gramática G2 há apenas pronomes DP default e as formas resistentes *mim* e *migo*.

Conclusões

No início deste trabalho, nos propusemos algumas questões que julgamos agora ser possível responder. Diante de ocorrências de pronomes DP default em posição de objeto, do tipo (i) “*eles carregaro **eu***” e ocorrências de pronomes oblíquos em posição de objeto, do tipo (ii) “*ele **me** levou*”, levantamos as questões:

(A) Qual a diferença entre (i) e (ii) no que diz respeito à configuração estrutural?

Como vimos, assumimos neste trabalho a hipótese de que as alternâncias de formas dos pronomes estão ligadas à categoria gramatical Caso. Adotamos o quadro teórico proposto por Bittner & Hale (1996) em suas versões desenvolvidas por Weerman & Evers-Vermeul (2002) e Neeleman & Szendrői (2006). Dentro dessa perspectiva teórica, podemos considerar que um pronome reto default do tipo **eu** é estruturalmente um DP. Sua ocorrência na posição de objeto depende da projeção casual KP. No contexto acusativo, como ilustrado em (i), o núcleo K é vazio, licenciado pelo ECP. Vimos também que o pronome DP default possui apenas o traço casual raiz [α -caso], comum aos nomes em geral, como proposto por W&E-V (2002). Este traço permite apenas a leitura nominativa do nominal, quando ele é licenciado sem a projeção KP, num contexto de regência por antecedência pelo núcleo C. Para ocorrer em contextos casuais mais especificados, o pronome DP default, como ocorreria a um DP comum, recebe traços casuais adicionais, quando de sua retida do léxico e entrada na Numeração (Chomsky, 1995; Raposo, 1998). Os traços adicionais vão permitir o *Match* completo entre os traços de K e do nominal, para que a valoração de Caso ocorra dentro da projeção nominal. Um pronome DP default projeta KP com o spell-out independente do núcleo K. Numa sentença como (ii), o pronome oblíquo *me* é o spell-out de um KP integral. Os pronomes KP possuem traços casuais [+intrínsecos] (lexicalizados) para além de [α -caso]. Assim, eles rejeitam a preposição. Os pronomes oblíquos clíticos, por sua natureza afixal, exigem movimento. Em suma, a diferença estrutural entre (i) e (ii) é que em (i) temos um pronome DP default e em (ii) um pronome oblíquo KP.

(B) Por que construções do tipo (i) são consideradas mal formadas no português europeu (PE) e aceitas no português brasileiro (PB)?

Como argumentamos na seção 3.3, sobre a reanálise dos clíticos, o PE possui um paradigma de clíticos completo:

(127)

Clíticos do PE

1 ^a sing	me
2 ^a sing	te
3 ^a sing	o/a/se/lhe
1 ^a pl	nos
1 ^a pl	vos
1 ^a pl	os/as/lhes

Diferentemente do PB, em PE, a projeção nominal com KPs integrais é muito produtiva. O PE não permite a ocorrência de DPs default em posição de objeto e, como se sabe, apresenta um padrão de concordância mais especificado que o PB. Se a reanálise dos poucos clíticos que restavam no PB está ocorrendo em função de lacunas no paradigma de concordância, podemos levantar a hipótese de que, no PE, fatores subjacentes que mantêm a concordância mais especificada são também responsáveis pela manutenção dos clíticos e o bloqueio das construções com pronomes default. Como vimos em Lopes (2007), para a aquisição, clíticos e concordância constituem evidências de mesma natureza para o aprendiz. Como uma hipótese mais pontual, podemos propor que, ao contrário do PB, o PE tende a manter nítidas as distinções entre pronomes KP e pronomes DP, enquanto o PB tende a regularizar o paradigma como um paradigma DP.

(C) Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e as inovações no paradigma pronominal do PB?

Como argumentamos ao longo do trabalho, a entrada de várias formas uniformes no paradigma, como *você*, *a gente* e *o senhor*, indicam que o paradigma já permitia a ocorrência da forma DP default em várias posições. Supomos que essa “permissão” parece estar se tornando uma “condição”. Os pronomes da série de 3^a pessoa parecem ter sido os primeiros a se adequarem a essa condição, sendo seguidos depois da forma mais especificada de 2^a, em várias regiões representada apenas pelo pronome *você*, e por último estamos assistindo à entrada dos pronomes de 1^a pessoa no grupo dos pronomes default, a exemplo da forma plural, que tende também a se uniformizar na forma *a gente*.

(D) *Que correlações há entre ocorrências do tipo (i) e construções de redobro?*

Traduzindo essa pergunta em exemplos, teríamos:

(a) *eles carregaro **eu***

(b) *eles **me** carregaro **eu***

Como defendemos, uma gramática inovadora G2, cuja existência sustentamos a partir de dados do dialeto mineiro, reanalisou as formas clíticas *me* e *te*. Para essa gramática, *me* e *te* são prefixos de concordância para os traços [+falante] / [+destinatário]. A correlação principal entre as ocorrências (a) e (b) acima, tomando por base a G2, é que em ambas estamos lidando com uma gramática que possui pronomes DP default a ocorrerem na posição de objeto. A realização ou não do prefixo vai depender de fatores discursivos e pragmáticos. Situações em que a leitura arbitrária do pronome é impedida por outros elementos linguísticos ou conversacionais, o prefixo pode não se realizar. Como defendemos também, na gramática conservadora G1, ainda há o clítico **me** que se realiza como argumento do verbo. Nesta gramática, a construção “*eles me carregaram*” é preferível à construção (a), que soa degradada.

(E) *Como a construção (i) é adquirida?*

A partir de Lopes (2007), vimos que contextos de imperativas parecem ser gatilhos para a realização de pronomes DP default na posição de complemento. Também a partir de W&E-V(2002), vimos que elementos não default apenas são adquiridos diante de evidência positiva. Assim, uma criança adquirindo o PB/G2 encontrará evidência apenas para pronomes DP default. O contato tardio com a G1 leva o falante de G2 a interpretar clíticos como prefixos a concordarem com um argumento *pro*.

Referências

- ANAGNOSTOPOULOU, E. Conditions on Clitic Doubling in Greek. In: RIEMSDIJK, H. (Ed.) *Clitics in the Languages of Europe*. Language Typology, Berlin: Mouton De Gruyter, v.III, 1999. p. 762-798.
- BAKER, M. *The Mirror Principle and morphosyntactic explanation*. *Linguistic Inquiry* 16.3: 373-415, 1985.
- BÁRBARA, L. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.
- BARBIERS, S; OLAF, K; MARIKA, L. *Syntactic doubling and the structure of chains*. In Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics, edited by Charles B. Chang and Hannah J. Haynie, pp. 77–86. Cascadilla, Somerville, MA. 2008.
- BAYER, J; BADER, M; MENG, M. *Morphological underspecification meets oblique case: Syntactic and processing effects in German*. *Lingua* 111, pp 465-514. 2001.
- BITTNER, M; HALE, K. *The structural determination of Case and agreement*. *Linguistic Inquiry* 27:1-68. 1996.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARDINALETTI, A; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the three classes of pronouns. In: van Riemsdijk (ed.). *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter., 1999.
- CARDOSO, D.B.B. *Variação e mudança no imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. Tese de doutorado. UnB, 2009.
- CARVALHO, D. S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese de Doutorado, UFAL. Maceió, 2008.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 44 ed. CEN: São Paulo, 2001.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *Minimalist Inquires: the Framework*. MITWPL 15. Cambridge, Mass, 1998.
- _____. *Derivation by Phase*. MIT Occasional Papers in Linguistics. 18. Cambridge, MA, 1999.

_____. *O programa minimalista*. Trad. Introd. e Notas Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

_____. *The minimalist program*. Cambridge: London, 1995.

_____. *On Phases*. MIT.2005. Ms.

CORRÊA, L. T. *A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro: uma variante sociolinguística*. Dissertação de mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 1998.

COURNANE, A. *The Grammaticalization of Subject Clitics in Quebec French: An Analysis of Reanalysis*. University of Toronto. 2008. Ms.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CRAENENBROECK, J; KOPPEN, M. *Pronominal Doubling in Dutch Dialects: Big DPs and Coordinations*, in Jeff Runner (ed.) *Microvariation in Syntactic Doubling (Syntax and Semantics, Volume 36)*, Emerald Group Publishing Limited, pp.207-249. 2008. Disponível em: http://users.telenet.be/zorex/doubling_paper_edisyn.pdf.

CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. 1ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: Roberts, I. & KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp, pp. 163-184, 1994.

_____. *O objeto direto nulo no Português Brasileiro*. Signum: Estudos da Linguagem, Vol. 1, Nº 1. 1998.

_____. *O objeto nulo no português do Brasil e no português de Portugal*. Boletim da ABRALIN 25: 173-181. 2001.

_____. Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE. In Guedes, M; Berlinck, R. de A.; Murakawa, C. de A.A. (orgs.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP,SP, Cultura Acadêmica, p. 53-79. 2006.

CYRINO, S.M.L. & LOPES, R. E. V. *Animacy as a driving cue in change and acquisition in Brazilian Portuguese*. Em Kepser, Stephan & Reis, Marga (orgs) *Linguistic Evidence – empirical, theoretical and computational perspectives*. Berlin, Mouton de Gruyter, p. 85-102. preprint. 2005.

Cyrino, S.M.L. & Reich, U. *Uma visão integrada do objeto nulo no português brasileiro*. *Romanistisches Jahrbuch* 52: 360-361. 2002.

D' ALESSANDRO, R. *Syntactic and Pragmatic features: a case study*. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFAL). Maceió: Edufal, v.33, n.º--, pp. 185-202. 2006.

- DI DOMENICO, E. *Placed, Non- Placed and Anaphorically Placed Expressions*. To appear in Bianchi, V. & K. Safir (eds.) "The licensing and interpretation of person features", Italian Journal of Linguistics, Special Issue. Ms. 2004.
- DINIZ, C. *Eu te amo você – O redobro de pronomes clíticos sob um abordagem minimalista*. Dissertação de mestrado. UFMG: Belo Horizonte, 2007.
- DOBROVIE-SORIN, C. *The Syntax of Romanian*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1994.
- DUARTE, F. B. *Distribuição de pronomes fortes, fracos e afixos de línguas de sujeito nulo*. Revista do GEL (Araraquara), v. 1, p. 31-56, 2008.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo, 1986.
- _____. (1993) *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 107-128.
- _____. (1995) *A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- FARACO, C. A. *Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil*. DELTA, 2 (1): 1-15.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- FUß, Eric. *The Rise of Agreement: A formal approach to the syntax and grammaticalization of verbal inflection*. Amsterdã / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- GALVES, Charlotte & ABAURRE, M. Bernadete M. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba T. de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do português falado*. Vol IV. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- GALVES, C.C. A sintaxe pronominal do português brasileiro e a tipologia dos pronomes. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. UNICAMP. 2001. cap.8.
- GIVÓN, T. Topic, Pronoun and Grammatical Agreement. In: CHARLES, L (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. pp. 88-149.
- GONÇALVES, R. S. O uso de pronomes de caso reto como complementos verbais: *uma visão sócio-variacionista*. Dissertação de mestrado, UFJF. Juiz de Fora, 2003.
- GRIMSHAW, J. *Extended projection*. Ms., Brandeis University, Waltham, Mass, 1991.
- JAEGGLI, O. Tres cuestiones en el estudio de los clíticos: el caso, los sintagmas nominales reduplicados y las extracciones. 1986. In: FERNÁNDEZ SORIANO, O. (Org.). *Los pronombres átonos*. Madri: Tauros Ediciones, 1993. p.141-172.
- KATO, M.A. Recontando a história das relativas. In: I.Roberts & M.A.Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

_____. *Strong pronouns and weak pronominals in the null subject parameter*. Probus (Dordrecht), Berlin, v. 11, n. 1, p. 1-37, 1999.

_____. *Caso inerente, Caso “default” e ausência de preposições*. Unicamp, 2010. Ms.

KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*. 1989, 1, pp.199-244.

KROCH, A; Taylor, A. Remarks on the XV/VX alternation to early Middle English. Ms. University of Pennsylvania, 1994.

_____. Verb movement in Old and Middle English: Dialect variation and language contact. In Kemenade; Vincent (eds), *Parameters of morphosyntactic change*, 297-325, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LABOV, William. *Language in the inner city: studies in the black English vernacular*. Univ. of Pennsylvania :Philadelphia, 1972.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Univ. of Pennsylvania: Philadelphia, 1972.

_____. *Principles of linguistic change*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LAUSBERG, Heinrich. *Linguística Romanica*. Trad. Marion Erhardt e Maria Luisa Schemann. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

LOPES, R.V. *O que a aquisição inicial da sintaxe revela sobre parametrização? O caso dos objetos e estruturas afins*. Revista eletrônica Letras de Hoje. PUC-RS. Vol.42, nº1, pp 77-96. 2007.

MACHADO, R. *Questões de gramática latina*. Lisboa: Clássica, 1940.

MACHADO ROCHA, R. *A redução do número de casos em latim: uma comparação entre os séculos I e IV. Relatório final de Iniciação Científica*. 2006. Ms.

_____. *“Chama eu”, “leva eu”, “beija eu” – Morfosintaxe de Caso e Variação dos pronomes de 1ª pessoa do PB*. Apresentação no 58º Seminário do GEL. 2010. Ms.

MAGALHÃES, T. M. V. *O Sistema Pronominal Sujeito e Objeto na Aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro*. Unicamp: Campinas, 2006. Tese de doutoramento.

MARANTZ, A. P. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge (MA): MIT Press, 1984.

_____. Case and licensing. In: Germán Westphal, Benjamin Ao, and Hee-Rahk Chae. (eds.) Eastern States Conference on Linguistics pp. 234-253. University of Maryland, Baltimore: Ohio State University. 1991.

MARTINS, Marco Antonio. *Variação e mudança na sintaxe como competição de gramáticas*. Investigações (UFPE), v. 22, p. 65-87, 2009.

- MENDONÇA, V. de A. *O objeto direto anafórico na fala matagrandense e paulistana: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado. Maceió, UFAL, 2004.
- MOURA, J. A. *Gramática do português actual*. Lisboa Editora: Lisboa, 2006.
- NEELEMAN, A; SZENDROI, K. *Radical Pro-Drop and the Morphology of Pronouns*. Ms. UCL/Utrecht University. To appear in *Linguistic Inquiry.*, 2006. Disponível em: <http://people.pwf.cam.ac.uk/mtb23/NSP/Ad%20&%20Kriszta.pdf> (24/08/2009)
- NUNES, J; XIMENES, C. Preposition contraction and morphological sideward movement in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Ed.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam / Philadelphia, 2009.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 9ed. Lisboa: Clássica, 1989.
- PENNA, H. M. M. M. *O emprego do pronome tônico e terceira pessoa em função acusativa no português: mudança ou retenção?*. Dissertação de mestrado, UFMG. Belo Horizonte, 1998.
- PESETSKY, D; TORREGO, E. Case. Draft of a chapter to appear in C. Boeckx (ed.) *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. 2010. Ms.
- PLATZACK, C; ROSENGREN, I. *On the subject of imperatives: A minimalist account of the imperative clause*. *The Journal of Comparative Germanic Linguistics*: 1:177-224, 1998.
- POGGIO, R.M.G.F. *Processos de Gramaticalização de Preposições do latim ao Português*. Edufba: Salvador, 2002.
- RADFORD, Andrew. *Syntax: A Minimalist Introduction*. Cambridge [England]; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1997.
- RAMOS, J. *Marcação de caso e mudança sintática no Português do Brasil*. Tese de doutorado. UNICAMP: Campinas, 1992.
- _____. *A forma de tratamento "Senhor" no Português Brasileiro: um pronome?*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Linguística Histórica, UFBA, Salvador, 2009.
- RAPOSO, E.P. *Some Observations on the Pronominal System of Portuguese*. *Catalan Working Papers in Linguistics*. vol. 6. Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, pp. 59-93.1998.
- ROBERTS, I; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. 37 ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1999.

- SÁNCHEZ, Liliana. *Clitic doubling and the checking of focus*. New Brunswick, NJ: Rutgers University, 2005. Ms. [Disponível em: <http://www.rci.rutgers.edu/~lsanchez/research.html>]
- SCHERRE, M. M. P. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro*. Alfa, São Paulo, 51 (1). pp 189-222. 2007.
- _____. *Reflexões sobre o imperativo em português*. D.E.L.T.A., 23:esp. pp 193-241. 2007.
- SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. *Against the nominal mapping parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese*. NELS 29. 1999.
- SEWIERSKA, A. *From anaphoric pronoun to grammatical agreement marker: why objects don't make it*. Folia Linguistica, 33/2 : 225-251, 1999.
- SIGURÐSSON, H. A. Case: Abstract vs. Morphological. In: BRANDER, E.; ZINSMEISTER, H. (Eds.). *New Perspective in Case Theory*. Stanford: CSLI Publications, 2003.
- SUÑER, M. El papel de la concordancia en las construcciones de reduplicación de clíticos. 1988. In: FERNÁNDEZ SORIANO, Olga. (Org.). *Los pronombres átonos*. Madrid: Tauros Ediciones, 1993. p.174-184.
- VITRAL, L. A forma Cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v.1, n.4, p.115-124, jan./jun.1996.
- _____. *A interpolação de se e suas consequências para a teoria da cliticização*. Revista da ABRALIN, vol. 1, nº 2, p. 161-197. 2002.
- WEERMAN, F; EVERS-VERMEUL, J: *Pronouns and Case*. Lingua 112, 301-338. 2002.
- WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad.Antônio Houaiss. INL: Rio de Janeiro, 1961.